

# DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXV - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 3  
Brasília, quinta-feira, 8 de janeiro de 2026

## Sumário

### Seção 3

Ata Circunstanciada da 111ª Sessão Ordinária.....	3
Ata Circunstanciada da 36ª Sessão Extraordinária ..	59
Ata Circunstanciada da 37ª Sessão Extraordinária ..	68
Ata Circunstanciada da 38ª Sessão Extraordinária ..	93
Ata Circunstanciada da 39ª Sessão Extraordinária .	114
Ata Sucinta da 1ª Sessão Extraordinária.....	120
Ata Sucinta da 2ª Sessão Extraordinária.....	126
Ata Circunstanciada da 1ª Sessão Extraordinária ..	130
Ata Circunstanciada da 2ª Sessão Extraordinária ..	150



**CÂMARA  
LEGISLATIVA**  
DISTRITO FEDERAL

### Mesa Diretora

**Presidente:** Deputado Wellington Luiz

**Primeiro Vice-Presidente:** Deputado Ricardo Vale

**Segunda Vice-Presidente:** Deputada Paula Belmonte

**Primeiro Secretário:** Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

**Segundo Secretário:** Deputado Roosevelt Vilela - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

**Terceiro Secretário:** Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa

**Quarto Secretário:** Deputado Robério Negreiros - **Suplente:** Deputado Jorge Vianna

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Iolando Vice-Presidente: Paula Belmonte Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	Martins Machado Roosevelt Vilela Jorge Vianna Pepa Fábio Felix
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Rogério Morro da Cruz Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Dayse Amarílio	Robério Negreiros Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt Vilela	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Doutora Jane Vice-Presidente: Dayse Amarílio Paula Belmonte Jaqueline Silva Pastor Daniel de Castro	Joaquim Roriz Neto Fábio Felix Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE SAÚDE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Jaqueline Silva Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Hermeto Joaquim Roriz Neto	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Vilela Rogério Morro da Cruz	Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Jorge Vianna Martins Machado Gabriel Magno Pastor Daniel de Castro	Max Maciel Robério Negreiros Roosevelt Vilela Chico Vigilante Thiago Manzoni
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Ricardo Vale Thiago Manzoni Jorge Vianna Pastor Daniel de Castro	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Vilela Robério Negreiros Rogério Morro da Cruz	Presidente: Hermeto Vice-Presidente: João Cardoso Thiago Manzoni Gabriel Magno Fábio Felix	Iolando Pepa Roosevelt Vilela Chico Vigilante Max Maciel
COMISSÃO DE SEGURANÇA			
Titulares	Suplentes		
Presidente: João Cardoso Vice-Presidente: Doutora Jane Roosevelt Vilela Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni Ricardo Vale Jaqueline Silva		

**9ª Legislatura**

Deputado Chico Vigilante  
Deputado Pastor Daniel de Castro  
Deputado Daniel Donizet  
Deputada Dayse Amarílio  
Deputado Eduardo Pedrosa  
Deputado Fabio Felix

Deputado Gabriel Magno  
Deputado Hermeto  
Deputado Iolando Almeida  
Deputada Doutora Jane  
Deputada Jaqueline Silva  
Deputado João Cardoso

Deputado Joaquim Roriz Neto  
Deputado Jorge Vianna  
Deputado Martins Machado  
Deputado Max Maciel  
Deputada Paula Belmonte  
Deputado Pepa

Deputado Ricardo Vale  
Deputado Robério Negreiros  
Deputado Rogério Morro da Cruz  
Deputado Roosevelt Vilela  
Deputado Thiago Manzoni  
Deputado Wellington Luiz

**Corregedor:** Deputado Joaquim Roriz Neto

**Ouvidor:** Deputado Jorge Vianna

**Procuradora Especial da Mulher:** Deputada Paula Belmonte

**Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher:** Deputada Dayse Amarílio e Deputada Jaqueline Silva

**Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:** Deputado Chico Vigilante

**Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa:** Deputado Iolando

**Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude:** Deputado Joaquim Roriz Neto

DCL normatizado conforme Resolução Nº 279, de 2016

Atualizado em 8/1/2025, em conformidade com os ATOS DO PRESIDENTE Nº 420, 421 e 601, DE 2024 e ATO DO PRESIDENTE Nº 11, DE 2025.

## Seção 3

### Ata Circunstanciada da 111ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA SECRETARIA  
Diretoria Legislativa  
Setor de Registro e Redação Legislativa



#### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA  
111ª SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025.

INÍCIO ÀS 15H15

TÉRMINO ÀS 18H46

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está aberta a sessão.

Convido o deputado Ricardo Vale a secretariar os trabalhos da mesa.

Antes de começar o comunicado de líderes, eu quero saudar o pessoal do Pasus, que está aqui em uma luta incansável. Há pouco, nós discutimos a situação de vocês, que sofreram uma grande injustiça. Nós precisamos reparar isso. Vocês têm o nosso compromisso. (Palmas.)

Aproveito para parabenizar o trabalho do Carlos, do César e de toda a diretoria. Nós sabemos o quanto vocês têm lutado, e vocês têm o nosso apoio.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Senhor presidente, agora que a sessão está funcionando oficialmente, eu peço a vossa excelência a alteração do plano de trabalho na tarde de hoje. Peço que seja colocado como primeiro item da pauta a alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e, em seguida, a votação do projeto que reestrutura a carreira do magistério do Distrito Federal.

É esse o meu pedido a vossa excelência.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em respeito à luta dos professores e entendendo como extremamente justo, acolho a solicitação de vossa excelência. Coloco o projeto que reestrutura a carreira do magistério do Distrito Federal como primeiro item da pauta da ordem do dia de hoje.

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Presidente, em primeiro lugar, eu quero registrar a presença da nossa querida companheira e amiga Márcia Gilda, que representa todos os professores e professoras que estão nesta casa hoje. A Márcia Gilda representa efetivamente todo mundo.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Presidente, eu quero dizer a vossa excelência sobre a felicidade de votar esse projeto hoje. O projeto chegou hoje aqui por volta das 10 horas, está sendo lido agora e, daqui a pouco, nós vamos votá-lo. Mas é importante que fique patenteado aqui que esse projeto só veio porque essa categoria teve a coragem de fazer uma das mais importantes greves do Distrito Federal.

É bom dizer também, presidente – e quero agradecê-lo –, sobre a participação de vossa excelência. Eu propus a vossa excelência que nós fôssemos conversar com o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o desembargador Waldir Leôncio, para pedir que o tribunal intermediasse as negociações. E esse projeto que vai ser votado daqui a pouco, presidente deputado Wellington Luiz, é fruto do acordo judicial feito.

Vossa excelência sabe e agora podemos contar sobre os bastidores. Em alguns momentos nós tememos que o projeto não viesse. Portanto, quero falar da importância de gente que tem palavra e louvar a atitude do secretário da Casa Civil, Gustavo Rocha, que assumiu conosco o compromisso de enviar o projeto e, mesmo havendo muita gente do governo contra o projeto, ele bancou a palavra que tinha nos dado. E está aí o projeto agora para ser votado. Daqui a pouco vai virar lei.

O projeto não atende a todos os pleitos das educadoras e dos educadores, eles merecem muito mais, mas é um alívio, inclusive para quem está superendividado no BRB. A condição de vida deles vai melhorar um pouquinho.

Mais uma vez eu os parabenizo, parabéns por toda a luta que vocês travaram.

Presidente, neste momento eu tomei conhecimento de um boato que está circulando de que o Iprev comprou título do Banco Master. Eu estou apurando isso. Já encaminhei um requerimento para saber se é verdade. E, se for verdade, precisamos saber quanto o Iprev gastou com o Banco Master, porque o Iprev não é dos dirigentes que estão lá, não é do governador do Distrito Federal; é dos servidores, de todos os servidores, os já aposentados e outros que um dia irão se aposentar. Portanto, se alguém do Iprev comprou ações desse Banco Master – que é uma pirâmide financeira, não é banco, é uma arapuca de roubalheira –, terá que ser responsabilizado, porque é crime fazer um investimento de alto risco numa porcaria dessas.

A cada hora que se mexe com isso mais sujeira aparece. Eu estava vendo hoje uma matéria sobre esse Vocaró, presidente do Banco Master, que é um vagabundo e deveria continuar preso, mas infelizmente sempre tem um desembargador para dar uma liminar soltando um pilantra desses. Como é, deputado Ricardo Vale, que um vagabundo desses, com o dinheiro que roubou das instituições, dá um presente, um apartamento de R\$4 milhões para uma garota de programa? Nada contra a profissão das garotas de programa, mas ele não tem o direito de fazer um absurdo desses. Eu lamento.

Há um ditado no Brasil que diz que decisão judicial não se discute, se cumpre. Mas decisão judicial também se discute. Eu lamento que o ministro Toffoli tenha avocado o processo e decretado sigilo nessa podridão do Banco Master. O Toffoli tem o dever moral de levantar o sigilo para que a sociedade brasileira tome conhecimento de tudo que aconteceu no Banco Master, inclusive a negociata com o BRB. Portanto, ministro Toffoli, honre a toga, levante o sigilo e deixe o povo brasileiro saber efetivamente o que aconteceu nessa roubalheira do Banco Master que envolveu o BRB.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

De igual modo, quero saudar a Márcia e a Iberê, que estão aqui representando todos os professores. Obrigado pela presença de vocês.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Bloco União Democrático. Como líder.) – Desejo uma ótima tarde ao presidente, aos pares, à galeria, aos servidores da Câmara Legislativa. Que Deus possa nos abençoar.

Presidente, hoje é um dia de muita alegria. Estou bastante feliz com a notícia recebida do presidente da Caesb, Luís Antônio Almeida Reis. Há mais de 30 anos – isso mesmo, há mais de 30 anos –, os moradores do residencial Vitória, que faz divisa com o Morro da Cruz, aguardavam pelo saneamento básico.

O que me alegra é que Deus me deu a oportunidade de sair da portaria de um condomínio – trabalhei durante 19 anos no condomínio Solar de Brasília – e hoje ser representante da população do Distrito Federal. Com nossa articulação e a bênção de Deus, conseguimos os projetos e a autorização para iniciar a instalação da rede de esgoto no residencial Vitória.

Nas minhas orações e nas conversas com minha esposa e meus filhos, sempre digo que vale a pena estarmos aqui, com um mandato representando essa população sofrida, essa população que foi castigada e que vive, há mais de 30 anos, em meio a esgoto a céu aberto. Deus me tirou de uma portaria para abrir portas para a sociedade brasileira.

Esse mesmo porteirinho também conseguiu um hospital regional para São Sebastião. Eu estava conversando há pouco com o governador Ibaneis Rocha, que informou já existir previsão para assinatura da ordem de serviço do tão sonhado Hospital Regional de São Sebastião. Estamos aguardando esse hospital há mais de 33 anos.

Outra notícia boa recebida do presidente da Caesb é que já existe recurso para iniciar o fornecimento de água potável no Morro da Cruz, no Zumbi dos Palmares e em outras comunidades. Os estudos para implementar esse serviço em Capão Comprido já estão em andamento.

Isso me alegra! Isso dá sentido para estar na política, em conjunto com o Governo do Distrito Federal, buscando articulação para levar dignidade à população que tanto clama e que tanto clamava. Em outras gestões, o que se via era a derrubada de casa e tratores que passavam por cima do sonho das pessoas. Hoje, graças a Deus, graças ao nosso mandato e graças à articulação com o governador Ibaneis Rocha, com a vice-governadora Celina Leão e com todos os secretários, estamos levando pavimentação para a avenida Zumbi dos Palmares, promovendo dignidade e regularizando aquela cidade, para a qual destinei R\$8.500.000.

As pessoas não queriam investir em São Sebastião, pois viam a cidade como uma invasão. Era assim que São Sebastião era referida no Distrito Federal. Hoje, a cidade conta um deputado atuante, que luta por ela e que, na história de São Sebastião, foi um dos que mais destinou recursos para a regularização, para a UPA de São Sebastião. Foram compradas 25 camas hospitalares, aparelho respiratório, longarinas, poltronas novas. Também vai ser inaugurada uma clínica odontológica que recebeu recursos nossos.

Pessoal, nós estamos lutando, fazendo de tudo, inclusive defendendo o servidor, porque, sem a valorização dos servidores públicos, fica difícil de a máquina funcionar.

Eu quero, nesta tarde, agradecer a toda a diretoria da Caesb, em nome do presidente Luís, e deixar um abraço ao meu amigo Chicão da Caesb, ao Serginho, à Iolanda, e a toda a diretoria.

Eu não poderia também deixar de agradecer ao SLU, e especialmente à presidência, o senhor Luiz; agradecer ao Fauzi, do DER-DF; agradecer a toda a equipe da Novacap; à Administração Regional de São Sebastião e à Administração Regional do Jardim Botânico – onde, na última quinta-feira, houve chuva para mais de 3 anos, eu acredito. Foi um alagamento, foi uma destruição, houve casas alagadas.

Infelizmente, presidente, o que nós observamos é que há uns malfeitores naquela cidade, que até já passaram por esta casa, mas não respeitam nem o sofrimento das pessoas, e querem fazer politicagem. Como um parlamentar tem o poder de ir contra a natureza mãe? É a natureza dando um sinal de que nós, sociedade civil, que nós, representantes do poder público, temos que

cuidar mais do meio ambiente, temos que cuidar das nossas nascentes.

É isso, presidente. Finalizo dizendo que eu continuo firme na luta, lutando pelo Distrito Federal. Que Deus derrame chuva de bênçãos sobre o Distrito Federal!

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

Queria pedir autorização ao vice-líder do MDB, deputado Hermeto, para que eu faça uso da palavra em nome do MDB.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – De acordo, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado.

Dessa maneira, eu passo a presidência ao nobre deputado Ricardo Vale, apenas para que eu faça uso da palavra como líder do MDB.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Assumo a presidência.

Concedo a palavra ao deputado Wellington Luiz, presidente desta casa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Como líder.) – Obrigado, presidente.

Mais uma vez, saúdo cada uma e cada um dos nossos colegas, cada um dos companheiros e companheiras que se encontram aqui.

O que me traz hoje à tribuna deste plenário, presidente, foi um vídeo que eu vi ontem do ex-governador José Roberto Arruda. Não é preciso eu iniciar dizendo que, mais do que um currículo, ele tem uma ficha criminal. Então, quando ele diz no seu vídeo que a Codhab-DF virou um balcão de negócios, eu quero primeiro lembrar que, tanto no governo dele quanto no governo que o sucedeu, a Codhab-DF foi afundada em escândalos. E eu fui convidado – e aqui os deputados sabem disso – para presidir a Codhab-DF pela minha condição de policial. Eu tive que levar para a Codhab-DF uma verdadeira delegacia de polícia para acabar com aquelas mazelas que lá existiam e que foram criadas no governo dele e depois no desgoverno Rollemberg.

Tenho certeza e tranquilidade de dizer que, na nossa gestão, nós tiramos a Codhab-DF das páginas policiais, tornando-a uma empresa extremamente produtiva, regularizando como nunca tinha regularizado na história, e entregando como nunca tinha entregado. Há inúmeros projetos, presidente, como do Manguelal, do Sol Nascente, da QNR-6 e tantos outros que foram gestados durante a nossa gestão. Quando o governador Ibaneis me incumbiu disso, era para exatamente colocar ordem naquela casa. E eu tenho a tranquilidade, deputado Roosevelt Vilela, de dizer que nós colocamos.

Diferentemente da época do ex-governador José Roberto Arruda, a Codhab-DF passou a ser um espaço onde as pessoas voltaram a ter esperança. Quero dizer isso com muita tranquilidade. Inclusive, as minhas contas foram apreciadas recentemente e todas aprovadas sem ressalva. Durante 3 anos e 6 meses, graças a Deus, não recebi nenhuma visita da polícia, nem qualquer questionamento do Ministério Público, porque nós colocamos lisura e transparência naquela casa. Depois, graças a Deus, com a sucessão do presidente João Monteiro e do presidente Marcelo Fagundes, nós demos continuidade a esse trabalho.

Não sei se é melhor ouvir do ex-governador José Roberto Arruda que aquilo é um balcão de negócios ou ser surdo. E ouvimos isso exatamente de uma pessoa que não tem moral alguma, que vive envolvido em escândalos, que precisa de decisões para poder concorrer a qualquer cargo público. O senhor José Roberto Arruda devia lavar a boca para fazer qualquer acusação a nós, da Codhab-DF, e ao nosso trabalho e cuidar da vida dele, que com certeza anda muito suja.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, eu não queria entrar nesse assunto. Eu não tenho nada a falar e respeito o governador Arruda, que me concedeu a primeira oportunidade de trabalhar como administrador, em 2006, quando fiz a minha trajetória política com muito orgulho e dedicação.

Agora, quero responder a ele, pois ele disse em um *podcast* que há deputado que manda na PM, que indica comandante, retira comandante. Eu não tenho nada disso, eu tenho uma relação republicana e institucional com a nossa comandante-geral, como subtenente da Polícia Militar que sou. Eu luto pela minha corporação e em momento algum interfiro no andamento administrativo da minha instituição.

Deixo registrado publicamente que não tenho nada contra o ex-governador Arruda. Pelo contrário, respeito-o e agradeço-lhe a oportunidade que me foi dada há 17 anos, quando comecei a fazer a minha trajetória política. No entanto, ser acusado de tirar ou colocar comandante na Polícia Militar não é justo, porque, quando ele era governador, havia o Fraga e o Ailton Gomes, do Corpo de Bombeiros, e nem por isso eu o acusei ou disse que eles interferiam no comando ou no governo. Sempre o respeitei.

Então, quero deixar isso registrado.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Hermeto.

O deputado Roosevelt Vilela informou que, no dia 12, acontecerá um evento da segurança pública, em que haverá o anúncio da convocação de 1.284 policiais militares, 600 policiais civis, 89 bombeiros militares e 150 policiais penais. É importante esse convite, para que todos estejam nesta festa. O governador também vai falar da recomposição salarial das forças de segurança, com base na medida provisória editada na semana passada. Lembro que, sem a atuação do governador Ibaneis, que é o gestor do fundo, nada disso seria possível.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Outros gestores que administraram esse fundo não convocaram 1 policial militar, 1 policial civil e não deram 1 recomposição salarial para as forças de segurança pública. E é o mesmo Fundo Constitucional que o governador Ibaneis administra.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra ao deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL. Como líder.) – Presidente, reforço o convite para sexta-feira, dia 12, às 10 horas, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, quando o governador vai confirmar a convocação dos policiais militares, bombeiros, policiais civis e policiais penais. Será também uma oportunidade de agradecermos ao governador por essa recomposição salarial histórica.

No Corpo de Bombeiros, para se ter ideia, presidente, na gestão Ibaneis Rocha, que coincide com o nosso mandato, foram mais de 15 mil promoções. Isso dá uma média de 3 promoções para cada bombeiro em 7 anos. Isso é um fenômeno. Nenhum outro gestor fez isso.

A segurança pública agradece ao governador porque reconhece a importância, e o resultado está aí. Os índices de violência em Brasília diminuem dia a dia. O Corpo de Bombeiros presta, cada vez mais, um serviço melhor para a sociedade. Temos uma Polícia Civil com o maior índice de elucidação de crimes do país e, quiçá, do mundo. Uma Polícia Penal que é exemplo para a nossa cidade. Temos uma segurança pública que é motivo de orgulho para todo o país.

Quero deixar aqui, de público, o nosso agradecimento ao governador Ibaneis.

Presidente, eu queria reforçar: um pré-candidato a governador fez um pronunciamento em

um *blog*, dizendo que a política tomou conta das corporações, das forças de segurança. Graças a Deus! Ele disse que, no governo dele, não houve isso e que, em um eventual governo futuro, não haveria. Mas, graças a Deus, a política acompanha também as forças de segurança. Estão aí os números que acabei de apresentar, que vossa excelência relatou há pouco, e também o deputado Hermeto e a deputada Doutora Jane. A classe política, da qual o governador faz parte, tem feito entregas históricas para as forças de segurança. Eu fiquei com medo e os nossos agentes de segurança também. Porque, se esse pretenso candidato não quer a política nas forças de segurança, então quer dizer que não quer o bem dos policiais militares, dos bombeiros e dos policiais civis.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Roosevelt Vilela. Parabéns.

Gostaria de agradecer a presença da nossa secretária adjunta da Seduh-DF, doutora Tereza. Primeiro, parabênzo por todo o trabalho. Somos testemunhas de todo o empenho e dedicação da Seduh-DF. Hoje, representando a secretaria, está a Tereza, o secretário Marcelo não pôde estar presente. Os deputados que tiveram alguma dúvida sempre foram atendidos, e não vai ser diferente agora. Eles sempre estão dispostos a esclarecer. Agradeço à Tereza. Fique à vontade, Tereza. A casa é nossa. Obrigado pela presença.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Como líder.) – Presidente, deputados, deputadas, quero saudar todos os trabalhadores e servidores que estão na galeria, bem como aqueles que aguardam nomeação em diferentes categorias.

Quero fazer uma saudação especial aos professores e professoras da carreira do magistério que estão aqui. Este é um momento muito especial porque, neste ano, o que vamos votar em relação aos professores – que é a melhoria da titulação na reestruturação que será votada hoje – não veio de graça. Não é um presente de governo. É fruto da luta dos professores e professoras do Distrito Federal, que se organizaram e fizeram uma greve histórica, uma greve importante. (Palmas.)

Quero dizer que acompanhei muitas greves, como alguém que apoia a luta dos professores, e nunca vi uma greve com tanto apoio popular. Uma greve que recebeu apoio da sociedade, da imprensa, das famílias. Essa conquista é uma vitória da educação, é uma conquista muito importante que vocês têm hoje. Vejo essa conquista como uma grande vitória da educação no Distrito Federal.

Falo tudo isso como alguém que apoia a educação, como alguém que tem defendido a autonomia de cátedra e a autonomia pedagógica dos professores, como alguém que tem atuado para que tenhamos mais orientadores educacionais, psicólogos, psicólogas e assistentes sociais nas escolas públicas do Distrito Federal, como alguém que tem atuado para que a PPGE seja fortalecida e não abandonada ou invisibilizada. Falo isso como alguém que destinou milhões de reais em emendas parlamentares para beneficiar mais de 400 escolas nesse último período, por meio de um edital, um dos primeiros editais da Câmara Legislativa, o Edital Realize, um edital para projetos pedagógicos nas escolas públicas. É isso que precisamos fortalecer nas escolas do Distrito Federal.

Nós temos visitado as escolas. A política de educação é a política mais enraizada no território, na nossa cidade. Sabemos das dificuldades de desigualdade social e dos problemas sociais que enfrentamos nesta cidade e reconhecemos o papel importante que os profissionais da educação cumprem todos os dias.

Eu estou muito feliz com o projeto de melhoria na titulação que está sendo aprovado hoje, mesmo sabendo que ainda é insuficiente. Nós queríamos muito mais para os professores e professoras, mas o passo que damos hoje é muito importante. Contem com o apoio do nosso mandato.

Essa não é uma vitória de parlamentar nem de governador; é uma vitória dos professores e da coragem que vocês tiveram de fazer 20 dias de greve, com dificuldades, enfrentando ameaça de

corte de ponto milionário que tentaram impor com abuso judicial. Ainda assim, vocês tiveram essa vitória importante contando com o nosso apoio e com a nossa retaguarda aqui.

Deixo esse registro hoje.

Eu queria gastar mais um minuto da minha fala para lamentar o que está acontecendo no Congresso Nacional. Na Esplanada dos Ministérios, esse Congresso Nacional, que é inimigo do povo brasileiro, quer votar uma anistia. E não é uma anistia qualquer. Eles tentam reduzir a pena de um golpista como Bolsonaro e outros da cúpula para 2 anos de prisão e reclusão, perdendo os crimes de golpe de Estado, defendendo ser uma anistia leve. Aqueles que tentaram planejar o assassinato do presidente Lula, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes agora devem ou podem ser anistiados na Câmara dos Deputados. Isso é inaceitável, porque nós que defendemos a democracia não podemos tolerar que o Congresso Nacional faça isso.

O Congresso Nacional, presidente, não convoca reunião para discutir o fim da escala 6x1, para tentar melhorar as condições dos trabalhadores, para enfrentar a violência contra a mulher, mas convoca sessão para passar pano para golpista. Isso é inaceitável, presidente! Eu queria lamentar e repudiar a atitude desse Congresso Nacional, que é inimigo do povo.

Vocês que são servidores públicos, nós, em 2026, temos que ter muita atenção com o Congresso Nacional. Não é possível o Congresso Nacional não olhar para pautas que realmente tocam a vida da maioria da população brasileira. É preciso votar bem para presidente, votar bem para governador, votar bem para todos os cargos; mas é preciso olhar com muito cuidado para o Congresso Nacional, porque nós não queremos mais um congresso inimigo do povo, como temos hoje, e amigo de grandes interesses. Por isso, a mudança no Congresso Nacional é fundamental.

Sem anistia para golpista no Brasil!

Obrigado, presidente.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Eu gostaria de agradecer a presença da diretora do Samu, doutora Lorhana. Obrigado, doutora, é um prazer tê-la aqui conosco. Que Deus abençoe sua caminhada.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, boa tarde a todos, senhoras e senhores.

Quero, rapidamente, saudar minha colega, enfermeira Lorhana. Pela primeira vez, em 20 anos, nós temos uma mulher enfermeira à frente da direção do Samu. É um orgulho para nós, profissionais de enfermagem, termos uma colega de viatura hoje dirigindo um dos maiores e melhores Samu do Brasil. Lorhana, seja bem-vinda e parabéns pela sua nomeação! (Palmas.)

Também quero parabenizar o nosso colega doutor Danilo, que também está na liderança do Samu.

Estamos em boas mãos e vamos salvar vidas.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Após a fala do deputado Gabriel Magno, havendo concordância, vamos encerrar o comunicado de líderes e passar para a ordem do dia.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde a todas as pessoas presentes e aos servidores públicos que vêm a esta sessão da Câmara Legislativa lutar por melhores condições de trabalho, por nomeação, e que estiveram presentes nesta casa o tempo inteiro.

Quero dar um boa-tarde especial às carreiras da educação, especialmente à carreira do magistério: professores, professoras, orientadores e orientadoras educacionais. Eles estão aqui hoje, presidente, para assistirem ao cumprimento de um acordo: a votação do projeto de lei que altera a carreira do magistério e modifica a tabela de titulação de especialistas, mestres e doutores. Digo isso, presidente, porque esse acordo foi construído após essa categoria precisar entrar em greve, paralisar as aulas e ir às ruas para cobrar do Governo do Distrito Federal respeito e valorização. Essa categoria arrancou isso na luta, com aula de cidadania, e, hoje, vamos votar esse projeto.

É importante destacar e reconhecer, presidente – e faço isso publicamente –, o papel que vossa excelência teve para garantir que o acordo fosse cumprido. (Palmas.)

A educação, infelizmente, está acostumada com isso, presidente. Ela tem que lutar, tem que fazer greve para conseguir um acordo e, depois, tem que continuar lutando para fazer com que esse acordo seja cumprido. E, muitas vezes, a educação tem que continuar lutando para garantir o pagamento, porque já sofreu calote de outros governos. O calote estava anunciado, e aí destaco o papel de vossa excelência quando nós o chamamos para intermediar as negociações.

Quero também fazer justiça ao secretário da Casa Civil, Gustavo Rocha. A partir do momento em que o Gustavo Rocha se sentou à mesa com a direção e a comissão de negociação do sindicato, deu a palavra de que, mesmo não enviando o projeto em novembro, como estava escrito no acordo, ele chegaria hoje para ser votado. A palavra do secretário da Casa Civil, Gustavo Rocha, foi cumprida.

Quero dizer que vamos votar e celebrar, mas o projeto, de fato, é insuficiente, presidente. Nós vamos continuar na luta, porque precisamos cumprir a Meta 17 do Plano Distrital de Educação.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Precisamos fazer essa categoria ganhar o que merece. Precisamos reestruturar completamente essa carreira. Precisamos de mais nomeações de professores e orientadores, da carreira PPGE, que é fundamental dentro da escola. Precisamos de mais estrutura física nas nossas escolas, que estão sofrendo com salas superlotadas e sem condições adequadas.

Tenho muito orgulho de ser dessa categoria e de dizer que hoje, na Câmara Legislativa, a educação pública tem mandato. Professores, professoras, orientadores, orientadoras e carreira PPGE têm mandato nesta casa.

Hoje, vamos votar o projeto, vamos celebrar, mas não vamos arredar o pé da luta para fazer com que essa carreira e essa categoria saiam dos discursos eleitorais e passem a ser, de fato, valorizadas.

Parabéns, professores e professoras! Parabéns, orientadores e orientadoras!

Parabéns, Sinpro-DF. Nós temos um sindicato importante para fazer valer a nossa luta. Essa vitória é fruto dessa luta.

Encerro este comunicado, presidente, lamentando a atitude do Congresso Nacional hoje. A proposta de anistia não tem apelo popular. Se o Congresso Nacional votar hoje a anistia para aqueles que tentaram golpe de Estado... Eles estão presos. Presidente, vossa excelência como policial civil conhece, mas parece que um setor da extrema-direita não sabia o que era prisão. Descobriu agora com o Bolsonaro preso. Eles queriam que o Bolsonaro fosse ao *shopping*, passasse férias com a família, mas esqueceram que ele está preso, e agora querem libertá-lo. É um absurdo o Congresso Nacional virar, mais uma vez, as costas para a população deste país e, ao invés de enfrentar a escala 6 por 1, taxar os bancos, os bilionários, as bets, querer proteger criminoso, proteger bandido, como tentaram fazer na PEC da bandidagem.

É sem anistia para golpista para continuarmos fortalecendo a democracia no nosso Brasil!

Obrigado, presidente. Encerro parabenizando e agradecendo vossa excelência para

comemorarmos hoje a vitória da educação pública nesta cidade.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel Magno. Parabenizo também o trabalho de vossa excelência.

Parabenizo o Cleber por toda a luta do Sinpro-DF. Sabemos que não foi fácil, mas houve entendimento e, graças a Deus, conseguimos chegar ao dia de hoje. É uma vitória importante e, se Deus quiser, daqui a pouco votaremos.

Está encerrado o comunicado de líderes.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, é muito breve a questão de ordem.

Alguns parlamentares vieram aqui, deputado Roosevelt Vilela, para falar de uma pauta nacional, mas que interfere nas questões do Distrito Federal, que é a anistia aos presos políticos que existem hoje no Brasil.

A anistia a pessoas que foram condenadas...

(Vaias na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Por gentileza, respeitem os deputados. Eu respeito todos que vêm à nossa casa, e a casa é nossa. Agora, enquanto o deputado estiver falando, eu gostaria que ouvissem. Depois podem vaiar, aplaudir, mas ninguém vai atrapalhar. Enquanto o deputado estiver falando, eu vou pedir que respeitem a fala do deputado, independentemente da vertente política ou partidária dele. Até para que eu não tenha de adotar as providências cabíveis, porque, se precisar, eu adotarei.

Solicito à Polícia Legislativa que se aproxime. Nós vamos tomar providências contra aqueles que não respeitarem.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, é muito breve.

Existem hoje pessoas presas no Brasil que foram presas sem individualização da conduta e só porque estavam em determinado lugar, em determinado dia. Essas pessoas, na pior das hipóteses, depredaram patrimônio público, causaram algum dano ao patrimônio público, e foram condenadas a 14, 15, 16, 17 anos de cadeia.

A título de exemplo, eu vou falar de um casal de Sobradinho, que não quebrou nada, não cometeu nenhum ato de vandalismo, não depredou patrimônio público, mas estava dentro de um dos prédios públicos para se abrigar do gás lacrimogêneo lançado do lado de fora. Os 2 foram presos e condenados a 15 anos de cadeia.

Mais um minuto, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Mais uma vez eu vou pedir a gentileza para que respeitem a fala do parlamentar.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Isso fala mais sobre eles do que sobre mim, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Quanto mais atrapalharem, mais tempo eu vou dar para o deputado e mais nós demoraremos para começar o processo de votação.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Também a título de exemplo, nós temos uma cidadã brasileira de 39 ou 40 anos, mãe de 2 filhos, que escreveu com batom numa estátua e pegou uma condenação de 14 anos. Não me parece justo – e não parece justo para as pessoas que ainda guardam algum grau de racionalidade e que não são movidas estritamente pela passionalidade – que

isso seja assim.

Isso fraturou o Brasil. Isso tem causado dissensão. Basta ver o que acontece quando alguém fala aqui sobre esse tema. É necessário reconciliar o Brasil, e o processo de reconciliação passa pelo que vai acontecer hoje no Congresso Nacional – na Câmara dos Deputados –, que é a anistia. Na verdade, não se pode nem chamar de anistia. O que vai acontecer é uma redução das penas das pessoas para que elas possam voltar às suas famílias e às suas vidas. Esse é um processo necessário para o Brasil.

Eu discordo dos meus colegas que me antecederam e parabenizo o Congresso Nacional pela atitude que vai tomar hoje. Ainda não é o esperado. Não é ainda o que nós queremos. O que queremos é anistia ampla, geral e irrestrita, como tiveram os terroristas comunistas – Zé Dirceu, Dilma Rousseff e outros. Esses, sim, eram criminosos; os de agora, não. O que nós queremos é isso, mas o passo que podemos dar hoje é a diminuição da pena dessas pessoas. O Brasil vai ficar muito feliz com o que vai acontecer hoje, assim como, tenho certeza, também ficarão essas famílias. Não é o esperado, é o que é possível.

Eu espero que a votação transcorra hoje normalmente e que tenhamos essa vitória para o povo brasileiro.

Obrigado, presidente.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado. Como se faz numa casa democrática, depois que o deputado fala, todos ficam livres para se manifestar conforme entenderem. Então, muito obrigado pela compreensão.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Obrigada, presidente. Boa tarde.

É sempre muito bom ver esta casa cheia. Estamos recebendo muitas mensagens, de muitos colegas que estão aqui hoje abrilhantando esta sessão tão importante, para acompanhar a votação do orçamento no fim dos trabalhos deste ano.

Provavelmente, dependendo do que acontecer, essa votação vai ficar para amanhã – acho que o presidente já informou isso –, devido a inúmeros projetos que chegaram hoje.

Eu quero avisar para vocês que a discussão do orçamento é muito importante, porque o projeto político se reflete na escolha que nós vamos fazer para o orçamento. Algumas coisas nós temos apontado com muita preocupação, seja na Comissão de Saúde, seja aqui no plenário.

Nós avançamos hoje, com a gratificação de titulação aos professores, que é muito merecida. Diga-se de passagem, nós queremos cada vez mais professores pós-graduados, titulados, com mestrado, com doutorado. Os professores, aliás, fazem muito com muito pouco em escolas tão diversas, que têm tantas dificuldades.

No entanto, nós temos ainda muitas coisas em que avançar, inclusive no orçamento da educação. Temos atualmente um déficit muito grande de profissionais, inclusive da carreira PPGE. Temos lutado pela nomeação, porque vocês podem dar um suporte muito grande para os professores e para todo mundo da assistência à educação.

Nós temos ainda a situação dos gestores. Há muito tempo houve um aumento da gratificação para os gestores, mas os da educação não tiveram esse aumento, então a nossa luta continua. Infelizmente, para o orçamento do ano que vem, vamos ter uma redução no investimento da educação de quase R\$1 bilhão se nos basearmos na LDO.

Pela saúde, meus queridos, nós vamos continuar lutando, porque nos deixa infelizes o que vai ser mostrado na votação de amanhã. Estamos tentando mudar isso, para fazer com que haja realmente um maior incremento no orçamento da saúde. Precisamos de vocês aqui, precisamos de nomeação, pois faltam quase 25 mil pessoas na Secretaria de Saúde, o que tem dificultado ou tem parado o serviço. Há leitos bloqueados. Vai ser de quase R\$1,1 bilhão a redução na saúde.

Presidente, então, para terminar o meu discurso, amanhã a nossa luta vai continuar, como continua todos os dias em que lutamos nesta casa. Nós contamos com os senhores por mais investimento na saúde e educação.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente, eu também quero parabenizar a presença desses trabalhadores, servidores de várias categorias.

Quero parabenizar o Sinpro-DF, o Sindicato dos Professores no Distrito Federal. (Palmas.) Quero parabenizar os professores, que travaram uma luta dura, uma greve que acompanhamos de perto. E, mesmo que eles tenham uma conquista, uma vitória hoje, como o deputado Gabriel Magno falou, nós temos que continuar a luta.

Isso foi fruto do empenho, da dedicação, da greve que vocês fizeram. Isso é uma demonstração de que nós, trabalhadores, só conseguimos as coisas lutando mesmo. Então, parabéns aos professores, às professoras, ao sindicato.

Cumprimento também o pessoal da carreira PPGE, que está aqui justamente reivindicando a reestruturação da carreira. Digo para o pessoal da PaSUS que foram injustiçados. Eu queria, inclusive, agradecer à vice-governadora Celina Leão, que vai nos receber daqui a pouco, vai receber uma comissão de 3 companheiros representantes da categoria. Eu também estarei lá, para buscarmos reabrir esse diálogo e fazer com que vocês possam ser justificados e voltar a receber a recomposição da PaSUS, que é tão justa, que vocês merecem. Daqui a pouco, nós estaremos lá.

Quero dizer sobre a importância que a Câmara Legislativa tem para os trabalhadores, para os servidores, para o serviço público do Distrito Federal. Quantas categorias estão aqui! E todos os deputados estão empenhados em trabalhar e melhorar as condições salariais de vocês, mas, sobretudo, também melhorar as condições dos nossos serviços públicos, porque realmente estão deixando muito a desejar no Distrito Federal. Então, parabéns pela presença e vamos juntos na luta.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, eu queria falar, ouvindo as falas aqui hoje, da beleza da democracia. É que, numa democracia, as pessoas podem subir à tribuna e defender o que elas quiserem, inclusive a anistia. Isso não foi o caso da ex-presidente Dilma Rousseff, que foi torturada numa ditadura militar da forma mais cruel.

Eu estava lendo que a ex-presidente Dilma Rousseff apanhou de palmatória, foi colocada num pau de arara, levou choques e socos que causaram problemas graves e estruturais na sua arcada dentária.

Esse é o mal da ditadura. Na ditadura, somos silenciados. Na ditadura, sofremos violência, tortura, da pior forma possível. Na democracia, podemos falar, podemos defender as nossas posições.

Então, eu queria fazer um desagravo à ex-presidente da República Dilma Rousseff pela sua luta, pela sua história, pela sua coragem. No momento que não se podia falar, ela teve a coragem de defender a democracia. (Palmas.) Quem fraturou o Brasil não foi a condenação de quem tentou o

golpe. Quem fraturou o Brasil foi quem tentou não reconhecer o resultado das eleições e acabar com a democracia brasileira.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Está encerrado o comunicado de líderes.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Está encerrado o comunicado de parlamentares.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Consulto os líderes sobre existência de acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos vetos e apreciarmos as demais matérias.

(Os líderes se manifestam favoravelmente.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não há manifestação em contrário.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.091/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, que reestrutura a carreira de Magistério Público do Distrito Federal, e dá outras providências".

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, peço a inclusão na ordem do dia do Projeto de Lei nº 2.084/2025, de autoria do Poder Executivo, que garante a folga compensatória para os salvadores do Samu e Caps.

Nós continuaremos insistindo na votação do Projeto de Lei Complementar nº 92/2025, de autoria do Poder Executivo, que garante às mulheres que estão amamentando o direito a 2 horas de redução da jornada de trabalho.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Jorge Vianna, há acordo para votação do Projeto de Lei Complementar nº 92/2025. Eu não sei se há acordo para votação do primeiro projeto que vossa excelência citou.

Vamos incluí-lo na ordem do dia para atender ao seu pedido, mas vamos consultar nosso secretário Maurício com relação ao Poder Executivo.

O Projeto de Lei nº 2.091/2025 não recebeu parecer das comissões. A CEC, CAS, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CEC, deputado Gabriel Magno, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Gabriel Magno, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEC ao Projeto de Lei nº 2.091/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, que reestrutura a carreira de Magistério Público do Distrito Federal, e dá outras providências".

Trata-se do projeto que altera a Lei nº 5.105/2013, que reestrutura o plano de carreira do magistério público do Distrito Federal, a fim de que se cumpra o acordo que essa categoria arrancou

na luta, com muita mobilização. Eles precisaram fazer uma greve de 20 dias para que o Poder Executivo encaminhasse o projeto a esta casa.

A alteração modifica as tabelas de titulação da carreira do magistério, dos professores e professoras, dos orientadores e orientadoras educacionais. A proposta muda os percentuais dos especialistas de 5% para 10%; dos mestres, de 10% para 20%; dos doutores, de 15% para 30%. A nova tabela valerá a partir do dia 1º de janeiro de 2026.

Presidente, quero parabenizá-lo pelo trabalho empenhado na votação desse projeto e pelo diálogo com o Governo do Distrito Federal. Quero, mais uma vez, nesse voto da Comissão de Educação e Cultura, saudar a direção do Sindicato dos Professores e a categoria do magistério, dos professores e professoras, dos orientadores e orientadoras educacionais.

Encerraremos o ano legislativo nesta semana, mas a luta de cada companheiro e companheira vai continuar para termos, nesta cidade, a carreira e a categoria valorizadas. Contem com nosso mandato.

Por isso, na Comissão de Educação e Cultura, somos pela aprovação do referido projeto de lei.

Esse é o voto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Registro as presenças da deputada mirim Geovana e da assessora mirim Pâmella. Esse trabalho é realizado pela Escola do Legislativo. Parabenizo a vice-presidente desta casa, deputada Paula Belmonte, pelo empenho.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, solicito a inclusão do Projeto de Lei nº 2.084/2025 na ordem do dia, referente ao Samu.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acolho a solicitação de vossa excelência, líder de governo, e incluo o Projeto de Lei nº 2.084/2025.

Solicito ao presidente da CAS, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria do Projeto de Lei nº 2.091/2025.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Designo o deputado Max Maciel.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Max Maciel, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAS ao Projeto de Lei nº 2.091/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, que reestrutura a carreira de Magistério Público do Distrito Federal, e dá outras providências".

Presidente, saúdo o presidente da CAS, deputado Rogério Morro da Cruz, e, antes de apresentar o voto, quero saudar todos os nossos professores e orientadores que estão presentes nesta sessão. Quero agradecer-lhes toda a formação e dedicação. Eu fui membro da carreira magistério e sou filho de uma de vocês. Sei muito bem a dedicação que vocês têm conosco.

Presidente, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do projeto. É merecido que os professores tenham essa grande conquista!

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Designo o deputado Jorge Vianna, que é servidor público, e, na CEOF, relata os projetos relacionados aos servidores. Parabenizo desde já os profissionais da educação, que muito merecem todo o reconhecimento e valorização.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Jorge Vianna, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.091/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, que reestrutura a carreira de Magistério Público do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Presidente, antes de mais nada, quero saudar, agora oficialmente, nossos colegas educadores, professores e profissionais da carreira magistério, bem como nossos colegas da carreira PPGC. Queríamos muito que esse projeto estivesse junto com o de vocês. Parece que existe uma regra de que vocês ficam sempre em segundo plano. Não é para acontecer isso mais. De verdade, não é.

Presidente, o projeto de lei visa a alterar a Lei nº 5.105/2013, referente à carreira de magistério público do Distrito Federal, incorporando reajuste e criando o conceito de “aptidão” para definir a formação e as competências necessárias para o exercício de determinadas funções educacionais. Além disso, estabelece os novos percentuais de remuneração para servidores com especialização, mestrado e doutorado; aplica seus efeitos também a aposentados e pensionistas, com paridade, e fixa a vigência financeira das alterações a partir de 1º de janeiro de 2026.

A proposta está acompanhada de declaração de disponibilidade orçamentária e adequação aos instrumentos orçamentários, razão pela qual manifesto voto pela sua admissibilidade. É o parecer, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Agradeço a presença do doutor Celestino, representante da Defensoria.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 2.091/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, que reestrutura a carreira de Magistério Público do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Parabenizo o Governo do Distrito Federal, nas pessoas do governador Ibaneis Rocha e da vice-governadora Celina Leão, pelo envio deste projeto a esta casa. Este projeto valoriza aquela que talvez seja a profissão mais importante de todas, a de professor.

Dou o parecer, pela CCJ, no sentido de admitir a proposição.

Parabenizo todos os professores do Distrito Federal, em especial aqueles que não fazem da cátedra um instrumento de doutrinação. É o parecer, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 21 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.091/2025.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, eu senti necessidade de

discutir este projeto na tarde de hoje, porque precisamos reparar algumas injustiças. Estou vendo aqui a direção do Sinpro-DF. Eu não vou citar os nomes de todos, mas hoje me dá um prazer enorme ver que a base está aqui.

Tenho um amigo, um professor, que já foi camelô, vendedor de fita no tempo em que havia fita cassete. Ele lutava, desde aquele tempo, lá no centro da Ceilândia, quando quiseram tirá-lo de lá. E nós fomos lá prestar solidariedade. Ele hoje é professor e continua com a mesma garra daquele tempo.

Eu sei o quanto foi difícil esse processo de negociação. Eu sei a hora que eu tive, pessoalmente, de conversar com o governador Ibaneis para que saísse a proposta. Eu sei da dificuldade que vocês enfrentaram na assembleia com algumas pessoas incompreensíveis atacando vocês. E hoje dá um prazer enorme – lava a nossa alma –, deputado Wellington Luiz, verificar que todas as tendências políticas daqui – da esquerda à direita – estão dizendo que foi o bom acordo. Todo mundo o está aplaudindo. É a demonstração efetiva de que esse sindicato nunca traiu e nunca trairá a categoria, ele sempre estará à disposição da luta.

Eu fiz questão de vir aqui falar para ressaltar a importância desse momento que estamos vivendo. Quero dizer que vocês podem contar sempre conosco. O meu mandato só tem 1 lado: o lado dos trabalhadores e das trabalhadoras. Portanto, professores e orientadores educacionais, contem sempre conosco. Nós estamos exigindo as contratações dos 3 mil, mas esse número não é suficiente. Nós queremos que mais professores e orientadores sejam contratados.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir.) – Presidente, falo pela liderança do governo. O governador Ibaneis e o secretário Gustavo Rocha tiveram a sensibilidade, indiferentemente – como vossa excelência disse – de serem de direita ou esquerda. Como o deputado Chico Vigilante bem disse, trata-se de um tema que une direita e esquerda: os professores. Contem com o meu voto, deputado Chico Vigilante, com o meu trabalho, porque os professores merecem todo o nosso respeito.

Gostaria principalmente de dizer aos professores lá da nossa 10ª Zonal Eleitoral – Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Park Way, Riacho Fundo 1, Riacho Fundo 2 –, onde tenho um trabalho, coloco grande parte das minhas emendas nos colégios de lá, que podem contar conosco. Na pessoa do professor Mauro, agradeço a todos os docentes.

Também agradeço ao nosso governador Ibaneis, à vice-governadora Celina Leão e ao secretário Gustavo Rocha, que tiveram sensibilidade e trabalharam impreterivelmente para que isso acontecesse.

Quero falar do respeito que tenho pela esquerda na pessoa do deputado Chico Vigilante. Nós trabalhamos aqui, deputado Chico Vigilante, numa casa coesa, onde, mesmo divergindo em pensamentos, convergimos no que diz respeito ao bem-estar da população do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para discutir.) – Fala-se muito da função do sindicato, questiona-se muito o papel do sindicato. De uns tempos para cá, a figura do sindicato vem perdendo força pelos ataques sofridos, mas o Sinpro-DF hoje – e eu conheço muito bem a diretoria – provou mais uma vez que, se não for uma categoria organizada com um sindicato que tenha coragem, nada acontece.

O Sinpro-DF e os professores hoje conseguiram essa votação porque foram às ruas. E isso é comum na luta sindical do Sinpro-DF. Isso foi o que aconteceu, deputado Gabriel Magno, há 1 ano, quando puxei uma greve junto com o meu sindicato. Só assim nós conseguimos o reajuste para os técnicos em enfermagem também. É até meio antagônico um deputado da base fazer uma greve, pressionar o governo para conseguir um reajuste. Então, 2 exemplos de sucesso: o Sindate e o Sinpro-DF.

Agora, muitos sindicatos estão aí fora reclamando, mas não tiveram sequer coragem de fazer uma greve. É o caso do SindSaúde, que esperou fechar o ano para começar o movimento. Aí a categoria ficou a ver navios na chamada Gaps.

Passei 1 ano brigando, deputado Gabriel Magno, deputado Thiago Manzoni. Mas o deputado não é do sindicato. O sindicato tem que ter coragem de ir para a rua, assim como o Sindate e o Sinpro-DF. O resultado está aí.

Outros sindicatos também não tiveram coragem de ir para a rua. Ficam com discurso disso, daquilo outro, mas não têm coragem de chamar a categoria. Contudo, se a categoria vai às ruas, o governo a atende. A prova está aí.

Eu já queria também, presidente, pedir para o governador Ibaneis mandar o projeto dos nossos colegas da PPGE, sobre o qual já há acordo, mas que não veio ainda. Se temos votação hoje e amanhã, que venha esse projeto hoje, ou, no mais tardar, amanhã, para que eles não fiquem prejudicados mais uma vez, porque não é a primeira vez que a PPGE é prejudicada em votação aqui. Então, precisamos que venha o projeto. Já há acordo sobre ele.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, eu queria só comentar uma parte da fala do deputado Jorge Vianna, que foi sindicalista também. Eu só queria deixar registrado que o Sindicato dos Enfermeiros é um sindicato forte, autônomo, e foi para as ruas. Ele não só foi para as ruas, como tentou negociar com o governo, mostrar o que os enfermeiros estão fazendo e que poderiam fazer mais.

Porém, infelizmente, ele recebeu uma multa, inclusive dos dias que nem causaram impacto na operação que foi feita. Receberam uma multa de quase R\$800.000, que está para ser negociada – mas, pelo jeito, não vai haver negociação.

Então, que fique claro isso. Nós temos tentado realmente, através do sindicato, entregar algo para a saúde do Distrito Federal, porque, com a falta de 25.000 servidores na rede, não é de assustar o absenteísmo que o governo fala que existe na Secretaria de Saúde.

O que há para a saúde? O que nós podemos apresentar para a saúde? Presidente, sabe o que apresentaram para nós? Que a saúde e a educação vão ser apenas. É isso que apresentaram para nós. Até agora, nada para a saúde e muito pouco para a educação.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O projeto está aprovado com a presença de 21 deputados.

Antes de passar para o próximo item, quero chamar a atenção para uma discussão que foi feita ontem no Colégio de Líderes para que nós acelerássemos os projetos. Nós estamos gastando quase 40 minutos para votar 1 projeto, dada a quantidade de pedidos de uso da palavra que estão sendo feitos. Então, o que foi falado lá dentro não está sendo respeitado aqui fora. Infelizmente, se todas as vezes que nós tivermos que discutir, todo mundo fizer um pedido de uso da palavra, nós vamos votar hoje 4 ou 5 projetos.

Há um acordo para encerrarmos às 18 horas e 45 minutos. Eu vou encerrar às 18 horas e 45 minutos. Isso foi tratado pela deputada Paula Belmonte com todos os deputados. Porém, se não houver compreensão dos deputados e, toda hora, houver um pedido de uso da palavra, infelizmente nós vamos ter que votar quinta, sexta, porque, a quantidade de projetos é enorme.

Então, só alerta aos deputados que não vou recusar os pedidos de uso da palavra dos deputados, mas nós vamos atravessar a noite hoje, amanhã e depois infelizmente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu ia pedir votação nominal, mas já votamos o projeto. Vamos fazer votação nominal no segundo turno.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado. No segundo turno, nós faremos votação nominal.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.093/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a reorganização dos cargos em comissão, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento no âmbito da CODHAB/DF".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CAS, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 2.093/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a reorganização dos cargos em comissão, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento no âmbito da CODHAB/DF".

Considerando que a proposição observa as exigências formais e materiais, no âmbito desta comissão, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.093/2025.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.093/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a reorganização dos cargos em comissão, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento no âmbito da CODHAB/DF".

O projeto visa reorganizar a estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da

Codhab-DF. A proposta está acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e declaração de disponibilidade orçamentária, razão pela qual manifesto voto pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 2.093/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a reorganização dos cargos em comissão, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento no âmbito da CODHAB/DF”.

O parecer é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 21 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.093/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 21 deputados.

Informo que esse projeto foi votado em menos de 5 minutos. Parabéns a todos e a todas.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.088/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 13.453.414,00”.

A proposição não recebeu parecer da CEOF.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.088/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 13.453.414,00”.

O projeto visa abrir crédito no orçamento anual no valor de R\$13.453.414 em favor do Fundo de Assistência Social do Distrito Federal, com o objetivo de atender os repasses devidos às organizações da sociedade civil, de proteção social de crianças e adolescentes e de proteção social de demais indivíduos e famílias.

Diante do cumprimento dos requisitos legais e constitucionais e considerando que a matéria contribui para a implementação de políticas públicas relevantes, manifesto voto pela admissibilidade do projeto de lei.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para discutir.) – Senhor presidente, eu queria só parabenizar a secretária aqui presente e o governo.

Essa questão precisa ser resolvida, porque muitas instituições que fazem um grande trabalho pelo Distrito Federal estão sofrendo com a falta de repasses. Essas instituições precisam dos recursos e são movidas por pessoas que trabalham por outras pessoas, com muito carinho, muita atenção e muito amor.

O trabalho na área social precisa ser valorizado. As instituições precisam ser reconhecidas e receber o suporte para que possam continuar prestando os seus serviços.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Eduardo Pedrosa, obrigado pela sensibilidade e celeridade dadas a esse projeto. Fomos procurados pelo governo e, graças a Deus, conseguimos votá-lo agora. É um projeto extremamente importante. Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 21 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei 2.088/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 21 deputados.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.089/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$192.676.000,00".

Existem pareceres pendentes. A CEOF deverá se manifestar sobre a proposição.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.089/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$192.676.000,00".

O projeto visa abrir crédito no orçamento anual do DF no valor de R\$192.676.000 a favor da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, destinado a atender despesas com amortização da dívida pública interna, Pasep, contratos de manutenção de bens imóveis: vigilância, limpeza e manutenção de serviços administrativos gerais.

O crédito será financiado pelo excesso de arrecadação das fontes de recursos: 100, ordinário não vinculado; e 172, recursos decorrentes de depósitos judiciais.

Diante do cumprimento dos requisitos legais e constitucionais e considerando que a matéria contribui para a implementação de políticas públicas relevantes, manifesto voto pela admissibilidade do projeto de lei.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 21 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.089/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 21 deputados.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.090/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$50.000.000,00".

Existem pareceres pendentes. A CEOF deverá se manifestar sobre a proposição.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.090/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$50.000.000,00".

O projeto de lei visa abrir crédito ao orçamento anual do DF no valor de R\$50 milhões em favor da Novacap para atender despesas com locação de veículos, manutenção de áreas públicas e áreas verdes, bem como gestão da informação e de sistemas de tecnologia da informação.

Diante do cumprimento dos requisitos legais e constitucionais e considerando que a matéria contribui para a implementação de políticas públicas relevantes, manifesto voto pela admissibilidade do projeto de lei.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Eduardo Pedrosa, a assessoria nos informou que há uma emenda.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Retificamos o parecer: pela admissibilidade com a emenda apresentada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 22 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.090/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 22 deputados.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Pessoal, o presidente me concedeu a palavra. Eu queria citar pessoas muito importantes que estão aqui: os usuários do sistema de saúde, na área relacionada à saúde mental. Está presente o pessoal do Caps. Eu quero dar voz e vez a vocês, porque tem sido muito difícil falar de saúde mental. Hoje, na verdade, a área da saúde mental em Brasília está destruída, não há uma rede de assistência. É impossível haver, por exemplo, uma boa assistência à saúde mental sem especialistas. Não dispomos de psicólogo nem de assistente social. Cadê o concurso para especialistas da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal? Cadê os técnicos de enfermagem e os enfermeiros que poderiam ajudar o quadro? Muito obrigada pela presença de vocês. A luta vai continuar aqui!

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.092/2025, de autoria Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências”.

Existem pareceres pendentes. A CEOF deverá se manifestar sobre a proposição.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.092/2025, de autoria Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências”.

O projeto de lei visa alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 para adequação em ações orçamentárias e subtítulos constantes no Anexo 1 – Metas e Prioridades – e inclusão de autorização para nomeação em concurso público para os empregos da Codhab-DF.

A proposição reúne as condições necessárias para sua aprovação no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, razão pela qual manifesto voto pela sua admissibilidade

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 23 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.092/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 23 deputados.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 90/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei Complementar nº 986, de 30 de junho de 2021, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – Reurb no Distrito Federal".

Existem pareceres pendentes. A CAF, a CDESCTMAT, a CPRA, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre a proposição e as emendas.

Solicito à presidente da CAF, deputada Jaqueline Silva, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito à relatora, deputada Jaqueline Silva, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAF ao Projeto de Lei Complementar nº 90/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei Complementar nº 986, de 30 de junho de 2021, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – Reurb no Distrito Federal".

Presidente, são 3 emendas.

Foram consideradas as competências regimentais da Comissão de Assuntos Fundiários,

A justificativa apresentada pelo Poder Executivo é a necessidade de aprimoramento da legislação.

Nesse caso, votamos pela aprovação do mérito do Projeto de Lei Complementar nº 90/2025, acatando a Emenda nº 2, na forma da Subemenda nº 3, informando, presidente, que a Emenda nº 1 foi retirada.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CDESCTMAT, deputado Daniel Donizet, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (MDB) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Daniel Donizet, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (MDB. Para apresentar parecer.) – Parecer da CDESCTMAT ao Projeto de Lei Complementar nº 90/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Complementar nº 986, de 30 de junho de 2021, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – Reurb no Distrito Federal”.

Presidente, no âmbito da CDESCTMAT, no mérito, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 90/2025, bem como da Emenda nº 2 e da Subemenda nº 3. A Emenda nº 1 foi retirada.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Eu gostaria de agradecer a presença dos nobres secretários Thiago Conde e André. Obrigado pela presença de vocês. Da mesma maneira, agradeço a presença do Daniel, chefe de gabinete da Seduh-DF – eu já havia mencionado a presença da Tereza. Obrigado pela presença de vocês, que engrandecem a tarde neste plenário.

Solicito ao presidente da CPRA, deputado Pepa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PEPA (PP) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Pepa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO PEPA (PP. Para apresentar parecer.) – Parecer da CPRA ao Projeto de Lei Complementar nº 90/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Complementar nº 986, de 30 de junho de 2021, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – Reurb no Distrito Federal”.

Presidente, o parecer é pela aprovação do mérito, acatando a Emenda nº 2, com a Subemenda nº 3. A Emenda nº 1 foi retirada.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei Complementar nº 90/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Complementar nº 986, de 30 de junho de 2021, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – Reurb no Distrito Federal”.

O Projeto de Lei Complementar promove ajustes na legislação, atualizando os critérios de seleção dos beneficiários da Reurb-S e ampliando os instrumentos de regularização fundiária, como a doação de imóveis e a venda direta para ocupantes que não se enquadram nas regras da política habitacional de interesse social.

A proposta não gera despesas nem produz impacto negativo sobre as contas públicas, razão pela qual manifestamos voto pela admissibilidade, com as Emendas nºs 2 e 3.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Designo o deputado Iolando.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Iolando, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei Complementar nº 90/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Complementar nº 986, de 30 de junho de 2021, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – Reurb no Distrito Federal”.

Presidente, aprovamos o Projeto de Lei Complementar nº 90/2025, admitida a Emenda nº 2 na forma da Subemenda nº 3.

A Emenda nº 1 foi retirada.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 23 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 90/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto de lei complementar que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 21 votos favoráveis.

Foi aprovado.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.081/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 6.466, de 27 de dezembro de 2019, que “dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos - ITBI e da Taxa de Limpeza Pública – TLP””.

Existem pareceres pendentes. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre a proposição.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.081/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 6.466, de 27 de dezembro de 2019, que “dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, do

Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos - ITBI e da Taxa de Limpeza Pública – TLP””””.

O projeto visa alterar a lei para incluir a isenção de ITBI na instituição ou transmissão de CDRU-S, destinada a imóveis utilizados por entidades sem fins lucrativos que realizam atividades sociais, educacionais, culturais e religiosas, contribuindo para redução da desigualdade e atendimento a populações vulneráveis. A proposta apresenta estimativa de impacto orçamentário conforme preceitua a lei de responsabilidade fiscal, motivo pelo qual manifesto voto pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 2.081/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 6.466, de 27 de dezembro de 2019, que “dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos - ITBI e da Taxa de Limpeza Pública - TLP””””.

O parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 21 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.081/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Enquanto os deputados votam e em consideração aos servidores da PPGG, vou responder ao Vítor, o Gaúcho, que me entregou um bilhete dizendo que o governo firmou o acordo de mandar o projeto a esta casa. É óbvio que, se o projeto chegar a esta casa, nós iremos votá-lo e aprová-lo com o maior prazer; mas, até o momento, não há nenhum indicativo de que isso irá acontecer neste semestre. Se isso acontecer, podem ter certeza de que esta casa não se furtará à obrigação de atender ao pedido desses nobres colegas que tanto têm contribuído para o Distrito Federal.

Então, Gaúcho, se o projeto chegar a esta casa até amanhã, pode ter certeza de que iremos incluí-lo na pauta de votação e aprová-lo sem dúvida nenhuma.

Muito obrigado pela presença e pela participação de vocês.

Votação encerrada.

Houve 21 votos favoráveis.

Foi aprovado.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.085/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências".

Existem pareceres pendentes. Foram apresentadas 2 emendas. A CEOF se manifestar sobre a proposição.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.085/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências".

O projeto de lei visa alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026, para incluir autorizações voltadas à reestruturação da carreira de Magistério Público e das carreiras de Políticas Públicas e Gestão Educacional do Distrito Federal.

A proposição reúne as condições necessárias para a sua aprovação no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, razão pela qual manifesto voto pela sua admissibilidade com as Emendas nº 1 e nº 2.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 21 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.085/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 21 deputados.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 209/2024, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Homologa os Convênios ICMS nº 132/21, nº 101/2023 e nº 146/2023".

Projeto originário da Mensagem nº 684/2024.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 209/2024.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem "sim" e aos que o rejeitam que votem "não".

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 21 votos favoráveis e 3 ausências.

Foi aprovado.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.083/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências"".

Existem pareceres pendentes. A CEOF deverá se manifestar sobre a proposição.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.083/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências"".

O projeto de lei visa alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 para incluir a renúncia de receita referente à concessão de isenção para o ITBI sobre a transmissão de direito real de uso oriunda das Concessões de Direito Real de Uso sem Opção de Compra, CDRU-S.

A proposição reúne as condições necessárias para sua aprovação no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, razão pela qual manifesto voto pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 21 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.083/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários

que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 21 deputados.

Item extrapauta.

Apreciação do Processo nº 13/2023, de autoria do Poder Executivo, que "Homologa os convênios de ICMS nº 180/2022, nº 42/2023 e nº 92/2023", mensagem nº 276/2023.

Existem pareceres pendentes. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre a matéria.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Processo nº 13/2023, de autoria do Poder Executivo, que "Homologa os Convênios ICMS nº 180/2022, nº 42/2023 e nº 92/2023".

Presidente, o parecer é pela admissibilidade, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 399.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O parecer está aprovado, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 399/2025, com a presença de 21 deputados.

Conforme acordo de líderes, incluo o Projeto de Decreto Legislativo nº 399/2025 como item extrapauta.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 399/2025, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Homologa os Convênios ICMS nº 180/2022, nº 42/2023 e nº 92/2023".

Existem pareceres pendentes. A CCJ deverá se manifestar sobre a proposição.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Decreto Legislativo nº 399/2025, de autoria da CEOF, que "Homologa os Convênios ICMS nº 180/2022, nº 42/2023 e nº 92/2023".

O parecer é pela admissibilidade da proposição, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 21 deputados.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 399/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto de decreto legislativo que votem "sim" e aos que o rejeitam que votem "não".

Informo que são necessários 16 votos para aprovação.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 21 votos favoráveis.

Foi aprovado.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item extrapauta.

Apreciação do Processo nº 25/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Homologa o Convênio ICMS nº 22, de 14 de abril de 2023", Mensagem nº 251/2024.

Existem pareceres pendentes. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre a matéria.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Processo nº 25/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Homologa o Convênio ICMS nº 22, de 14 de abril de 2023".

O Convênio ICMS nº 22/2023 autoriza os Estados e o Distrito Federal a concederem crédito presumido de ICMS nas operações com biodiesel, adequando os benefícios fiscais existentes ao regime de tributação monofásica por alíquota específica.

Dessa forma, tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico e favorece a execução de políticas públicas relevantes, manifesto o voto pela admissibilidade e aprovação, na forma do projeto de decreto legislativo anexo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O parecer sobre o projeto está aprovado na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 400/2025, à presença de 21 deputados.

Conforme acordo de líderes, incluo extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 400/2025.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 400/2025, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Homologa o Convênio ICMS nº 22, de 14 de abril de 2023".

Existem parecer pendente. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Decreto Legislativo nº 400/2025, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Homologa o Convênio ICMS nº 22, de 14 de abril de 2023".

O parecer é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 21 deputados.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 400/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem "sim" e aos que o rejeitam que votem "não".

Informo que o projeto necessita de 16 votos favoráveis.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 19 votos favoráveis.

Foi aprovado.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, o senhor falou advogado da advogada?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Sim.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Eu me lembrei de um discurso incisivo feito pelo deputado Chico Vigilante, hoje mais cedo, falando de um episódio que aconteceu recentemente em um voo em que estava um ministro do Supremo Tribunal Federal, o advogado de um caso que ele vai julgar e outros empresários. Foi noticiado, recentemente, que bons contratos vultosos de advocacia foram firmados, na ordem de R\$120 milhões a R\$130 milhões, também com algum grau

de proximidade com o Supremo Tribunal Federal.

Hoje, no Supremo Tribunal Federal, houve uma cena grotesca para os advogados. Um advogado, representando o seu cliente, na tribuna do Supremo Tribunal Federal, exercendo a advocacia, que é um múnus público, nos termos da legislação federal, teve contra si chamado um policial para retirá-lo da tribuna por um ministro do Supremo Tribunal Federal.

Na medida em que o presidente citou a advocacia, eu me lembrei desses episódios: o jato, o contrato vultoso e o policial que retira da tribuna um advogado que está exercendo o direito de defesa do seu cliente. Esse é o Brasil em que vivemos e com o qual nos acostumamos. Estamos tornando esse tipo de ação comum na nossa nação.

Fica aqui o meu desagravo ao advogado que foi retirado da tribuna e o meu pedido à OAB Nacional e à OAB do Distrito Federal – em que pese o advogado não seja do Distrito Federal, isso aconteceu em Brasília, no Supremo Tribunal Federal –, essas entidades que defendem ou que representam os advogados, para que tomem as atitudes cabíveis, porque, do jeito que a coisa vai, o Brasil não vai acabar bem.

Obrigado, presidente.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, quero, primeiramente, agradecer a oportunidade de fala.

Nós temos um acordo para que a sessão seja o mais célere possível, mas eu não podia deixar de falar e, na realidade, enaltecer todas as pessoas que estão aqui e, principalmente, a Câmara Legislativa. Hoje, dia 9 de dezembro, é o Dia Internacional de Combate à Corrupção. Mais tarde, nós vamos entregar o título de cidadão honorário ao ministro Augusto Nardes.

Eu tenho a honra de segurar esse troféu, que reconhece publicamente que a Câmara Legislativa é uma das casas mais transparentes do Brasil. É o segundo ano consecutivo em que recebemos a classificação diamante nessa área. Quero agradecer a todos da Segunda-Vice-Presidência, na pessoa do Jean, da Segunda-Secretaria, e a nossa querida servidora Tania, que fizeram muito para que isso acontecesse. Agradeço também a contribuição da presidência e de todas as outras secretarias. Nós fizemos um discurso para mostrar a todos os parlamentares que vimos trabalhando com o Observatório Cidadão e com a Câmara Legislativa, porque isso é o reconhecimento do Brasil a esta casa. Precisamos avançar muito na transparência, mas sabemos que esta casa já trabalha muito dessa forma.

Quero entregar esse troféu na mão do senhor, em reconhecimento pela sua atuação na presidência e pelo trabalho de tantos servidores que fazem com que a nossa Câmara Legislativa ganhe a classificação diamante da transparência.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Quero, em nome de todos os deputados e de nossas assessoras e nossos assessores, parabenizá-la, parabenizar todos os servidores da Segunda-Vice-Presidência e dizer que isso é um orgulho para nós. São 3 anos consecutivos em que somos reconhecidos como a casa mais transparente do Brasil: primeiro com o prêmio Ouro 2023, depois com o prêmio Diamante 2024 e agora repetimos com o prêmio Diamante 2025.

Fica registrada a nossa alegria. Essa é uma vitória de todos nós. O troféu ficará exposto à frente. Inclusive, lembro que já agradei a todos os servidores da Segunda-Vice-Presidência, mas agradeço de maneira muito especial à Tania e ao Jean. Muito obrigado pelo trabalho que muito nos honra.

Tania, obrigado, que Deus a abençoe. Em 2026, temos que alcançar de novo essa

premiação. Obrigado também ao Jean e ao Renato, que foram receber a premiação e nos representaram. Muito obrigado. Obrigado, deputada Paula Belmonte. O troféu ficará à frente para lembrarmos dessa importante conquista, motivo de orgulho para nós.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, parabéns, fico muito feliz por esse prêmio. Já agradeço à deputada Paula Belmonte, que fez um trabalho tão bonito. Sinto sua falta nas prestações de contas, trabalhávamos muito bem nessa área. Parabéns, presidente, vossa excelência representa isso também.

Presidente, quero perguntar algo a vossa excelência. Eu quero perguntar se houve algum acordo para o projeto que envolve essas pessoas, porque sempre vejo essa carreira. Há muita gente de laranja. Em toda reunião do Colégio de Líderes, eles estão aqui. Pelo que entendi, o pessoal da Assinfra, que é a Associação dos Servidores da Carreira de Planejamento Urbano e Infraestrutura do Distrito Federal, está solicitando uma alteração na denominação dos cargos efetivos, sem impacto orçamentário. Já há parecer favorável. Isso está no SEI. Eu sei que são muitas informações para vossa excelência, mas, se houver alguma notícia com relação a isso, se conseguíssemos fazer alguma observação e esta casa conseguisse votar esse projeto, seria muito bom. Parabenizo a luta deles, que estão aqui o ano inteiro lutando por isso. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputada, agradeço a manifestação de vossa excelência, em nome do Diego e do João Paulo, pelo trabalho e dedicação. Já disse a importância dessa carreira para o desenvolvimento do Distrito Federal. Peço mais uma vez que o Executivo envie esse projeto. Não há impacto financeiro, é um projeto importante para a categoria, para a Câmara Legislativa e para os cidadãos. Peço que o projeto chegue até amanhã. Vamos lê-lo e, com certeza, votá-lo e aprová-lo, em respeito e reconhecimento ao excelente trabalho dessas servidoras e desses servidores. Fica aqui o nosso compromisso.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, não sei se é possível o secretário Mauricio, que está presente, trazer alguma notícia nesse sentido. Sei que o deputado Hermeto, líder do governo, pode conseguir essa informação. Já que não há impacto orçamentário, talvez o projeto possa chegar até amanhã para o votarmos. Se pudéssemos ter algum posicionamento sobre isso até o final da tarde, seria ótimo.

Já peço isso ao Mauricio, que faz um trabalho brilhante na relação da casa com o Executivo.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Agora, há um importante momento: tirar uma foto com a Tania e com o Jean.

(Registro fotográfico.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, Tania.

Mais uma vez, Tania, na sua pessoa e na pessoa do Jean, agradeço todo esse trabalho. É motivo de orgulho para nós da Câmara Legislativa chegar a esse patamar. Nós ouvimos muitas críticas, mas, na verdade, a Câmara Legislativa está trabalhando e muito. Quando falo em Câmara Legislativa, refiro-me exatamente aos nossos servidores e nossas servidoras, representados pela Tania, pelo Jean, pelo Renato – o chefe de gabinete da Presidência –, bem como pelos servidores dos demais gabinetes e pelos demais assessores e pelas assessoras.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, quero, rapidamente, fazer uma cobrança ao Governo do Distrito Federal. Recentemente, o senhor deu uma notícia muito boa para os policiais

militares e policiais civis de que vai haver nomeação ainda este mês, assim como haverá nomeação para os nossos colegas da educação.

Eu queria intensificar meu pedido para que ano que vem, principalmente no início do ano, para que façamos referência aos nossos colegas concursados Avas, ACS, técnicos de enfermagem, enfermeiros, colegas da odontologia e cirurgiões-dentistas.

Neste ano, vimos uma predileção para a segurança pública e para a educação no que diz respeito às nomeações. Eu espero, de verdade, que o Governo do Distrito Federal, na pessoa do governador Ibaneis, no ano que vem, dê essa mesma contribuição e o mesmo reconhecimento aos colegas da saúde do Distrito Federal.

Reafirmo: ano que vem deverá ser o ano da saúde. Espero que os investimentos sejam para as reestruturações de carreira e para as nomeações de novos servidores. Esse é o meu pedido para o governo.

Sou um deputado da base, um deputado que ajuda o governo, mas, neste momento, precisamos de ajuda. Precisamos de ajuda para que possamos fortalecer a saúde. Fortalecer a saúde é nomear servidores o mais rápido possível, porque os servidores que estão lá já não aguentam mais. O índice de adoecimento e atestados é enorme justamente porque os servidores estão desgastados.

Então, espero que haja avanço nisso ainda este ano, mas, caso isso não ocorra, peço que possamos iniciar o ano que vem com o pé direito, nomeando esses colegas servidores da saúde.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, vou ser breve.

A deputada Dayse Amarilio falou da importância dessa carreira. Eu tenho conversado bastante com o Diego e com o Paulo sobre isso. Portanto, quero pedir, de público, ao governador Ibaneis Rocha que envie esse projeto para o votarmos aqui, de preferência amanhã, o mais breve possível, porque o trabalho de vocês realmente faz toda a diferença no Distrito Federal. Esse projeto terá o meu apoio, sem dúvida. Que Deus os abençoe.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, a pedido do pessoal da assessoria de plenário, eu proponho a vossa excelência que possamos votar agora o Projeto de Resolução nº 77/2025, que trata da assessoria de plenário. Em seguida, que possamos entrar na votação em segundo turno dos projetos. Já são 17 horas e 36 minutos. Seria interessante fazermos isso.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acolho a solicitação de vossa excelência.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB) – Presidente, eu também gostaria de fazer o mesmo pedido.

Ontem, houve uma reunião com os deputados. Na ocasião, pedi que pudéssemos apreciar o projeto de lei que versa sobre a comunicação à OAB dos processos existentes contra nossas mulheres, estabelecendo a obrigação de comunicar casos de violência doméstica. Trata-se do item nº 118 da ordem do dia.

Peço, caso seja possível, que possamos apreciar essa matéria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O Lucas está me informando que há,

na ordem do dia, 3 projetos de decreto legislativo em turno único a serem votados. Se vossas excelências concordarem, votamos esses 3 projetos cuja tramitação já está concluída. A votação será rápida, pois trata-se de turno único. Na sequência, votaremos esse projeto. Então, esse será o quarto projeto a ser apreciado.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, há 4 projetos de decreto legislativo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – São 4?

DEPUTADO HERMETO (MDB) – São 3. São os Projetos de Decreto Legislativo nºs 403, 404 e 405. Vamos engatar isso logo?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Vamos.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Há também o projeto do nosso colega deputado Jorge Vianna, o defensor da saúde.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Estamos nesta sequência: 4 projetos de decreto legislativo, o projeto da OAB, que está encabeçado pela deputada Jaqueline Silva, pela deputada Dayse Amarílio, pela deputada Doutora Jane e deputada Paula Belmonte...

Qual é o outro?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O seu projeto vai ser apreciado na sequência, deputada Paula Belmonte. Serão apreciados o projeto que vossas excelências assinaram e mais o seu, que não tinha sido votado ainda.

Item extrapauta.

Apreciação do Processo nº 46/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Homologa os Convênios ICMS nº 36, de 11 de abril de 2025 e nº 84, de 4 de julho de 2025", Mensagem nº 252/2024.

Existem pareceres pendentes. A CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre a matéria.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Processo nº 46/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Homologa os Convênios ICMS nº 36, de 11 de abril de 2025 e nº 84, de 4 de julho de 2025".

Os novos convênios atualizam a lista de medicamentos beneficiados, incluindo novos itens e promovendo ajustes redacionais, com o objetivo de permitir maior aderência das normas tributárias.

Tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico e favorece a execução de políticas públicas relevantes, manifesto o voto pela sua admissibilidade e aprovação da matéria, na forma do projeto de decreto legislativo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários

que se manifestem.

O parecer foi aprovado, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 401/2025, com a presença de 19 deputados.

Conforme o acordo de líderes, incluo como extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 401/2025.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 401/2025, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Homologa os Convênios nº 36, de 11 de abril de 2025 e nº 84, de 4 de julho de 2025".

Existe parecer pendente. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Decreto Legislativo nº 401/2025, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Homologa os Convênios nº 36, de 11 de abril de 2025 e nº 84, de 4 de julho de 2025".

O parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 21 deputados.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 401/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

O projeto precisa de 16 votos para ser aprovado.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem "sim" e aos que o rejeitam que votem "não".

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 21 votos favoráveis e 3 ausências.

Foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 401/2025.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item extrapauta.

Apreciação do Processo nº 31/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Homologa o Convênio ICMS nº 32, de 7 de abril de 2022", Mensagem nº 26/2025.

Existem pareceres pendentes. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre a matéria.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Processo nº 31/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Homologa o Convênio ICMS nº 32, de 7 de abril de 2022".

O convênio autoriza a redução da base de cálculo do ICMS em operações específicas, permitindo ao Distrito Federal alinhar-se ao tratamento tributário pactuado nacionalmente.

Tendo em vista que a proposição observa as exigências materiais do ordenamento jurídico e favorece a execução de políticas públicas relevantes, voto pela admissibilidade e aprovação do Processo nº 31/2025, na forma do projeto de decreto legislativo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 20 deputados.

Conforme acordo de líderes, incluo como item extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 403/2025.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 403/2025, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Homologa o Convênio ICMS nº 32, de 7 de abril de 2022".

Existe parecer pendente. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Decreto Legislativo nº 403/2025, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Homologa o Convênio ICMS nº 32, de 7 de abril de 2022".

O parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 21 deputados.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 403/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem "sim" e aos que o rejeitam que votem "não".

O projeto necessita de 16 votos para aprovação.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 21 votos favoráveis.

Foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 403/2025.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item extrapauta.

Apreciação do Processo nº 29/2025, Mensagem nº 15/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Homologa os Convênios ICMS nº 193/2023 e nº 91/2024".

Existem pareceres pendentes. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre a matéria.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Processo nº 29/2025, Mensagem nº 15/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Homologa os Convênios ICMS nº 193/2023 e nº 91/2024".

Presidente, o Convênio ICMS nº 193/2023 acrescenta novos medicamentos à lista de produtos isentos. O Convênio ICMS nº 91/2024, além de atualizar códigos de nomenclatura comum do Mercosul, inclui novo item com isenção, o que amplia o alcance do benefício.

Tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico e favorece a execução de políticas públicas relevantes, manifesto voto pela admissibilidade e aprovação, na forma do projeto de decreto legislativo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O parecer foi aprovado, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 404/2025, com a presença de 21 deputados.

Conforme acordo de líderes, incluo como item extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 404/2025.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 404/2025, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Homologa os Convênios ICMS nº 193/2023 e nº 91/2024".

Existem pareceres pendentes. A CCJ deverá se manifestar sobre a proposição.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Decreto Legislativo nº 404/2025, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “Homologa os Convênios ICMS nº 193/2023 e nº 91/2024”.

Presidente, sem embolar as letras, de maneira pausada, o parecer da CCJ – parabenizando vossa excelência pela condução dos trabalhos – é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O parecer foi aprovado com a presença de 21 deputados.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 404/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 23 votos favoráveis e 1 ausência.

Foi aprovado.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, o assunto não tem a ver com a ordem do dia, mas é só para avisar à comunidade de Brazlândia que a casa está ciente da situação. O deputado Iolando também está ciente disso. Há uma obra paralisada do DNIT lá, que está interferindo na mobilidade urbana. As pessoas estão demorando 2 horas para transitar por lá. Isso é só para avisar que esta casa está ciente da situação. Estamos dialogando com o secretário Zeno e tentando contato com o Flávio, antigo secretário, que hoje está no DNIT, para buscarmos um acerto, deputado Iolando, com a BsBus, para buscarmos alternativas que reduzam esse tempo. As pessoas estão levando 2 horas, 2 horas e meia para chegar lá. A obra é importante, é uma obra do PAC, mas ela não pode interferir nessa longa distância. As pessoas estão chegando em casa quase 1, 2 horas da manhã – isso quando chegam –, dentro de um ônibus lotado.

Então, isso é só para avisar à comunidade de Brazlândia que nós estamos cientes. Já dialoguei com o deputado Iolando nesse sentido. Nós estamos em diálogo com a secretaria a fim de buscar uma alternativa para que se faça um pronto atendimento ali, uma rota exclusiva, ou até se disponibilize um zebra especial com *semi-express*, para que a população não fique tanto tempo dentro do sistema de transporte público no engarrafamento, com fechamento da BR-080, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Item extrapauta.

Apreciação do Processo nº 45/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Homologa os Convênios ICMS nº 154, de 6 de dezembro de 2024; nº 37, de 11 de abril de 2025; e nº 90, de 4 de julho de 2025”, mensagem nº 251/2025.

Existem pareceres pendentes. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto decorrente do processo.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Processo nº 45/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Homologa os Convênios ICMS nº 154, de 6 de dezembro de 2024; nº 37, de 11 de abril de 2025; e nº 90, de 4 de julho de 2025”.

O processo visa homologar os convênios de ICMS nº 154/2024, ICMS nº 37/2025 e ICMS nº 90/2025, que alteram o convênio de ICMS nº 162, de 7 de dezembro de 1994, que “Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção do ICMS nas operações com medicamentos destinados ao tratamento de câncer”, cuja ratificação nacional foi publicada no Diário Oficial da União.

Tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico e favorece a execução de políticas públicas relevantes, voto pela admissibilidade do processo, na forma do projeto de decreto legislativo desta comissão.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 23 deputados. O parecer sobre o processo está aprovado na forma do projeto de decreto legislativo.

Conforme acordo de líderes, incluo como item extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 405/2025.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 405/2025, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “Homologa os convênios ICMS nº 154, de 06 de dezembro de 2024; nº 37, de 11 de abril de 2025; e nº 90, de 04 de julho de 2025”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de

Decreto Legislativo nº 405/2025, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Homologa os convênios ICMS nº 154, de 06 de dezembro de 2024; nº 37, de 11 de abril de 2025; e nº 90, de 04 de julho de 2025".

O parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 23 deputados.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 405/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Antes da votação, quero agradecer a presença do presidente da OAB-DF, Paulo Maurício. É uma honra tê-lo conosco. Nós o parabenizamos pela excelente iniciativa de um projeto que muito nos orgulha. A OAB-DF muito nos representa. Muito obrigado.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem "sim" e aos que o rejeitam que votem "não".

(Realiza-se a votação nominal.)

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Votação encerrada.

Houve 21 votos favoráveis e 3 ausências.

Foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 405/2025.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Devolvo a presidência ao deputado Wellington Luiz.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 77/2025, de autoria da Mesa Diretora, que "Disciplina a assessoria a Deputado Distrital em plenário e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer da CCJ.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Resolução nº 77/2025, de autoria da Mesa Diretora, que "Disciplina a assessoria a Deputado Distrital em plenário e dá outras providências".

O parecer da CCJ, presidente, é pela admissibilidade do projeto de resolução.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 23 deputados.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Resolução nº 77/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 23 deputados.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 92/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a concessão de jornada de trabalho diferenciada para servidoras públicas lactantes no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a Comissão de Saúde, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

A proposição recebeu uma emenda.

Solicito à presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputada Doutora Jane, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito à relatora, deputada Doutora Jane, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei Complementar nº 92/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a concessão de jornada de trabalho diferenciada para servidoras públicas lactantes no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal".

O parecer da comissão é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 92/2025, com 1 emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito à presidente da Comissão de Saúde, deputada Dayse Amarilio, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, só para confirmar: o parecer é pela Comissão de Saúde ou pela Comissão de Assuntos Sociais?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Primeiro, pela Comissão de Saúde. Se vossa excelência quiser apresentar os 2 de uma vez, da minha parte, está autorizado.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Pode ser, presidente?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Pode, a não ser que o deputado Rogério Morro da Cruz seja contra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de

Saúde e da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei Complementar nº 92/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a concessão de jornada de trabalho diferenciada para servidoras públicas lactantes no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal".

Somos pela aprovação, nas 2 comissões, do Projeto de Lei Complementar nº 92/2025, com acatamento da emenda.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para apresentar parecer.) – Não pode ser das 2 comissões? Então, faço da primeira.

No âmbito da Comissão de Saúde, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 92/2025, com acatamento da emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Designo a deputada Dayse Amarilio.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei Complementar nº 92/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a concessão de jornada de trabalho diferenciada para servidoras públicas lactantes no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal".

Presidente, eu queria agradecer a sensibilidade do meu presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputado Rogério Morro da Cruz, que trabalha pelo povo.

Gostaria de dizer que esse projeto é muito importante, e eu fico muito honrada de poder dar o parecer, representando as mulheres do Distrito Federal.

Então, somos pela aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais, do Projeto de Lei Complementar nº 92/2025, com acatamento da emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Designo o deputado Jorge Vianna como relator pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Solicito ao relator, deputado Jorge Vianna, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 92/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a concessão de jornada de trabalho diferenciada para servidoras públicas lactantes no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal".

O projeto de lei garante às servidoras públicas civis do Distrito Federal o direito da redução de jornadas de trabalho de até 2 horas diárias, de forma contínua ou fracionada, para a amamentação até que o filho complete 24 meses, sem prejuízo à remuneração e sem necessidade de compensação de horário.

A proposição está acompanhada de declaração que assegura que sua aprovação não gerará impacto orçamentário-financeiro aos cofres públicos do Distrito Federal, razão pela qual manifesto voto pela sua admissibilidade, com acatamento da emenda apresentada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Designo o deputado Fábio Félix.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Fábio

Félix, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 92/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a concessão de jornada de trabalho diferenciada para servidoras públicas lactantes no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal”.

Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade, com acatamento da emenda apresentada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Os pareceres foram aprovados com a presença de 23 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 92/2025, em primeiro turno.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 22 votos favoráveis e 1 abstenção do deputado Thiago Manzoni.

Foi aprovado.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para declaração de voto.) – Presidente, eu só queria agradecer ao governador Ibaneis, porque, quando meu projeto que tratava das 2 horas de amamentação foi considerado inconstitucional, liguei para o governador, ele rapidamente viu a importância desse projeto e o mandou para a Câmara Legislativa. Tenho que agradecer ao governador Ibaneis por esse gesto e pela sensibilidade que ele teve com as mulheres servidoras públicas civis do Distrito Federal.

As mulheres da segurança pública, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros já tinham direito a essas 2 horas. Agora, sim, todas elas têm.

Parabéns ao governo. Muito obrigado pela oportunidade de ter iniciado essa discussão na Câmara Legislativa. Agradeço a todos os parlamentares, porque agora fizemos justiça a essas mulheres servidoras do DF.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pergunto a vossa excelência: há possibilidade de encerrarmos os trabalhos hoje?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado, até há, mas estou achando o tempo escasso. Vamos tentar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Já são 18 horas e 11 minutos. Portanto, proponho a vossa excelência que votemos agora os projetos em segundo turno e terminemos amanhã à tarde. Amanhã é quarta-feira.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Temos que concluir logo os projetos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Amanhã de manhã, eu particularmente não estarei aqui para ajudar no quórum, porque tenho compromisso no Congresso Nacional.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Vou ouvir os deputados. Se for uma decisão de todos, não haverá problema. Mas vamos dar continuidade, para não perdermos mais tempo. Já, já, decidimos sobre isso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – O que estou pedindo a vossa excelência é que entremos agora na votação em segundo turno.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado, dentro do acordo, há o projeto da OAB, há o projeto da deputada Paula Belmonte, há alguns projetos. Não tenho como encerrar agora.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acho que é deselegante da nossa parte. Sobre a sessão, houve um acordo no Colégio de Líderes com os deputados. Eu acho que devo encerrar às 19 horas mesmo.

Vamos lá para não perdermos mais tempo.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL) – Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL. Para declaração de voto.) – Obrigado, presidente. Quero contribuir com relação à sessão. Geralmente, as sessões atrasam 30 minutos. Acho que devemos ver até onde podemos ir e, de repente, conseguimos concluir tudo hoje.

O que me faz pedir o uso da fala é a aprovação do PLC nº 92, que trata de horário diferenciado, de tratamento diferenciado para as servidoras públicas lactantes. Elas estão num momento muito importante para todos nós, para a humanidade, para nós enquanto sociedade. Já está comprovado que a lactação contribui diretamente para o fortalecimento e desenvolvimento das nossas crianças. Se não valorizarmos as mulheres nesse momento, quem vai fazer isso?

Estão, parabéns à Câmara Legislativa; a todos os parlamentares pela aprovação desse projeto; ao governador Ibaneis pelo encaminhamento do projeto a esta casa; a vossa excelência, deputado Wellington Luiz; ao deputado Hermeto e a mim pela iniciativa.

Nós apresentamos uma emenda que inclui, no PLC nº 92, a possibilidade de horário diferenciado para as servidoras lactantes da área da segurança pública. Essa previsão já existia dentro de um projeto de minha autoria, mas, pela boa técnica legislativa, apresentamos essa emenda. Agora, dentro de uma lei só, temos todas as servidoras públicas do DF, inclusive as da área de segurança: Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Penal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado. Parabéns pela iniciativa de incluir as importantes servidoras. Agradeço também ao deputado Jorge Vianna, que trabalhou muito nesse projeto. Todos estão de parabéns, em especial o governador Ibaneis por ter mandado o projeto a esta casa.

Incluo, como item extrapauta, o Projeto de Lei nº 2.084/2025.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.084/2025, de autoria do

Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, que reestrutura a carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Saúde, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Designo a deputada Dayse Amarilio como relatora pela Comissão de Saúde.

Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para apresentar parecer.) – Parecer da CSA ao Projeto de Lei nº 2.084/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, que reestrutura a carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e dá outras providências".

Pela Comissão de Saúde, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.084/2025.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

Designo o deputado Rogério Morro da Cruz como relator pela Comissão de Assuntos Sociais.

Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAS ao Projeto de Lei nº 2.084/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, que reestrutura a carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.084/2025.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado.

Designo o deputado Jorge Vianna como relator pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Solicito ao relator, deputado Jorge Vianna, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.084/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, que reestrutura a carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e dá outras providências".

O projeto de lei visa estender, aos servidores do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência do Distrito Federal e dos Centro de Atenção Psicossocial, o direito à folga compensatória anualmente prevista apenas para os profissionais lotados nas unidades hospitalares da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

A mensagem que acompanha a proposta informa que a medida não implica criação de benefício ou impacto financeiro indevido, limitando-se a harmonizar o tratamento jurídico dado a categorias profissionais que desempenham funções equiparáveis.

Por essa razão, com muito orgulho, manifesto voto favorável à matéria. Graças a Deus, até que enfim, conseguimos isso.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Designo o deputado Iolando como relator pela Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao relator, deputado Iolando, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 2.084/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, que reestrutura a carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal”, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de 1994, e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e dá outras providências”.

Somos pela admissibilidade do projeto de lei.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Em discussão os pareceres.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir.) – Presidente, eu quero comentar esse projeto.

Esse projeto é um avanço numa luta muito antiga. As carreiras são de 2004. Temos feito algumas indicações importantes. A carreira dos enfermeiros é de 2013, quando a densidade populacional era muito inferior à de hoje. Esse projeto é muito importante porque não havia Samu nem Caps na estrutura, em 2004. É um tratamento justo e isonômico.

Eu gostaria de dizer da luta dos enfermeiros da Secretaria de Saúde, que não têm folga compensatória, como têm os técnicos de enfermagem e os especialistas. Acho que o tratamento isonômico ainda tem muito a evoluir.

É um avanço pelo qual eu queria parabenizar o Poder Executivo. Foi importante a sinalização do governo nesse sentido. Devemos buscar equiparações e tratamento isonômico para as outras carreiras, em outras situações.

Obrigada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, eu só quero lembrar, para quem está assistindo a esta sessão por meio da TV Câmara Distrital, que o Samu é criação de um governo de esquerda. Ele foi criado em Brasília pelo governo do presidente Lula, em 27 de abril de 2004.

Os ricos sempre tiveram atendimento domiciliar; os pobres, não. Foi exatamente num governo do presidente Lula, que se preocupa efetivamente com a população pobre, que passou a haver esse atendimento, que hoje é universal. É um atendimento amado por todos nós.

O Samu realmente é muito eficiente. A competência dos profissionais do Samu é muito importante. Está carimbado lá. Foi o governo de esquerda, do presidente Lula, que criou o Samu no Brasil.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 23 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.084/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 23 deputados.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, essas pautas são importantes demais para mim. Eu sou servidor do Samu. Quero agradecer ao governador Ibaneis, mas também não posso deixar de agradecer à querida Josy Jacob, do Samu, que foi junto comigo falar com o governador sobre esse projeto há algumas semanas. Há muito tempo, nós tentávamos essa alteração. A ex-deputada Celina Leão tentou fazê-la, mas foi considerada inconstitucional. Assim que eu assumi na Câmara Legislativa do Distrito Federal, também fiz isso, na intenção de fazer pressão no governo, mas o projeto também foi considerado inconstitucional.

Agora o governador enviou esse projeto para esta casa. Essa semana, para ratificar o nosso pedido, a nossa querida diretora do Samu, Lorhana, esteve com o governador também e pediu novamente a ele que desse celeridade a esse projeto.

Hoje nós concretizamos isso. Graças a Deus, nossos colegas da carreira técnico de enfermagem, Gaps e especialistas vão fazer jus a essa folga compensatória. Como a deputada Dayse Amarilio falou, isso ainda precisa avançar para que os médicos, enfermeiros e cirurgiões-dentistas tenham esse benefício. Pelo menos 1 reparação nós fizemos agora.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, há o Samu da Candangolândia. Nós sempre apoiamos o Samu – ouviu, deputado Jorge Vianna? – em todas as administrações regionais.

A Josy será nossa pré-candidata a deputada federal pelo MDB. Parabéns, Josy. Ela está fazendo um belíssimo trabalho. Ela tem total apoio do nosso partido, o nosso MDB, e vai ser uma das deputadas mais bem votadas depois do deputado Fábio Félix.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Se Deus quiser. Vamos trabalhar muito nesse sentido.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 620/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “institui, no âmbito do Distrito Federal, as diretrizes específicas e os instrumentos de incentivos destinados ao desenvolvimento dos estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação da Rede Pública e Privada de Ensino, e dá outras providências”.

Existem pareceres pendentes. CEC, CAS, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CEC, deputado Gabriel Magno, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Gabriel Magno, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEC ao Projeto de Lei nº 620/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “institui, no âmbito do Distrito Federal, as diretrizes específicas e os instrumentos de incentivos destinados ao desenvolvimento dos estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação da Rede Pública e Privada de Ensino, e dá outras providências”.

No mérito, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 620/2023.

Eu elogio a autora, deputada Paula Belmonte.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CAS, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAS ao Projeto de Lei nº 620/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “institui, no âmbito do Distrito Federal, as diretrizes específicas e os instrumentos de incentivos destinados ao desenvolvimento dos estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação da Rede Pública e Privada de Ensino, e dá outras providências”.

Presidente, no âmbito desta comissão, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 620/2023.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao vice-presidente da CEOF, deputado Joaquim Roriz Neto, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Joaquim Roriz Neto, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF Projeto de Lei nº 620/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “institui, no âmbito do Distrito Federal, as diretrizes específicas e os instrumentos de incentivos destinados ao desenvolvimento dos estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação da Rede Pública e Privada de Ensino, e dá outras providências”.

Presidente, o parecer da CEOF é pela admissibilidade.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 620/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “institui, no âmbito do Distrito Federal, as diretrizes específicas e os instrumentos de incentivos destinados ao desenvolvimento dos estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação da Rede Pública e Privada de Ensino, e dá outras providências”.

O parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 23 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 620/2023.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 23 deputados.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL) – Presidente, a questão é rápida. Eu acabo de receber uma ligação do comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, informando que amanhã vai ser publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal* o aumento do número de redações a serem corrigidas no concurso do Corpo de Bombeiros Militar. Também será publicado amanhã o aumento do prazo de validade do concurso – inicialmente, o prazo previsto era 1 ano, renovável por mais 1 ano – para 18 meses, renovável por mais de 18 meses. Esse concurso visa reintegrar os quadros do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, uma vez que há bombeiros que se aposentaram. Nós contrataremos bombeiros na área operacional; condutores e operadores de viatura; enfermeiros; médicos emergencistas; bombeiros para a banda de música. Então, é um concurso muito importante. Mais uma vez o governador Ibaneis Rocha demonstra respeito e carinho com a segurança pública, em especial com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Registro meus parabéns ao governador, pela iniciativa, e aos futuros integrantes do Corpo de Bombeiros Militar.

Essa é a boa notícia! Obrigado, presidente.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, faço minhas as palavras do deputado Roosevelt Vilela.

Deputado Roosevelt Vilela, nós fizemos uns cálculos por baixo. Se o governador Ibaneis Rocha não tivesse contratado policiais, bombeiros, policiais civis, vossa excelência sabe quantos PMs estariam hoje na rua trabalhando? Presidente, haveria 5 mil policiais e 2 mil bombeiros. Nós já tivemos um efetivo de 18 mil homens. Olha o que o governador Ibaneis Rocha fez em termos de contratação na segurança pública! Ele fez as maiores contratações: foram mais de 5 mil policiais.

Vossa excelência, com a deputada Doutora Jane, vai empossar – nós estaremos no Centro de Convenções, dia 29 – 700 policiais civis, e 1.240 policiais militares iniciarão o curso, segunda-feira, no Cepom. Desses 1.240, deputado Roosevelt Vilela, 40 são da área de saúde. Os senhores já perceberam que não ouviram mais policiais dizendo que a área da saúde está com problema? A Polícia Militar, por meio do coronel Sinésio, diretor do Departamento de Saúde da corporação, e por meio da coronel Ana Paula, têm ajustado a área de saúde da PM. Vão entrar mais 40 médicos na Polícia Militar, que se juntarão ao Centro Médico da PM, que está funcionando muito bem, fazendo o trabalho ambulatorial sem precisar do trabalho emergencial credenciado.

Nós só estamos crescendo. Assim é o governo Ibaneis: é o governo que faz, que realiza. Está aí o governo! Na sexta-feira estaremos todos no Centro de Convenções, agradecendo a ele não só por isso, mas também por ele saber administrar o Fundo Constitucional. O Fundo Constitucional não é de presidente nenhum, é do Governo do Distrito Federal, independentemente do governador que

estiver sentado na cadeira. Agradeceremos a ele sua inteligência em saber administrar o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, na sexta-feira faremos uma solenidade em comemoração ao aniversário do nosso Arapoanga. Eu peço que, se for possível, votemos as moções.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Vamos votá-las, deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, acredito que algumas coisas precisam ser ditas neste plenário.

As contratações estão acontecendo porque existe um governo federal que faz com que a economia cresça. O reajuste do Fundo Constitucional ocorre de acordo com a receita corrente líquida.

Deputado Hermeto, no último ano do governo do capitão Capiroto, o Fundo Constitucional foi de R\$16.281.254.219. O reajuste, durante 4 anos, foi de 19,4%. No governo do presidente Lula, agora para 2026, estão previstos para o Fundo Constitucional R\$28.412.205.590, um crescimento de 74,15%, graças a Deus e ao governo do presidente Lula, que faz com que a economia cresça.

Quero acrescentar – o deputado Hermeto sabe disso, pois pertenceu ao nosso governo – que o governo que mais contratou servidor público foi o do Agnelo. Quero deixar claro para as pessoas que estão assistindo a esta sessão neste momento que, quando o governador Agnelo assumiu, deputado Hermeto, o Corpo de Bombeiros não tinha mais nenhum soldado. Só havia cabos. Não havia soldados. Não havia praças. Então, o governo Agnelo teve que realizar um concurso de imediato para engajar soldados. Nós equipamos o Corpo de Bombeiros com os melhores equipamentos do mundo, inclusive compramos 2 aeronaves para o Corpo de Bombeiros. O Agnelo foi muito criticado porque estava comprando aviões para o Corpo de Bombeiros, mas eles serviam para apagar incêndios. Portanto, foi um governo que fez e fez muito: um governo do PT, o governo do Agnelo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.079/2025, de autoria da deputada Jaqueline Silva, da deputada Dayse Amarílio, da deputada Doutora Jane e da deputada Paula Belmonte, que “Dispõe sobre a comunicação à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal (OAB/DF), nos casos em que especifica e dá outras providências”.

Existem pareceres pendentes. A CDDM, a CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à presidente da CDDM, deputada Doutora Jane, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito à relatora, deputada Doutora Jane, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Para apresentar parecer.) – Parecer da CDDM ao Projeto de Lei nº 2.079/2025, de autoria da deputada Jaqueline Silva, da deputada Dayse Amarílio, da deputada Doutora Jane e da deputada Paula Belmonte, que “Dispõe sobre a comunicação à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal (OAB/DF), nos casos em que especifica e dá outras providências”.

Presidente, é com muito prazer que faço este parecer. Ele tem a ver com o fortalecimento da política de defesa da mulher.

Esta última semana foi muito dura para as mulheres não só de Brasília, mas do país inteiro.

Com certeza, a Câmara Legislativa e as mulheres da casa legislativa, assim como o senhor, presidente, e todos os parlamentares, têm demonstrado ao longo do tempo uma preocupação com essa escalada da violência contra a mulher.

A aprovação deste projeto, neste momento, é muito importante.

O presidente Poli está aqui. Ele veio demonstrar esse respeito, esse cuidado, esse interesse pela pauta em defesa da mulher. São 2 instituições respeitadas, 2 instituições que têm esse sentimento e esse senso de responsabilidade com a defesa da mulher.

É com muito prazer que a nossa comissão é pela aprovação do projeto.

Quero dizer que a aprovação desse projeto é muito importante. Nós sabemos que muitas mulheres saem da delegacia, fazem um registro de boletim de ocorrência e não têm o acompanhamento de um advogado. Esse acompanhamento é de suma importância, até para esclarecimento. Muitas vezes, a medida protetiva que ela conseguiu é retirada e ela sequer fica sabendo. Ela não sabe quais passos dar depois desse registro de boletim de ocorrência. Então, com certeza, a aprovação deste projeto será muito importante para que, ao se registrar o boletim de ocorrência e se comunicar à OAB, essa instituição tão consolidada, tão sólida, tão responsável possa acompanhar a mulher. Dessa forma, poderemos ter um sucesso maior para acabar com essa quantidade de boletins de ocorrência, pois sabemos que de cada 10 registros, 8 não chegam a termo. Muitas vezes, isso ocorre por falta de assistência jurídica. Agora, com certeza, vai ser sanada essa lacuna, e nós teremos a oportunidade de ser mais efetivos – e, conseqüentemente, mais felizes – na defesa das mulheres no DF.

Muito obrigada ao presidente Poli, que está aqui acompanhando tudo isso.

Presidente, gostaria de deixar o meu agradecimento a todos os parlamentares, especialmente às parlamentares mulheres, pelo interesse, pela defesa deste projeto de lei.

Somos pela aprovação.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da Comissão de Segurança, deputado João Cardoso, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado João Cardoso, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 2.079/2025, de autoria da deputada Jaqueline Silva, da deputada Dayse Amarílio, da deputada Doutora Jane e da deputada Paula Belmonte, que “Dispõe sobre a comunicação à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal (OAB/DF), nos casos em que especifica e dá outras providências”.

Senhor presidente, somos pela aprovação.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão

de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.079/2025, de autoria da deputada Jaqueline Silva, da deputada Dayse Amarilio, da deputada Doutora Jane e da deputada Paula Belmonte, que "Dispõe sobre a comunicação à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal (OAB/DF), nos casos em que especifica e dá outras providências".

O projeto de lei determina que as delegacias de Polícia Civil do DF comuniquem à OAB-DF, no prazo de 48 horas, casos de violência doméstica e familiar envolvendo advogados inscritos na seccional, seja como vítima ou agressor.

A aprovação do projeto não gera impacto orçamentário ao DF, razão pela qual manifesto o voto pela admissibilidade. É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.079/2025, de autoria da deputada Jaqueline Silva, da deputada Dayse Amarilio, da deputada Doutora Jane e da deputada Paula Belmonte, que "Dispõe sobre a comunicação à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal (OAB/DF), nos casos em que especifica e dá outras providências".

Senhor presidente, o parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição. Este é o parecer.

Aproveito a oportunidade para parabenizar e agradecer a presença nesta casa do doutor Paulo Maurício, presidente da OAB-DF, que acompanha a nossa votação.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 23 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.079/2025.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir.) – Senhor presidente, eu quero cumprimentar não só o Poli, mas também a Bruna, chefe de gabinete.

Este projeto mostra a importância da preocupação da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Distrito Federal com o acolhimento à advogada e com as sanções que vão ser importantes para o advogado não fazer mais alguma violência contra a mulher.

Eu queria parabenizar todos pela aprovação deste projeto. Temos lutado muito para isso acontecer, por exemplo, no serviço público, para saber como acolher a mulher, mas o que vemos, muitas vezes, é que há uma segunda violência, a violência institucional. Então, vocês saem na frente, trazendo um projeto pertinente, porque hoje em dia a violência acontece em todos os níveis e em todos os locais, inclusive, muitas vezes, com as advogadas que defendem as mulheres que sofrem violência. É importante que elas se sintam cuidadas pela instituição que as representa, que é a OAB.

Parabéns, Poli. Parabéns a toda a OAB Seccional Distrito Federal por este projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir.) – Presidente, eu também quero, neste momento, saudar o querido Poli, o Paulo Maurício, presidente da nossa gloriosa OAB. Eu tenho a alegria de dizer que sou inscrito nessa ordem, de lá eu saí para ocupar uma cadeira nesta casa.

Doutor Poli, eu sempre falo com muito orgulho que nesta casa eu represento a OAB, como disse a vossa excelência no seu escritório. Eu o parabenizo por este projeto.

Outra alegria que tenho é que sou o único parlamentar masculino que faz parte da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher nesta casa, que é composta por 4 mulheres e por mim, um deputado distrital homem, porque a comissão tem 5 membros.

Parabéns, esse é um projeto extremamente importante, e esta casa, presidente, tem um viés muito especial. Se há uma casa que respeita as mulheres, é a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Geralmente, doutor Poli, no mês de maio (*sic*), mês das mulheres, nós lhes damos oportunidade, elas compõem a mesa, dirigem a sessão, e nós votamos muitos projetos direcionados às mulheres.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra à deputada Jaqueline Silva.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para discutir.) – Presidente deputado Wellington Luiz, quero só aproveitar a oportunidade. Primeiro parabenizo o nosso presidente Poli, se assim eu posso chamá-lo.

É uma alegria ter o senhor aqui ombreado conosco.

Quero também fazer um registro e parabenizar os deputados e deputadas desta casa. No dia 15 de dezembro, nós vamos comemorar o Dia da Mulher Advogada, e esta casa já por 2 vezes consegue homenagear as advogadas do DF. Primeiro nós conseguimos votar e instituir esta data que celebra o dia da mulher advogada e, hoje, entregamos mais uma lei, doutor Paulo Maurício, para que possamos também honrar as nossas mulheres advogadas e garantir a elas a segurança de que não vamos permitir nenhum tipo de violência contra as nossas mulheres, sejam elas advogadas ou não. É uma alegria muito grande.

Quero aproveitar e agradecer também à nossa equipe na pessoa da nossa amiga doutora Janaína, que faz parte também do...

(Microfone cortado.)

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para discutir.) – Para concluir, presidente.

Ela inclusive esteve à frente de um grupo de mulheres advogadas por meio do qual conseguimos construir esse projeto.

Parabéns às nossas mulheres advogadas do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.079/2025.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 23 deputados.

Incluo como itens extrapauta a Moção nº 1.798/2025 e a Moção nº 1.799/2025.

Apreciação, em bloco, dos itens seguintes.

Item extrapauta.

Votação da Moção nº 1.798/2025, de autoria do deputado Pepa, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos às personalidades que especifica em comemoração ao Aniversário da Região Administrativa de Arapoanga – RA XXXIV".

Item extrapauta.

Votação da Moção 1.799/2025, de autoria do deputado Pepa, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos às personalidades que especifica em comemoração ao Aniversário da Região Administrativa de Arapoanga – RA XXXIV".

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis às moções que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovadas com a presença de 23 deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu estou assistindo a algumas imagens que são de estarrecer a todos nós. Eu fui deputado federal por 8 anos e estou no quinto mandato nesta casa. As imagens que estou vendo neste momento, do deputado Glauber Braga sendo retirado à força de dentro do plenário do Congresso Nacional, são inaceitáveis. A Polícia Legislativa do Congresso Nacional o tira como se ele fosse um bandido, dão mata-leão nele e tudo para tirá-lo de dentro do plenário.

Essa é a desmoralização completa desse presidente chamado Mottinha, o tal do Hugo Motta, que não tem autoridade e quer fazer prevalecer a sua autoridade pela violência. Ele não tem autoridade! Isso jamais aconteceria se houvesse um presidente com autoridade. O Hugo Motta está abaixo do Severino Cavalcanti, aquele que foi presidente do Congresso. É inaceitável isso. Ninguém se impõe pela força!

Com aquela turma de extrema-direita que invadiu a mesa, que ia dar um chute nele, o tal do Trovão que é chuvisco, ele não fez absolutamente nada. Agora retira com violência o deputado Glauber Braga. Eu estou vendo as imagens aqui no Metrôpoles. É repugnante, inaceitável! Espero, presidente, que nunca assistamos a uma cena dessas aqui neste plenário. Se eu fosse deputado federal e estivesse lá, só sairia morto, ninguém me tiraria desse jeito.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Aqui não acontece isso, deputado, porque o presidente é paz e amor. Aqui é só no carinho, no jeitinho, a pessoa só sai se quiser.

Não há mais assunto a tratar. Nos termos do Regimento Interno, convoco sessão extraordinária com início imediato após o encerramento desta sessão para apreciação, em segundo turno, dos seguintes projetos:

- Projeto de Lei nº 2.091/2025;
- Projeto de Lei nº 2.093/2025;
- Projeto de Lei nº 2.088/2025;
- Projeto de Lei nº 2.089/2025;
- Projeto de Lei nº 2.090/2025;
- Projeto de Lei nº 2.092/2025;
- Projeto de Lei Complementar nº 90/2025;
- Projeto de Lei nº 2.081/2025;
- Projeto de Lei nº 2.085/2025;
- Projeto de Lei Complementar nº 92/2025;

- Projeto de Lei nº 2.084/2025;
- Projeto de Lei nº 620/2023;
- Projeto de Lei nº 2.079/2025;
- Projeto de Lei nº 2.083/2025;
- Projeto de Lei nº 2.079/2025.

Está encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde  
Assinfra – Associação dos Servidores da Carreira de Planejamento Urbano e Infraestrutura do Distrito Federal  
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde  
CAF – Comissão de Assuntos Fundiários  
Caps – Centro de Atenção Psicossocial  
Caps – Centro de Atenção Psicossocial  
CAS – Comissão de Assuntos Sociais  
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça  
CDDM – Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher  
CDESCMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo  
CDRU-S – Concessão de Direito Real de Uso sem Opção de Compra  
CEC – Comissão de Educação e Cultura  
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças  
Cepom – Complexo de Ensino da Polícia Militar  
Codhab-DF – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal  
CPRA – Comissão de Produção Rural e Abastecimento  
CSA – Comissão de Saúde  
DER-DF – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal  
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes  
Gaps – Gestão e Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal  
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação  
Iprev-DF – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal  
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana  
IPVA – Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores  
ITBI – Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis  
ITCD – Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PaSUS-DF – Parcela Autônoma de Integração ao Sistema Único de Saúde do Distrito Federal  
PEC – Proposta de Emenda à Constituição  
PLe – Processo Legislativo Eletrônico  
PM – Polícia Militar  
PPGE – Políticas Públicas e Gestão Educacional  
PPGG – Políticas Públicas e Gestão Governamental  
Reurb – Regularização Fundiária Urbana  
Reurb-s – Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social  
Samu – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência  
Seduh-DF – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal  
SEI – Sistema Eletrônico de Informações  
Sindate – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem

SindSaúde – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Brasília-DF  
Sinpro-DF – Sindicato dos Professores no Distrito Federal  
SLU – Serviço de Limpeza Urbana  
TLP – Taxa de Limpeza Pública  
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 18/12/2025, às 15:03, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Código Verificador: **2466303** Código CRC: **987A25C7**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [serel@cl.df.gov.br](mailto:serel@cl.df.gov.br)

00001-00052182/2025-32

2466303v11

## Ata Circunstanciada da 36ª Sessão Extraordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA SECRETARIA  
Diretoria Legislativa  
Setor de Registro e Redação Legislativa



### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA  
36ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025.

INÍCIO ÀS 18H46

TÉRMINO ÀS 19H15

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Está aberta a sessão, nos termos do art. 124, 125 e 182 do Regimento Interno.

Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Eu gostaria de registrar a presença do delegado Rodrigo, um amigo nosso. Seja bem-vindo, doutor Rodrigo. (Pausa.)

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.091/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, que reestrutura a carreira de Magistério Público do Distrito Federal, e dá outras providências".

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.091/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

A votação será nominal, a pedido do deputado Chico Vigilante.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem "sim" e aos que o rejeitam que votem "não".

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 22 votos favoráveis e 2 ausências.

Foi aprovado.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.093/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a reorganização dos cargos em comissão, destinados às

atribuições de direção, chefia e assessoramento no âmbito da CODHAB/DF”.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.093/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 22 deputados.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.088/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 13.453.414,00”.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.088/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 22 deputados.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.089/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 192.676.000,00”.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.089/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 22 deputados.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.090/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 50.000.000,00”.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.090/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 22 deputados.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.092/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências".

Em discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O projeto está aprovado com a presença de 22 deputados.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Retorno ao item anterior, Projeto de Lei nº 2.090/2025.

O projeto foi aprovado em primeiro turno. Foi apresentada 1 emenda de plenário.

Solicito ao relator da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente o parecer sobre a emenda ao projeto.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.090/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 50.000.000,00".

Presidente, o parecer é pela admissibilidade da emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – A emenda foi aprovada em primeiro turno. O projeto está aprovado em segundo turno.

Item da ordem do dia.

Discussão em votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 90/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei Complementar nº 986, de 30 de junho de 2021, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana - Reurb no Distrito Federal".

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar nº 90/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem "sim" e aos que o rejeitam que votem "não".

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

O projeto está aprovado com 22 votos favoráveis.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.081/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 6.466, de 27 de dezembro de 2019, que "dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos - ITBI e da Taxa de Limpeza Pública – TLP".

Gostaria de agradecer a presença do nosso secretário Anderson, sempre muito colaborativo com esta casa. Obrigado.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.081/2025.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem "sim" e aos que o rejeitam que votem "não".

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 22 votos favoráveis.

Foi aprovado.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.085/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências".

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.085/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O projeto está aprovado com a presença de 22 deputados.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 92/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a concessão de jornada de trabalho diferenciada para servidoras públicas lactantes no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal".

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar nº 92/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem "sim" e aos que o rejeitam que votem "não".

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Foi aprovado.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.084/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 3.320 de 18 de fevereiro de 2004, que reestrutura a carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, de que tratam as Leis nº 740, de 28 de julho de

1994, e nº 2.816, de 13 de novembro de 2001, e dá outras providências”.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.084/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 22 deputados.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 620/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “institui, no âmbito do Distrito Federal, as diretrizes específicas e os instrumentos de incentivos destinados ao desenvolvimento dos estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação da Rede Pública e Privada de Ensino, e dá outras providências”.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 620/2023.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 22 deputados.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.079/2025, de autoria da deputada Jaqueline Silva, da deputada Dayse Amarilio, da deputada Doutora Jane e da deputada Paula Belmonte, que “Dispõe sobre a comunicação à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal (OAB/DF), nos casos em que especifica e dá outras providências”.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.079/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 22 deputados.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.083/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências”.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.083/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 22 deputados.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Retornaremos ao item nº 5, Projeto de Lei nº 2.090/2025, para retificação de parecer.

Houve 3 emendas apresentadas.

Solicito ao relator da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre as emendas.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.090/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 50.000.000,00”.

Presidente, o parecer é pela admissibilidade das emendas apresentadas.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer às Emendas nºs 2, 3 e 4.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado o parecer às emendas com a presença de 22 deputados.

Ratifico a votação do projeto, em segundo turno, com a presença de 22 deputados.

Encerrada a ordem do dia.

O deputado Hermeto havia feito a proposta de a ordem do dia de amanhã ocorrer pela manhã. Não sei se isso prosperou. Portanto, consulto se o deputado Hermeto ratifica a proposta ou a retira.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, o deputado Chico Vigilante terá uma audiência na Câmara dos Deputados, então eu a retiro em nome dele.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Chico Vigilante, que horas será a audiência?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, ficarei lá das 9 horas às 10 horas e 30 minutos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Então, vamos marcar para 10 horas?

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Às 10 horas, eu topo.

Quem concorda que seja às 10 horas?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Quem concorda?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, só quero lembrar ao líder que vossa excelência convocou reunião da Mesa Diretora para 10 horas da manhã. Só quero lembrar esse fato.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Se for necessário, deputado Pastor Daniel de Castro, fazemos uma alteração, se vossas excelências concordarem.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Será às 10 horas da manhã, então, presidente?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente e deputado Hermeto, vamos marcar às 11 horas.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Às 11 horas, ficará muito tarde.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Se for o caso, nós não almoçamos, pedimos um

lanche.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Pode ser, presidente, mas tem de acabar antes das 14 horas.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE) – Presidente, o vice-presidente está falando que, se for por conta do jogo do Flamengo, às 14 horas, sua excelência disse que não é favorável, não.

Deputado Hermeto, e aí?

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Nós podemos marcar para as 10 horas e 30 minutos, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Está bem. Combinado.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, será às 10 horas e 30 minutos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Será às 10 horas e 30 minutos, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, está combinado, mas quero pedir a todos os deputados que olhem as imagens que estão ocorrendo no mundo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado...

DEPUTADO HERMETO (MDB) – É do partido do deputado Fábio Félix.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, concordo com tudo. Geralmente, não há problema, mas amanhã, nesse horário, eu já não vou poder comparecer, pois haverá um almoço, em Vicente Pires, com o governador Ibaneis e 200 empresários.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Que horas será o almoço?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Será ao meio-dia.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Pastor Daniel de Castro, são só 4 projetos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Então, estou dentro. Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Todos os projetos são do Executivo, então tenho certeza de que o governador vai apoiar.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – E se vossa excelência chegar mais tarde um pouco, não haverá problema nenhum.

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, quanto à questão do meu amigo deputado Ricardo Vale, ele não deve se preocupar, não, porque ele é vice, e vice, já viu, não é?

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, fiquei na dúvida: qual é o horário?

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Será às 10 horas e 30 minutos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Será às 10 horas e 30 minutos

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Então, não haverá apreciação do segundo projeto de deputados, como foi sinalizado?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Nós podemos votar os projetos. Não há nada que impeça isso.

Se os deputados que estiverem presentes quiserem votar, nós votaremos. Nós decidiremos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, confesso a vossa excelência que estou muito triste com as imagens que vi. Não é normal...

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado, deixe-me ouvir os deputados e passamos para essa discussão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Não é normal, presidente, arrancar um deputado do plenário...

DEPUTADO HERMETO (MDB) – E é do partido do deputado Fábio Félix.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Não é normal, presidente, cortar a TV legislativa do Congresso Nacional, suspender a transmissão do *site*, cortar a rádio que faz a transmissão do Legislativo.

Realmente esse Hugo Motta...

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado, vamos dar um exemplo a eles por meio dos nossos gestos de paz, amor e tranquilidade nesta casa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, esse Hugo Motta superou todos os limites da insensatez, da irresponsabilidade e da pequenez. Esse sujeito não está à altura de ser presidente do Legislativo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Chico Vigilante, peço a sua compreensão, pois haverá uma sessão solene da deputada Paula Belmonte agora.

Obrigado.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Será às 10 horas e 30 minutos, presidente?

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, quero só registrar os meus sentimentos à família do meu amigo Expedito, que faleceu hoje.

Quero deixar um abraço a toda a família dele. Que Deus a abençoe.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, estamos aqui para o que der e vier. É só dizer o horário.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Ok. Obrigado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, antes de encerrarmos a sessão, eu queria me solidarizar com o deputado federal Glauber Braga, um deputado extremamente combativo, sério,

ético, que não responde a processos, que defende a população brasileira. Infelizmente, ele está passando por um processo de cassação extremamente político, em razão de acordo para votar uma anistia que não deveria estar sendo votada nesse momento na Câmara dos Deputados, de um acordo de cassação – uma coisa absolutamente desequilibrada por parte do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, que se apequenou como presidente daquela casa. Ele não deveria estar sentado na cadeira em que está sentado.

Minha solidariedade ao deputado federal Glauber Braga.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não há mais assunto a tratar. Nos termos do Regimento Interno, convoco sessão extraordinária para amanhã, dia 10 de dezembro, às 10 horas 30 minutos, nos termos do art. 108, III, com ordem do dia a ser distribuída.

Agradeço a presença de todas e todos.

Está encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças  
Codhab-DF – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal  
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana  
IPVA – Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores  
ITBI – Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis  
ITCD – Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos  
OAB-DF – Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Distrito Federal  
PLe – Processo Legislativo Eletrônico  
Reurb – Regularização Fundiária Urbana  
TLP – Taxa de Limpeza Pública

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 18/12/2025, às 15:02, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: 2466306 Código CRC: 9482832C.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [serel@cl.df.gov.br](mailto:serel@cl.df.gov.br)

00001-00052183/2025-87

2466306v4

## Ata Circunstanciada da 37ª Sessão Extraordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA SECRETARIA  
Diretoria Legislativa  
Setor de Registro e Redação Legislativa



### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA  
37ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

INÍCIO ÀS 10H44

TÉRMINO ÀS 12H44

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Está aberta a sessão.

Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Suspendo a sessão por 5 minutos.

(A sessão é suspensa.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Está reaberta a sessão.

Deputado Iolando, apesar de não haver comunicados, eu gostaria de pedir a vossa excelência, como nosso líder do MDB, e ao deputado Hermeto, como vice-líder, autorização para fazer uso da palavra.

Primeiramente, eu gostaria de dizer que nós fechamos o ano, sem dúvida nenhuma, com inúmeras conquistas, com importantes projetos votados e aprovados. Eu poderia elencar vários, mas, sem dúvida nenhuma, a aprovação do PDOT e, anteriormente, do PPCUB e da Luos de diversas regiões, demonstra o nosso compromisso com a população do Distrito Federal.

Quero demonstrar a minha gratidão ao governador Ibaneis; à vice-governadora Celina Leão; ao secretário Gustavo Rocha; ao procurador, doutor Márcio Wanderley; ao diretor-geral da polícia, em uma matéria que tem me deixado extremamente preocupado.

Fica aqui registrado, primeiro, a minha alegria com os esforços que estão sendo feitos por parte dessas pessoas que citei, comprometidas com a segurança pública do Distrito Federal.

Lamento profundamente, deputado Iolando, a postura da presidente do Iprev, que, de maneira muito estranha, tem tentado atrapalhar os efeitos de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que determina que a aposentadoria do policial civil seja disciplinada pelo Iprev-DF. Não fomos nós que pedimos isso. Foi o Iprev que buscou essa medida alguns anos atrás, e o Supremo Tribunal Federal, recentemente, assim o determinou e transitou em julgado.

Quando a presidente do Iprev age da maneira como está agindo, de forma estranha... E eu só não apresento um requerimento de convocação, em respeito ao pedido do secretário Gustavo Rocha; do procurador-geral, doutor Márcio Wanderley; e do próprio governador, porque assim o faria.

Na minha opinião, deputado Pastor Daniel de Castro, é importante que ela venha aqui explicar o que está querendo. Parece, no mínimo, muito estranho o que ela está fazendo, inclusive, interpretando a decisão do Supremo Tribunal Federal a seu bel-prazer. Isso não funciona assim. As

instituições, inclusive a Câmara Legislativa, estão aqui para fiscalizar. Eu não abrirei mão disso em prol de todas as categorias. Todos sabem que eu sou pró-servidor, que tenho ajudado todas as categorias, e não serei omisso com relação à Polícia Civil do Distrito Federal. Nós temos, como instrumento de trabalho, a nossa própria vida. É inadmissível vermos setores do governo, do qual faço parte, tentarem criar problema para a minha categoria. Isso eu não vou admitir.

Fica aqui o registro de agradecimento. Falei há pouco tanto do Thiago, quanto do André, de pessoas que têm buscado tecnicamente achar a solução. O Maurício tem intermediado isso. O Gustavo Rocha, há pouco, se comprometeu a coordenar essa questão. O doutor Márcio Wanderley também me disse que vai discutir isso no mês de dezembro, para que, no início de fevereiro, já possamos votar e dar ao policial o que é direito dele.

Deputado Pastor Daniel de Castro, vossa excelência é advogado e, assim como eu, deve achar muito estranho o fato de que, a partir de agora, o policial não possa se aposentar. Ele não tem regime de aposentadoria, porque o Supremo Tribunal Federal diz que é pelo Distrito Federal e que não há regra de transição, mas a presidente do Iprev ignora tudo isso.

Vocês podem ter certeza de que eu não vou admitir isso. Faço um compromisso com todos os nossos policiais civis do Distrito Federal, a quem devo muito, inclusive os meus mandatos, para que não haja dúvida: nós vamos garantir esse direito para cada um e cada uma de vocês. É inaceitável a postura dela. Volto a dizer: eu tenho mais a agradecer do que a reclamar.

Fica aqui a minha manifestação de gratidão.

Obrigado.

(Pausa.)

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Senhor presidente, faço este uso da palavra de uma maneira muito especial, porque ontem pela manhã, às 9 horas, nós inauguramos o primeiro Centro de Referência Especializado em Transtorno do Espectro Autista do Distrito Federal.

Eu me lembro, há 3 anos, de quando uma pessoa me procurou falando desse sonho, dessa ideia, desse projeto, que já existia em outras prefeituras do Brasil. E era um sonho termos esse centro no Distrito Federal. E eu falei: "Olha, nós temos que trabalhar para que Brasília seja referência em tudo. É isso que queremos".

Já vínhamos fazendo um trabalho no atendimento dessas pessoas e vimos a dificuldade das mães para conseguirem um laudo, para conseguirem o diagnóstico dos seus filhos, para conseguirem as terapias, o acompanhamento profissional, as atividades multidisciplinares, enfim. São dificuldades enormes. E começamos a fazer um trabalho pela realização desse centro.

E, hoje, com muita alegria, venho trazer para vossas excelências a notícia maravilhosa da inauguração desse centro no dia de ontem, para começar a atender as famílias do DF. Então, nós conseguimos.

Quero agradecer ao governador Ibaneis; à vice-governadora Celina Leão; ao secretário de Saúde, Juracy, que atendeu o nosso pedido com muito carinho; à Edna; ao pessoal da secretaria; à Falcomer; e a todos aqueles que foram muito importantes para que isso acontecesse. Gostaria de agradecer principalmente às associações e instituições que acreditaram em nós desde o início, estiveram ao nosso lado desde o início e nos acompanharam ao longo desse processo.

Esse é o tipo de projeto, pelo menos na minha concepção, na minha jornada política, que me faz ver sentido no mandato parlamentar. Eu encontrei sentido no mandato parlamentar quando eu passei a defender causas, não só pautas. Eu acho que, quando defendemos essas causas, esses propósitos, esse é o nosso maior legado. E eu espero que estejamos deixando um grande legado nessa pauta, cuidando dessas famílias.

É uma semente que foi plantada, é o primeiro centro de referência. Sabemos que ainda é muito pouco, mas já é alguma coisa. Saímos da estaca zero. Em breve, queremos ver um desses centros em cada cidade do DF, perto da casa das pessoas; as pessoas sendo atendidas; as pessoas tendo facilidade de acesso a esse local.

Então, eu queria deixar esta minha mensagem de gratidão ao governo.

Também gostaria de fazer um pedido especial: eu estive visitando no Gama, na Ponte Alta, a Rua do Sol. Queria fazer um pedido muito especial ao governo, à Secretaria de Obras, em especial – nós temos dialogado. Peço que façam as obras de drenagem. Toda vez que chove, aquela localidade fica com um problema enorme das águas que vão tomando a rua, invadindo as casas e trazendo o maior desconforto para a comunidade. Então, quero fazer um pedido especial para que essa obra aconteça também.

Mas o meu objetivo principal hoje era agradecer e parabenizar pelo Centro de Referência Especializado em Transtorno do Espectro Autista, que foi um sonho sonhado por muitos de nós e que, hoje, está sendo realizado.

Muito obrigado. Fiquem com Deus.

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Senhor presidente, eu quero parabenizar o deputado Eduardo Pedrosa por essa luta. É uma luta nossa também.

Eu comungo com o deputado Eduardo Pedrosa, porque, desde o mandato anterior – o deputado Eduardo Pedrosa, junto com o governador e eu – nós militamos para que o governo implantasse, de fato, esse Centro de Referência Especializado em Transtorno do Espectro Autista. E foi uma promessa do governador Ibaneis. Inclusive, ele disponibilizou a Residência Oficial, em Águas Claras, para que fosse ali o primeiro centro de referência especializado na pessoa com deficiência, entre elas as pessoas que estão no espectro autista. Tivemos uma grande batalha e vemos hoje uma grande vitória. Ontem, na estação de metrô da 111 Sul, foi inaugurado o Centro de Referência Especializado em Transtorno do Espectro Autista, o que para nós é uma grande vitória.

Quero parabenizar o deputado Eduardo Pedrosa por estar sempre militando por esta causa também.

Por incentivo nosso, a Secretaria da Pessoa com Deficiência vai trabalhar lado a lado com esse centro de referência da pessoa no espectro autista e, com certeza, nós faremos uma grande proeza no Distrito Federal.

Presidente, para concluir, eu quero também parabenizar a Câmara Legislativa, os deputados presentes, por esta emblemática gestão, inclusive na pessoa de vossa excelência, deputado Wellington Luiz, que gerencia toda esta casa, a Mesa Diretora, já pelo terceiro ano consecutivo.

Deputado Pastor Daniel de Castro, nós fizemos uma das maiores entregas de todos os tempos, se considerarmos todas as legislaturas anteriores. Não desfazendo das legislaturas anteriores, mas esta foi uma das mais emblemáticas de toda a história da Câmara Legislativa, porque entregou um dos mais importantes projetos em toda a história, que foi o PDOT, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Esse plano delimita e dá espaço ao desenvolvimento econômico, cultural, habitacional, entre outros, do Distrito Federal.

Eu me sinto bastante feliz por, neste ano, o terceiro do nosso mandato, ver o quanto esta casa progrediu, o quanto esta casa prosperou, o quanto nós parlamentares pudemos, com alegria, entregar para a sociedade, presidente deputado Wellington Luiz, todos esses benefícios. E hoje nós temos visto o Distrito Federal mais crescente, mais desenvolvido e com maior atenção à população, em especial às pessoas com deficiência, pois foi criada a secretaria, que tem desenvolvido programas, entre outras coisas.

Quero parabenizar o governador Ibaneis e a nossa vice-governadora Celina Leão por terem trabalhado lado a lado com esta casa, mandando projetos importantes, projetos que realmente deram evidência à população do Distrito Federal.

Obrigado, presidente, por ter participado dessa gestão tão maravilhosa, produtiva e próspera.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Iolando.

Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Há quórum para iniciarmos a apreciação das matérias, há 16 deputados presentes.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Convido o deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.041/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer da CEOF. Foram apresentadas 2 emendas de plenário. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.041/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências".

O projeto de lei tem por objetivo promover alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Distrito Federal com o objetivo de promover alterações e adequações em ações orçamentárias submetidas nos anexos I, II e IV.

A proposição reúne as condições necessárias para sua aprovação, no âmbito desta comissão, razão pela qual votamos pela sua admissibilidade, com as emendas apresentadas.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, queremos registrar que apresentamos uma emenda que consideramos importante para resguardar esta casa em outros contextos. Trata-se de uma emenda relacionada à transparência do Banco de Brasília. O BRB acaba ficando fora do orçamento, e observamos, neste ano, que a Câmara Legislativa teve muita dificuldade para acessar os dados do banco, inclusive informações relevantes para o processo de fiscalização do banco.

Incluimos o art. 70-A, em que o Banco de Brasília deve prestar contas à Câmara Legislativa, apresentando informações sobre convênios, instrumentos contratuais e detalhamento dos programas de gestão. Essa exigência foi incluída na LDO.

Agradeço ao deputado Eduardo Pedrosa o acolhimento da emenda aditiva.

Ressalto que esta casa necessita das informações sobre o BRB, pois o banco é um patrimônio da cidade. Não podemos permanecer como ficamos neste ano, às cegas, inclusive tendo que tomar decisões importantes em curto prazo, em um curto período. Essa emenda contribui para que haja mais cobrança por informações e transparência por parte do BRB.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Parabenizo o deputado Fábio Félix pela apresentação da emenda e agradeço ao deputado Eduardo Pedrosa o acolhimento da emenda, que é extremamente pertinente. Parabéns aos deputados!

Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O parecer está aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.041/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado, em primeiro turno, com a presença de 19 deputados.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.059/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 8.196.129,00".

A proposição não recebeu parecer da CEOF, que deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.059/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 8.196.129,00".

O projeto de lei visa abrir crédito no Orçamento Anual do Distrito Federal no valor de R\$8.196.129 assim discriminados: R\$8 milhões em favor ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, visando atender despesas com contrato de produção, veiculação de publicidade e propaganda; R\$196.129,00 em favor da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, destinados a atender despesas com contratação de empresas especializadas em diagramação e serviços gráficos para divulgação de informações de interesse público.

Diante do cumprimento dos requisitos legais e constitucionais, manifesto voto pela admissibilidade do projeto de lei.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 19 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.059/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 19 deputados.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.998/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 7.191.337,00".

A proposição não recebeu parecer da CEOF, que deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 1.998/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 7.191.337,00".

O projeto de lei visa a abertura de crédito à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no montante de R\$7.191.337, em favor do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, com o objetivo de atender despesas de exercícios anteriores com encargos previdenciários, pagamento de inativos e pensionistas do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Diante do cumprimento de requisitos legais e constitucionais, considerando que a matéria contribui para a implementação da política pública relevante, manifesto o voto pela admissibilidade do projeto de lei.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 20 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.998/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 20 deputados.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.015/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que "dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências", e dá outras providências".

Foi apresentada 1 emenda de plenário. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto e a emenda.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

Presidente, antes, vou analisar a emenda de plenário rapidamente.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL) – Presidente, eu só queria tirar uma dúvida. Nós vamos conseguir votar projetos de autoria dos deputados hoje também?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Meu amigo, hoje eu não estou nem com fome para almoçar. Se quiser, vamos até tarde.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL) – Nós podemos fazer daquela mesma forma intercalada?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não podemos, porque só há mais 1 projeto do Poder Executivo. Depois, haverá só os dos deputados. Daqui a pouquinho, acaba.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL) – Nós poderemos fazer a dos parlamentares?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Podemos. Se vossas excelências concordarem, desde que seja 1 por deputado – só os que já estão indicados, inclusive.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL) – Só os que já estão indicados. Está bom.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, há 2 projetos do Poder Executivo e 1 da Junta Comercial.

Presidente, o Projeto de Lei nº 2.001/2025 é o da Junta Comercial. Ele reduzirá o tempo de análise das viabilidades nas regiões administrativas, o que hoje é o maior gargalo para se abrir uma empresa.

Há mais 2 projetos que o Executivo está protocolando agora: o do futebol e o do crédito. Solicito que sejam incluídos na pauta.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Da minha parte, ok. Mas os projetos ainda não chegaram aqui e não estão protocolados.

Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.015/2025 e à emenda.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.015/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que “dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências”, e dá outras providências”.

O projeto de lei tem por objetivo consolidar as alíquotas do ICMS, considerando as recentes alterações ocorridas, tanto em âmbito nacional quanto local.

A proposta está acompanhada de declaração que assegura não haver aumento de despesa nem concessão de benefícios ou renúncia fiscal, razão pela qual manifesto o voto favorável à admissibilidade do projeto com rejeição da emenda apresentada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 2.015/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que “dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências”, e dá outras providências”.

O parecer da CCJ, presidente, é pela admissibilidade, com inadmissão da Emenda nº 1.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, eu gostaria que todos os deputados, as deputadas e o pessoal que está assistindo a nós pela TV Câmara Distrital prestassem bastante atenção nesse projeto.

Quando da eleição de 2022, o governo anterior, do Capitão Capiroto, baixou artificialmente o preço dos combustíveis. Depois veio a conta para o governo federal pagar com uma compensação. O governo federal já pagou essa compensação. Como se não bastasse isso, o Governo do Distrito Federal, do Ibaneis Rocha, mandou um projeto para esta casa aumentando a alíquota dos combustíveis, e a Câmara Legislativa concedeu o aumento. E agora ele está pedindo novamente um aumento!

Pergunto aos deputados que estão aqui, principalmente aos que defendem a iniciativa privada: vão votar o aumento da alíquota do combustível? Até porque, presidente, se esse projeto passar, deputado Hermeto, esses proprietários de postos de gasolina – eu os conheço e sei bem que são uma raça de bicho ruim, não prestam – vão aumentar novamente o preço do combustível, dizendo que é por causa do ICMS.

Portanto, esse projeto é desnecessário. Esta casa deveria ter o bom senso, neste momento, de retirar esse projeto de pauta. Ele é absolutamente desnecessário.

Eu quero ver como os deputados que vão votar a favor – porque eu vou votar contra e oriento a nossa bancada a votar contra – irão justificar aumento de preço da gasolina, com os proprietários de postos dizendo que é por causa da Câmara Legislativa.

Tenho um pedido de destaque de uma emenda que apresentei, mas peço, presidente, a retirada de pauta deste projeto, porque ele é nocivo a toda a população do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, isso é uma correção da lambança feita pelo Bolsonaro para tentar ganhar a eleição, quando abaixou a alíquota dos combustíveis, artificialmente, e gerou prejuízo para todos os estados. No DF, o prejuízo foi de R\$553 milhões. O governo federal corrigiu as alíquotas do ICMS para combustível – gasolina, gás – e no ano passado o DF já recuperou esse prejuízo, porque a arrecadação estimada foi de R\$676 milhões.

Agora, o que o governo quer fazer? Definir as alíquotas com valores absolutos, que vou ler aqui: gasolina, R\$1,47 por litro; *diesel*, R\$1,12 por litro; gás, R\$1,39 por quilo. Qual o impacto disso? Extrapola o percentual determinado pela alteração feita pelo governo federal, que é de 20% para a gasolina, 12% para o *diesel* e 12% para a gasolina.

Deputado Ricardo Vale, quando se fixa o valor de R\$1,47 por litro de imposto na gasolina, o reajuste da alíquota é de 24,5%, maior que os 20%. A emenda da nossa bancada quer que a aplicação da alíquota do ICMS seja nos percentuais de 20% e 12%, e não nos valores absolutos, que estão extrapolando. Assim, a população vai pagar ainda mais caro no combustível, na bomba, na hora de abastecer, e o governo federal já corrigiu a lambança feita pelo Bolsonaro para tentar ganhar a eleição. Não ganhou, mas agora o povo não pode continuar pagando a conta.

Por isso, pedimos o destaque da emenda, para que seja votada à parte do projeto. Senão, vamos votar contra mais esse aumento de imposto sobre o combustível no DF, presidente.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, bom dia. Quando pedi a palavra, na fala do deputado Hermeto, líder, foi porque ele apresentou o Projeto de Lei nº 2.001/2025, do Executivo, que está aqui desde outubro. É um projeto extenso, com 4 emendas, e ainda nem foi assinado. Peço que deixemos isso para o ano que vem, pois não temos acesso, há uma série de detalhes em que não aprofundamos, não debatemos sequer no Colégio de Líderes. De fato, não sei o que estou votando. Como é extenso demais, queria pedir que fosse dilatado o prazo para ver o que conseguimos fazer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Vejo o secretário Anderson Borges, cuja presença eu agradeço.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir.) – Presidente, nós estamos com a equipe técnica da secretaria discutindo se há ou não aumento. Acho importante que todos os deputados prestem atenção, porque existe uma discussão, deputado Chico Vigilante.

O Confaz fixa os termos e os valores que podem ser praticados pelos estados em relação ao ICMS dos combustíveis. O que me parece que está sendo feito pelo Governo do Distrito Federal é a inserção da decisão do Confaz na legislação distrital. E o valor que está sendo fixado é o nominal e não um percentual sobre o valor do litro. Essa é a explicação técnica.

Presidente, eu gostaria de 1 minutinho apenas, porque temos uma discussão de ordem técnica. A informação da secretaria é que não há aumento de tributo. As alíquotas de ICMS são fixadas pelo Confaz, que é um órgão do governo federal. O que o Governo do Distrito Federal está fazendo é pegar a definição do Confaz e trazer para a legislação distrital.

Só que o Governo do Distrito Federal não fez isso por meio de percentual, mas por meio de valor absoluto, que é uma determinação do Confaz. O que está sendo discutido é se esse valor absoluto acarreta ou não aumento de tributação.

No entendimento do deputado Chico Vigilante, acarreta aumento de tributação. O que a secretaria nos explica é que não há aumento de tributo. Então, se nós pudermos trocar a ordem de votação dos projetos, eu agradeço. Nós aprovamos os pareceres e trocamos a ordem, para que haja informação segura da secretaria, com dados de que nós não estamos aumentando tributo para a população Distrito Federal.

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Presidente, eu só quero pedir a vossa excelência que coloque em pauta o Projeto de Lei nº 275/2025, do Poder Executivo, que cria o Conselho da Família. Ele já está na casa, e eu peço a vossa excelência que o votemos hoje, inclusive a pedido do ex-deputado Rodrigo Delmasso.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Iolando, da minha parte, eu acolho a solicitação de vossa excelência, mas houve alguns questionamentos feitos por deputados da própria base acerca do projeto.

Da minha parte, está ok, mas eu queria que houvesse entendimento entre os deputados da base e da oposição para o pautarmos.

Eu me comprometi com o ex-deputado Rodrigo Delmasso, por quem tenho muito carinho, que faríamos isso e ouviríamos, inclusive, vossa excelência, para que avançássemos nesse projeto.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, eu peço a atenção de vossa excelência e de todos os deputados, especialmente da equipe econômica do governo, porque o que está escrito não é o que eles estão dizendo.

Quando daquela lambança do governo anterior, o Governo do Distrito Federal, deputado Wellington Luiz, teve uma perda de R\$532 milhões. Aí, o governo mandou para a Câmara Legislativa um projeto, votado aqui, no qual o governo recuperou um valor acima da perda que teve. Ele teve uma perda de R\$553 milhões e recebeu R\$676 milhões.

Está aqui. É fato. Não estamos inventando. Só que o governo agora quer mais, porque é fácil tirar de usuário do transporte. Ele está querendo, presidente, arredondando, que o imposto pago a partir de agora, no caso da gasolina, saia de 20% para 24%. Trata-se de um aumento de 20% para 24%! Com relação ao óleo *diesel*, de 12% para 18%. Hoje, o cidadão que abastece o carro com óleo *diesel* e paga 12%, com essa lei, pagará 18%. E o gás de cozinha? De 12% para 15% por quilo de GLP.

Portanto, dona Maria, que está assistindo à sessão neste momento, prepare-se, porque, se esse projeto for aprovado, em vez de 12%, você pagará 18% por quilo de GLP. Isso é fato. E não adianta, senhor presidente, dizerem que é o Confaz, porque isso vai sobrar para nós.

Por isso, faço um apelo a vossa excelência: retire esse projeto da ordem do dia, para que possamos discuti-lo efetivamente e para que a sociedade tenha consciência do que está sendo votado. A população não merece esse presente no final do ano.

A responsabilidade pelo aumento – que ocorrerá na bomba – será de quem votar a favor desse projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acho que precisamos encontrar um meio-termo. O que podemos fazer então, deputado, pois o secretário Anderson Borges e sua equipe são extremamente preparados, para que possamos esclarecer essa situação de fato?

Eu, por exemplo, quero saber o que estou votando e entendo que não há espaço para novos aumentos, como vossa excelência mencionou. Portanto, peço a compreensão dos deputados para eu

retirar momentaneamente esse projeto da ordem do dia. Eu vou sobrestá-lo. Durante esse período, o secretário Anderson Borges e sua equipe vão tirar as dúvidas de vossas excelências. Havendo convencimento, voltaremos a apreciá-lo; se não houver, decidiremos entre nós o que faremos.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, ontem nós estivemos neste plenário, fizemos um gesto muito importante para o governo ao votar todos os projetos dele – e, hoje, novamente –, mas eu gostaria também que votássemos os projetos dos deputados.

É final de ano, e um problema pode se agravar. O Ministério da Saúde faz um repasse para as secretarias estaduais e municipais de saúde do chamado IFA, Incentivo Financeiro Adicional, que é dado aos agentes de vigilância ambiental em saúde e agentes comunitário de saúde, como se fosse um 14º salário, uma gratificação pelo serviço que prestam e pelo valor do salário que recebem, que é muito baixo no Brasil. Para esse dinheiro chegar – e todo ano chega – e ser distribuído a eles, é preciso que haja uma lei autorizativa para o governo fazer esse pagamento, o que não deveria ser necessário, mas assim a lei dispõe.

Por isso, apresentei um projeto para que o governo fique autorizado a fazer esse pagamento – que não sairá do bolso dele e, sim, do Ministério da Saúde. Então, caso haja votação dos projetos dos deputados, eu gostaria de incluir na ordem do dia o Projeto de Lei nº 2.025/2025, que trata do IFA para os nossos colegas Avas e ACS. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Mais uma vez, reitero o meu sentimento: temos que votar essa matéria, mas preciso do apoio dos deputados, porque isso não foi acordado. Se todos os deputados tiverem interesse, pautaremos esse projeto logo após o encerramento da apreciação dos projetos do Executivo.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, em relação à sua opção pelo sobrestamento, eu só pediria que votássemos os pareceres que já foram proferidos. Se vossa excelência puder sobrestar o projeto depois da apreciação dos pareceres, quando a matéria for para o primeiro turno, eu lhe agradeço.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acho justo. Obrigado, deputado.

Já foi feita a discussão dos pareceres.

Atendendo ao pedido do deputado Thiago Manzoni – não vou votar o projeto, deputado Chico Vigilante –, vou colocar em votação os pareceres, mas não o projeto, conforme solicitado pelo deputado Chico Vigilante. Vou sobrestá-lo e colocá-lo no final da fila. Se houver necessidade de, primeiro, votarmos os projetos dos deputados, assim o faremos. O projeto só voltará para a ordem do dia quando todas as dúvidas forem dirimidas. Esse é o meu compromisso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Para orientar a bancada.) – Eu oriento a bancada do Partido dos Trabalhadores a votar “não” aos pareceres.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Perfeito, deputado Chico Vigilante.

O deputado Hermeto orienta a sua bancada a votar a favor dos pareceres.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu peço votação nominal dos pareceres.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Atendendo à solicitação do deputado Chico Vigilante, a votação será nominal.

Em votação os pareceres.

Solicito aos deputados que aprovam os pareceres que votem “sim” e aos que os rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 15 votos favoráveis, 7 votos contrários e 2 ausências.

Foram aprovados.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário, deputado Pastor Daniel de Castro.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Estou sendo informado de que houve acordo para que o próximo item fosse votado hoje. Segundo a assessoria, houve acordo.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.001/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre as viabilidades de localização e de licença de funcionamento de atividades econômicas e auxiliares do Distrito Federal”.

Antecipei a votação para que houvesse clareza. Fui informado de que ontem houve acordo para que esse item fosse pautado.

O deputado Max Maciel me disse que se manifestou contrariamente, então precisamos apenas fazer um entendimento. Se houve acordo ontem, em tese, o projeto precisa ser incluído na ordem do dia para votação.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Então, vou retirar esse item até que seja feita a devida discussão.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O que vossas excelências decidirem, está bom para mim.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, vossa excelência pode retirar o Projeto de Lei 2.021/2025 e deixá-lo para o ano que vem?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Vossa excelência quis dizer o Projeto de Lei nº 2.001/2025. É isso que está gerando confusão.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Isso, Projeto de Lei nº 2.001/2025, o da Junta Comercial. Trata-se de um pedido do deputado Max Maciel, do deputado Robério Negreiros e de outros deputados. Vamos analisar melhor a questão.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O que me dá orgulho é essa união de base e oposição em momentos de crise.

Então, a pedido do deputado Max Maciel e do líder do governo, o Projeto de Lei nº 2.001/2025 está retirado da ordem do dia.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Incluo como item extrapauta o Projeto de Lei nº 2.095/2025.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.095/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 8.800.211,00”.

Existem pareceres pendentes. A CEOF deverá se manifestar sobre a proposição.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.095/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 8.800.211,00”.

O projeto visa abrir crédito à Lei Orçamentária Anual de 2025 no valor de R\$8.800.211, assim discriminados:

– R\$2.610.411 em favor da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, destinados à realização de eventos e comemorações relativas ao final de ano de 2025;

– R\$650.000 em favor da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, destinados à prestação de serviços arquivísticos, incluindo a elaboração do código de classificação e da tabela de temporalidade, e à destinação das atividades finalísticas relacionadas à gestão administrativa e ao planejamento;

– R\$3.390.800 em favor do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal, destinados ao apoio financeiro a projetos culturais;

– R\$1.800.000 em favor da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, destinados a atender despesas referentes a serviços prestados pela Caesb e pela Neoenergia;

– R\$50.000 em favor do Jardim Botânico de Brasília, destinados à execução de obras de urbanização.

Tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico, em nome desta comissão, manifestamos voto pela admissibilidade do projeto de lei.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 23 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.095/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 23 deputados.

Quero registrar e agradecer a presença do secretário Thales. Falo da minha alegria, Thales, em haver um secretário que atende tão bem todos os deputados. Aqui há um consenso sobre a forma respeitosa como o senhor tem nos atendido. Eu, de maneira muito especial, reconhecendo a sua competência, a sua habilidade política, quero publicamente agradecer ao senhor e parabenizá-lo pela condução dos seus trabalhos. Em face disso, ficam só os agradecimentos e um forte abraço. Obrigado, Thales. Parabéns pelo excelente trabalho!

Foram feitos alguns encaminhamentos pelo deputado Joaquim Roriz Neto, pelo deputado Jorge Vianna. Daqui a pouco, após a leitura desse item, eu vou consultar os deputados se há acordo para que se continue a sessão com votação de 1 projeto já indicado por deputado. Aliás, vamos fazer logo essa consulta?

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, aproveitando essa consulta – e eu não quero causar polêmica, eu já sei que houve a reunião do Colégio de Líderes e já foi decidido que não haveria votação dessa matéria –, talvez, como é um dia diferente, afinal, é a última sessão, não seria também importante consultar novamente os líderes para que colocássemos em votação o projeto dos servidores da casa com relação a...?

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – É uma pauta antiga, eu sei que é uma pauta um pouco antiga, mas...

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado, houve um momento para se discutir isso. Eu convoquei uma reunião, incluí o item na pauta para que houvesse essa discussão. Os servidores participaram da reunião, eu sempre manifestei o meu sentimento com relação a isso – eles são testemunhas disso –, e, após a reunião em que estavam presentes, ficaram os deputados e decidiram discutir isso só a partir do ano que vem.

Eu não posso me sobrepor à vontade dos deputados, atropelar isso e iniciar novamente uma discussão que foi tratada de forma adequada na segunda-feira. Então, peço desculpas, o meu voto com relação à matéria, inclusive, foi vencido, porque o meu entendimento é que isso deveria ser votado. Respeito o encaminhamento de vossa excelência, mas lamento, não posso incluir a matéria para votação. Obrigado.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 95/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Institui o Programa de Apoio ao Futebol do Distrito Federal – PAFDF e dá outras providências".

Existem pareceres pendentes. A CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CAS, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAS ao

Projeto de Lei Complementar nº 95/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa de Apoio ao Futebol do Distrito Federal – PAFDF e dá outras providências”.

Considerando que a proposição observa as exigências formais e materiais, no âmbito desta comissão, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 95/2025.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

Enquanto isso, eu consulto agora os deputados, a pedido do deputado Robério Negreiros, sobre a possibilidade de votação de 1 projeto já indicado por deputado. Todos os deputados concordam que os projetos sejam incluídos? Parece que a deputada Dayse Amarilio é contra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Não, presidente. Eu concordo.

Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, eu só queria fazer um pedido, novamente, em relação ao pessoal da carreira de planejamento e infraestrutura. O projeto deles não tem impacto orçamentário. Eu acho que será um gesto do governo para uma carreira típica de Estado importante para a cidade. Seria muito sensível se o governo enviasse esse projeto no dia de hoje, que é o último dia de votação deste ano, já que o projeto não tem impacto. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Agradeço, deputada. Meu sentimento é idêntico ao de vossa excelência.

Nós tratamos dessa questão durante toda a semana. Sou testemunha do esforço feito, principalmente pelo Diego e pelo João Paulo.

Eu também penso da mesma maneira. Como não há impacto, não há por que não enviar o projeto. Porém, até o momento, não houve manifestação alguma nesse sentido. Além desse projeto, existem outros, mas, lamentavelmente, até o momento nenhum chegou à casa. Se eles não chegarem, a Câmara Legislativa não poderá analisá-los.

Obrigado, deputada.

Estamos aguardando a CEOF apresentar o parecer, mas há uma dúvida levantada pelo deputado Max Maciel.

Já está ok com relação a CEOF? O senhor pediu 2 minutos...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Entendi. Eu só não sabia qual era o encaminhamento. Obrigado, deputado Max Maciel.

(Pausa.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputados, não podemos demorar nos relatórios dos pareceres. Se demormos, não poderemos apreciar os projetos dos deputados. Precisamos decidir o assunto ou sobrestar esse item.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, estamos decidindo o assunto. Quero deixar isso claro a quem está assistindo à sessão. Agradeço a mobilização. Acho que todos deputados concordaram com isso.

Em relação a esse projeto que trata do incentivo ao esporte, especificamente ao futebol, havia um valor destinado às competições femininas bem menor que o destinado às competições masculinas. Alguns diziam que havia mais jogos nas competições masculinas, mas o que queremos

deixar claro é que há menos jogos no futebol feminino porque há menos incentivo para ele.

Estamos fazendo um acordo. O deputado Max Maciel disse que poderíamos equiparar os meninos às meninas. Acho que houve um avanço. Quero agradecer aos deputados envolvidos nisso: deputados da CEOF; deputado Martins Machado; nosso bloco; mulheres presentes, como a deputada Paula Belmonte e a deputada Jaqueline Silva, que correu para defender as meninas e o incentivo ao esporte; deputado Gabriel Magno. Chegamos a esse acordo importante.

Lembro que o futebol feminino tem dado muito orgulho ao Brasil. A seleção brasileira de futebol feminino nos dá muito orgulho. E estamos aqui para dizer que as meninas sabem jogar bola, sim. Lugar de mulher é onde ela quer estar. Elas estão dando *show* e muito orgulho ao Brasil.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, corroboro o que a deputada Dayse Amarilio falou. Quero saudar as irmãs Nay, que são as mantenedoras do time As Minas, aqui de Brasília. O time foi o campeão do campeonato brasiliense e está em São Paulo participando de campeonato. Brasília tem times de futebol muito bons, a exemplo do As Minas. Se Deus quiser, nossos times irão para a primeira divisão.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Nossa ideia é Brasília disputar a Série A do Brasileirão ano que vem; depois, Libertadores, mundial...

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, quero dizer que estou muito honrada com o futebol feminino de Brasília. Brasília esteve na Série A algumas vezes, exatamente pelas mantenedoras do As Minas, citadas pelo deputado Jorge Vianna. Eu já vi depoimento delas dizendo que auxiliam as jogadoras, às vezes, com itens básicos. Também quero falar do Real Brasília, que esteve na Série A do Brasileirão por alguns anos consecutivos e representou o esporte de Brasília junto com o As Minas e outros clubes.

É muito importante que incentivemos o esporte de Brasília. O esporte de Brasília, além de salvar nossas crianças, movimenta a economia e traz regionalidade, e isso é muito importante.

Parabéns ao deputado Eduardo Pedrosa, mas principalmente à nossa Câmara Legislativa, que tem sensibilidade com o futebol feminino.

Quero agradecer tanto ao As Minas quanto ao Real Brasília.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente, estou lendo, no Metrôpoles, que o Governo do Distrito Federal vai começar a entregar o Cartão Uniforme Escolar ainda neste mês. É um projeto extremamente importante. Aproximadamente 87 malharias já se credenciaram para confeccionar este uniforme.

Esse projeto foi apresentado pelo nosso mandato e foi discutido com o setor têxtil e a comunidade escolar. Infelizmente o governo o vetou, mas mandou um texto idêntico para esta casa, que o aprovou.

Então, é uma grande vitória da comunidade escolar e das malharias do Distrito Federal, que vão voltar a gerar emprego e renda para as costureiras da cidade. Estou muito feliz e parabênizo a Câmara Legislativa, porque foi ela que trouxe o debate para esses uniformes voltarem a ser

confeccionados no Distrito Federal. Foi um acerto o debate que fizemos, o projeto que apresentamos, e o governo enfim ter aprovado e comprado nossa ideia. O governo já vai começar a distribuir esses cartões de uniforme escolar a partir deste mês. Ele está de parabéns.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, quero falar também um pouco sobre o futebol feminino.

Antes de mais nada, quero agradecer à Secretaria de Esporte por ter enviado este projeto à casa que busca valorizar o futebol e o esporte da nossa cidade. É fundamental garantirmos que os clubes e projetos tenham divisão de base, deem oportunidade para os meninos terem uma vida melhor; mas também não poderíamos deixar as mulheres fora desse projeto. Foi construído esse acordo. Participamos dele e o apoiamos, para que possamos garantir que as mulheres também recebam valores consideráveis a fim de que o futebol feminino seja desenvolvido e quem já faz isso com tanto louvor seja valorizado. Temos tantas atletas maravilhosas aqui no DF. Quero parabenizá-las por toda a dedicação. Nesse projeto, contem conosco!

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa. De fato, é extremamente importante esse projeto. Estamos apenas aguardando para darmos seguimento à votação e aprovarmos, daqui a pouco, esse importante projeto para nossa cidade e para o futebol do Brasil.

(Pausa.)

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente, aproveito para cumprimentar a presença dos servidores da saúde e do sindicato deles, o SindPrev-DF, trabalhadores estão aqui lutando pela recomposição do Pasus. Tivemos uma reunião muito importante ontem com a vice-governadora, Celina Leão, que está empenhada em ajudar para que essa recomposição seja feita. Apelamos aos deputados – já conversei com o deputado Eduardo Pedrosa – para que coloquemos uma emenda no texto da LOA a fim de que, no ano que vem, possamos fazer essa recomposição – que é justa e merecida – a esses servidores que, há tantos anos, prestam um excelente trabalho para a Secretaria de Saúde e para o povo do Distrito Federal. Quero parabenizá-los pela presença. Se Deus quiser, vai dar tudo certo aqui hoje!

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O parecer da CEOF ainda está sendo concluído.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, eu queria apenas fazer o registro de uma matéria que foi publicada ontem no Metrôpoles, como nós já esperávamos: “Ministério Público do Distrito Federal e Territórios recomenda o veto total ao projeto de lei do Voucher Saúde”. Ele recomenda que o governador Ibaneis vete totalmente o projeto de lei que dispõe sobre a criação do Voucher Saúde e traz diversos problemas – como nós já tínhamos apontado – relacionados à constitucionalidade do projeto.

Eu só queria registrar que, na prestação de contas da secretaria aqui, foi falado que esse seria um projeto que iria passar por aqui. E eu acho muito importante fazer o registro de que nesta casa, quando atacarem o SUS, nós vamos defendê-lo. O SUS é um princípio inegociável. Nós não

vamos aceitar que tirem dinheiro do Sistema Único de Saúde – como vão fazer, inclusive, com R\$1 bilhão a menos para a saúde – para mandar para os cofres dos donos de hospitais. Aqui há uma servidora, aqui há uma pessoa que vai lutar pelo SUS. Eu estou aqui para fazer esse papel. Com o SUS aqui não se brinca!

(Manifestação na galeria.)

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 95/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa de Apoio ao Futebol do Distrito Federal – PAFDF e dá outras providências”.

Presidente, o parecer é pela admissibilidade com a emenda apresentada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 95/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa de Apoio ao Futebol do Distrito Federal – PAFDF e dá outras providências”.

O parecer da CCJ é pela admissibilidade, com a admissibilidade também da Emenda nº 1.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Retorno à CAS para que seja proferido o parecer apenas sobre a emenda.

Solicito ao presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Assuntos Sociais à emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 95/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa de Apoio ao Futebol do Distrito Federal – PAFDF e dá outras providências”.

Presidente, no âmbito desta comissão, somos pela aprovação da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 95/2025.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 24 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 95/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto de lei complementar que votem "sim" e aos que o rejeitam que votem "não".

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Votação encerrada.

Houve 20 votos favoráveis e 4 ausências.

Foi aprovado.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Passo à leitura do Requerimento nº 2.540/2025, pela não realização de sessão ordinária nos dias que especifica.

"Nos termos do Regimento Interno – art. 41, § 1º, inciso XI, *a* – requeremos a não realização de sessão ordinária nos dias 10 e 11 de dezembro de 2025".

Todos concordam com isso?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, sobre o pedido do querido deputado Iolando para votarmos o projeto do governo que cria o Conselho da Família, eu quero dizer que é um projeto semelhante a um de minha autoria, que está tramitando na casa.

Conversei com o Rodrigo Delmasso agora, com o Maurício, com os deputados e com vossa excelência. Não dá para apensá-los, porque são 2 projetos. Eu peço a vossa excelência que inclua na ordem do dia o Projeto de Lei nº 895/2024, que é o projeto de minha autoria e é *ipsis literis* igual ao projeto do governo. Assim, não fazemos o apensamento e votamos esse projeto de lei de nossa autoria nesta casa no dia de hoje.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Eu faria a substituição em acordo com o Executivo, não é isso? Maurício, analise isso. Depois vocês me falam o que ficou resolvido, por gentileza.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, é só uma questão de sobrevivência. Eu quero saber até que horas vai a sessão?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado, minha proposta é que votemos a LOA conforme acordado. Depois, se houver acordo para votarmos os projetos dos deputados, vai depender de quanto tempo levaremos, quantas solicitações de uso da palavra serão feitas. A tarde é uma criança.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Dessa forma, seria melhor irmos fazer um lanche e voltarmos depois.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Ah, deputado, se for feito assim, o povo não volta, não.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Eu estou preocupado é com a barriga.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Então, vamos votar a LOA.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, não tivemos tempo de analisar o projeto do deputado Pastor Daniel de Castro. Vi que há diferenças com o projeto apresentado pelo governo sobre o Conselho da Família.

Talvez, deputado, eu seja um dos maiores defensores da família nesta casa. Sou casado, defensor de todas as famílias desde o primeiro mandato. Por isso digo que sou um dos maiores defensores, porque defendo todas as famílias, todos os arranjos familiares.

Nossa preocupação não está em torno da criação de um conselho da família, porque a família é fundamental, está em torno de esse conselho avançar sobre atribuições de outros conselhos existentes, como o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho de Assistência Social. Já vi conselheiros e entidades sociais preocupadas com essa questão. É importante coordenar esse detalhamento.

Como não havia acordo para votação desse projeto do governo, acho precipitado o colocarmos agora. Não há problema com o mérito do projeto. Como já disse, sou defensor das famílias. Inclusive, minha marca é não segregar, porque há quem segregue. Sou defensor de todas as famílias, inclusive a minha, que é uma família homoafetiva. Mas o Conselho da Família tem que ser criado de forma a existir com plenitude, ter eficácia, ter também suas atribuições sem se confundir com atribuições de outros conselhos que, historicamente, já funcionam no DF.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, essa é a posição do deputado, a nossa é diferente. Eu quero que se inclua na ordem do dia esse projeto. Haverá uma emenda que será apresentada pelo deputado Iolando. Está bem, presidente?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Ok, deputado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Se necessário for, vossa excelência tira projeto de minha autoria que está em pauta e coloca esse outro no lugar.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Ok. Acolho a solicitação de vossa excelência e solicito a substituição do projeto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, toda semana há reunião do Colégio de líderes. Esta semana tivemos 2 reuniões. Em nenhum momento, foi mencionado que esse projeto iria entrar na pauta. O Colégio de líderes é o lugar para se discutir essa questão. Ele não é um projeto simples. Não é preciso haver essa sangria desatada para que ele seja votado hoje; ele pode ser votado em fevereiro.

Portanto, presidente, sugiro a vossa excelência, que tem conduzido tão bem os trabalhos, que deixemos essa votação para fevereiro a fim de termos tempo de analisá-lo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Como é um projeto de autoria do deputado e ele tem direito de apresentá-lo para votação, o deputado é que tem que ser convencido a retirá-lo da ordem do dia. Da minha parte, não há problema. Eu já disse isso a ele. Já havia sido acordado, inclusive, que seria votado outro projeto. Ele próprio negociou isso com o governo.

Para que eu o retire da ordem do dia, o deputado Pastor Daniel de Castro precisa estar

convencido disso, pois eu não posso atropelar a vontade do deputado, algo que temos evitado durante todo esse tempo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Depois da fala do deputado Fábio Félix, eu vou retomar o item que já estava sendo tratado.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não, não há problema, deputado. Apenas lembro que, após a sua fala, eu vou retomar o item do ICMS.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, eu estava só esclarecendo algo para o deputado Pastor Daniel de Castro. O deputado Chico Vigilante pode falar de 30 anos, eu posso falar de 7 anos nesta casa; ao longo dos últimos anos, os conselhos criados por iniciativa parlamentar simplesmente caem no TJ. Os conselhos têm que ser criados por iniciativa do Poder Executivo.

Então, nós estamos falando de um fato que é realidade, o projeto tem grande chance – 99% de chance – de cair, porque a iniciativa tem que ser do Poder Executivo. Mas o deputado vai trocar o projeto, vai haver a discussão do projeto agora. O fato é que o projeto vai cair, vai ser um conselho inócuo, criado pela casa. Obrigado.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, para que fique claro, haverá votação dos projetos dos deputados ou não?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Vai depender de vossas excelências. O acordo é que haverá, sim.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Mas vamos votar a LOA agora? A LOA não é o último projeto?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – É só o primeiro turno.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Ok. Então, está combinado ainda. Perguntei isso em respeito aos que estão na galeria, aos nossos Avas que estão presentes.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.015/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que "dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências"".

Foram aprovados os pareceres favoráveis ao projeto.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.015/2025, ressalvado o destaque à emenda.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, o pessoal do governo está ali neste momento, com a liderança do governo e com a nossa liderança, preparando uma solução para esse projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Eu fui informado de que já havia acordo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Não, eles estão ali. Não está escrito ainda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Então, desculpe-me, fui induzido a erro porque me disseram aqui que já havia acordo, atendendo, inclusive, ao pedido...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Estão preparando ali, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Então, ainda não há acordo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Não, há um acordo em gestação.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Mas ainda não está concluído.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – O menino vai nascer, mas não nasceu.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Enquanto não nascer, não se pode dar nome, só depois que nasce. Não podemos registrar. Então, eu o retiro e vamos votar a LOA.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, eu queria só fazer uma consulta. Sugiro que votemos a LOA, mas que a sessão não seja encerrada. Assim, os parlamentares podem, pelo menos, fazer a fala de balanço do ano – os que quiserem. Está certo, presidente?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Sim. Lembro que nós vamos votar só em primeiro turno. Ressalto que vamos estabelecer o tempo de 3 minutos para cada deputado que quiser discutir. Então, não vamos cerceá-los.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.937/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2026".

Tramitação concluída. Foram apresentadas 29 emendas de plenário. A CEOF deverá se manifestar sobre as emendas.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB) – Presidente, acho muito importante a demanda dos conselheiros tutelares. Esta casa daria uma grande contribuição a eles que, com certeza, cuidam da política da nossa infância. Nós já contemplamos na LDO a possibilidade de um reajuste, pois eles perderam parcela dos 18%. A casa, hoje, atenderia a categoria inteira.

Em conversa com o deputado Eduardo Pedrosa, sua excelência disse que é possível criar uma rubrica orçamentária, colocando um valor simbólico, para que abra, pelo menos, a possibilidade de eles continuarem negociando com o governo esse aumento e, quando o governador entender que é o momento, a rubrica orçamentária já está criada.

É possível essa emenda?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acolho a solicitação de vossa excelência e a parabeno pela iniciativa, pela sensibilidade com esses conselheiros e essas conselheiras tutelares que fazem um excelente trabalho junto à comunidade. A deputada acerta quando cuida desses conselheiros e dessas conselheiras.

Agradeço ao deputado Eduardo Pedrosa pela sensibilidade de encontrar uma solução.

Deputada Doutora Jane, faremos juntos o convencimento do nosso governador, para que, como sua excelência disse, no momento adequado ele mande esse projeto para esta casa e já haverá uma emenda pronta para acolher a proposta que o governo enviar.

Parabéns, deputada, e muito obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB) – Obrigada, presidente.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, é justo. Os conselheiros tutelares merecem o nosso respeito, o nosso reconhecimento.

Nós precisamos trabalhar para construir essas pontes de valorização para eles, que, muitas vezes, fazem um trabalho excepcional nas cidades, até acima do que deveriam fazer. São muitas as demandas que chegam ao conselho tutelar; nós sabemos o quanto eles trabalham, o quanto se dedicam em prol da comunidade em geral. Eu queria registrar essa fala.

Parabenizo a deputada Doutora Jane e todos os conselheiros tutelares do DF. Reafirmo o nosso compromisso de ajudar a construir o que for necessário para que eles sejam valorizados. Parabenizo vossa excelência por toda a condução disso e pelo respeito a esses profissionais.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado. Quero registrar que o conselheiro Rogério tentou falar comigo, mas eu só vi agora, porque eu estava presidindo a sessão. Com certeza, o assunto era esse. Lembro ao Rogério que tanto a deputada Doutora Jane quanto o deputado Eduardo Pedrosa estão cuidando disso pessoalmente para que esse justo pleito seja alcançado.

Obrigado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, gostaria de avisar a vossa excelência que nós fizemos um acordo com o governo e o ex-deputado Rodrigo Delmasso. A nossa assessoria encaminhou o pedido de apensamento. Nós falamos com o deputado Thiago Manzoni, presidente da CCJ. Nós vamos apreciar isso no ano que vem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Perfeito. Agradeço a compreensão de vossa excelência. Reincluo na ordem do dia o projeto anterior indicado pelo deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu quero agradecer a compreensão do deputado Pastor Daniel de Castro quanto à nossa sugestão de adiar esse debate para fevereiro. Isso demonstra o bom senso do deputado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O deputado Eduardo Pedrosa e o deputado Ricardo Vale fizeram uma proposta interessante: nós votaremos em segundo turno os outros projetos até que se conclua a apreciação da LOA. Depois, nós votaremos a LOA em primeiro e segundo turnos, restando apenas os projetos dos deputados. Todos concordam? Eles têm razão. Dessa forma, nós não interrompemos os trabalhos.

Acolho a proposta do deputado Eduardo Pedrosa e do deputado Ricardo Vale. Vamos votar em segundo turno os projetos que já foram apreciados em primeiro turno até que a análise da LOA seja concluída pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, gostaria de fazer um comunicado. Já fiz o

protocolo. Agora, oficialmente, o meu nome foi escolhido para ser o líder da maioria. A partir de agora, o deputado Jorge Vianna é o líder da maioria.

Agradeço ao deputado Iolando, que foi líder da maioria por 7 anos. Deputado Iolando, parabéns, meu amigo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Parabéns ao deputado Iolando pela sua gestão como líder da maioria. Parabenizo também o deputado Jorge Vianna e lhe desejo toda sorte do mundo. Ambos são extremamente habilidosos.

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO IOLANDO (MDB) – Presidente, eu fico satisfeito por perder o reinado para o meu amigo, deputado Jorge Vianna. É uma honra muito grande. Meu amigo representará muito bem a liderança da maioria nesta casa.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, quero parabenizar o deputado Jorge Vianna, um grande líder, uma referência, um dos deputados que realmente tem feito a diferença. O senhor é um orgulho, deputado Jorge Vianna! Além de eu ter orgulho de vossa excelência como deputado, o senhor é um grande amigo, um irmão, com quem tenho aprendido muito.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Senhor presidente, nós estávamos acertando a questão do projeto do Confaz, sobre a liberação de mais R\$2 milhões e alguma coisa para o Natal. Foi lido rapidamente, não deu tempo de acompanhar. Até onde eu sei, já houve a liberação de R\$16 milhões para a Casa do Papai Noel, na Esplanada.

Portanto, eu quero indagar à liderança do governo se esses R\$2 milhões que foram votados agora em primeiro turno – sem contar com o meu voto – são para a Casa do Papai Noel de novo. Portanto, já liberaram R\$16 milhões; agora, mais R\$2 milhões. Com isso seriam R\$18 milhões.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Chico Vigilante, nesse caso não é a casa, mas a mansão do Papai Noel!

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Pois é. Portanto, eu preciso de explicações a respeito disso, porque ele chegou aqui de uma hora para a outra, e votaram.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Talvez seja o palácio do Papai Noel.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Para um governo que diz que não tem dinheiro, esse Papai Noel está morando bem demais. Eu preciso dessa explicação.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Peço aos representantes do Executivo que expliquem essa questão ao deputado Chico Vigilante. Se me perguntarem, eu não saberei responder.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Essa casa está ficando cara demais.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não há mais assunto a tratar. Nos termos do Regimento Interno, convoco sessão extraordinária com início imediato após o encerramento desta sessão para apreciação dos seguintes projetos:

– Projeto de Lei nº 2.041/2025;

– Projeto de Lei nº 2.059/2025;

- Projeto de Lei nº 1.998/2025;
- Projeto de Lei nº 2.095/2025;
- Projeto de Lei Complementar nº 95/2025; e demais projetos, em primeiro turno, que constam na pauta da sessão extraordinária.

Está encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde  
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde  
Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal  
CAS – Comissão de Assuntos Sociais  
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça  
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças  
Confaz – Conselho Nacional de Política Fazendária  
GLP – Gás Liquefeito de Petróleo  
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação  
IFA – Incentivo Financeiro Adicional  
Iprev-DF – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
Luos – Lei de Uso e Ocupação do Solo  
PAFDF – Programa de Apoio ao Futebol do Distrito Federal  
Pasus – Parcela Autônoma de Integração ao Sistema Único de Saúde  
PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial  
PLe – Processo Legislativo Eletrônico  
PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília  
SindPrev-DF – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência Social no Distrito Federal/Ride  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TJ – Tribunal de Justiça

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 19/12/2025, às 14:27, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: 2466310 Código CRC: D81FFDD4.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [serel@cl.df.gov.br](mailto:serel@cl.df.gov.br)

00001-00052184/2025-21

2466310v10

## Ata Circunstanciada da 38ª Sessão Extraordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA SECRETARIA  
Diretoria Legislativa  
Setor de Registro e Redação Legislativa



### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA  
38ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

INÍCIO ÀS 12H44

TÉRMINO ÀS 14H12

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Está aberta a sessão.

Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Convido o deputado Roosevelt Vilela a secretariar os trabalhos da mesa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu pedi algo antes do encerramento da sessão: se vossa excelência quiser votar o projeto do Confaz, já poderíamos votá-lo, porque o substitutivo já está pronto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Chico Vigilante, vamos votar primeiro esses projetos e, depois, voltaremos para o projeto do Confaz. Já concluímos o acordo, não é? Agora isso está ok.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Mas eu continuo esperando explicação sobre a mansão do Papai Noel.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, solicito a vossa excelência a retirada da ordem do dia do Projeto de Lei nº 2.015/2025 e a inclusão do Projeto de Lei nº 2.096/2025.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – É projeto do Poder Executivo?

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Sim.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Então, é vossa excelência que manda.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – É o projeto referente às alíquotas.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Perfeito.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.041/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências".

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.041/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 22 deputados.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.059/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 8.196.129,00".

Antes de iniciarmos a discussão desse projeto, nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final do Projeto de Lei nº 2.041/2025.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.059/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 22 deputados.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.998/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 7.191.337,00".

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 1.998/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 22 deputados.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 95/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Institui o Programa de Apoio ao Futebol do Distrito Federal – PAFDF e dá outras providências".

Foi apresentada 1 emenda em segundo turno. As comissões deverão se manifestar sobre a emenda.

Solicito ao presidente da CAS, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAS à emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 95/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa de Apoio ao Futebol do Distrito Federal – PAFDF e dá outras providências”.

No âmbito desta comissão, somos pela aprovação da emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, um minuto. (Pausa.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Apenas para retificar: não há emendas a serem apreciadas em segundo turno. Essas emendas já foram aprovadas em primeiro turno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei Complementar nº 95/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa de Apoio ao Futebol do Distrito Federal – PAFDF e dá outras providências”.

Presidente, não há emendas a serem apreciadas neste PLC.

O parecer apresentado ao projeto, em primeiro turno, foi favorável já com a emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei Complementar nº 95/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa de Apoio ao Futebol do Distrito Federal – PAFDF e dá outras providências”.

Presidente, o parecer é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 22 deputados.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei Complementar nº 95/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto de lei complementar que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 21 votos favoráveis e 3 ausências.

Foi aprovado.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente e deputados presentes, eu também estou com a caixinha das ascensoristas, do pessoal que fica na recepção dos elevadores. Vou colocar o Pix dessa contribuição no grupo dos deputados e peço aos servidores que também ajudem na caixinha das recepcionistas.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Também me somo à proposta do deputado Ricardo Vale.

O deputado Chico Vigilante disse que já está concluído o acordo com relação àquele projeto. Vamos voltar a ele. Lembra qual era o número dele, deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Primeiro, é preciso votar o nosso requerimento e, depois, o novo projeto – é o Projeto de Lei nº 2.096/2025 agora.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Projeto de Lei nº 2.096/2025. Ele foi solicitado pelo deputado Hermeto.

É preciso votar primeiro o requerimento?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Primeiro é o requerimento.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Onde está o requerimento?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Requerimento de destaque.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Estamos só resolvendo entre as assessorias se há necessidade de votar primeiro o requerimento.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, enquanto nós aguardamos o andamento da ordem do dia, eu queria fazer só uma denúncia séria, grave – mais uma!

Nós participamos do Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal e obtivemos a informação de que a Semob-DF prorrogou de novo, até abril do ano que vem, a renovação de 172 veículos da Marechal.

Presidente, esse contrato é de 2013. Os ônibus valiam por 7 anos. Esta casa aprovou a prorrogação de mais 3 anos para completarem 10 anos. Era cláusula contratual que as empresas tivessem as frotas renovadas para renovar o contrato sem licitação. Inclusive, a hoje chamada BsBus chegou a ser ameaçada de intervenção por não ter renovado a frota.

Agora, a Marechal perdeu o prazo de renovar em 7 anos, perdeu o prazo de renovar em 10 anos, o governo deu mais 3 anos de carência, para a empresa não renovar a frota? Isso é um absurdo!

Os ônibus que rodam a bacia de Ceilândia estão caindo aos pedaços. Eu moro no P Sul. O veículo sai do terminal, mas não chega a Taguatinga. Depois, todo mundo tem que descer e esperar o próximo veículo com garantia da bilhetagem.

Nós não podemos permitir isso, ou é um contrato ou não é! Isso inclusive, presidente, desprestigia as demais empresas que seguiram a cláusula contratual e renovaram a sua frota.

Lembro, presidente, que, no contrato, isso se chama Capex, que é a despesa de capital. No final da depreciação, nós, com nossos impostos, vamos devolver esses ônibus renovados. Foram recebidos R\$139 milhões do PAC para que a empresa se renovasse. Eu fui a Botucatu conhecer a

fábrica que estava fazendo os novos ônibus da Marechal. Não sabemos se o que está prorrogado vão ser os mesmos ônibus que estavam no contrato.

Presidente, isso é sério e grave, porque nós aprovamos R\$55 milhões para essas empresas, que não conseguem fazer o básico, que é renovar a sua frota, e colocam esse desserviço para a população.

Quero repudiar o privilégio dessa empresa, mais uma vez, que não honra o contrato. Isso contribui para que o prazo se estenda, permitindo, inclusive, algo mais sério, porque as demais empresas podem começar a entrar na justiça, não querendo renovar a frota, porque não estamos seguindo o preceito legal estabelecido.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Conforme acordo, foi apresentado o Requerimento nº 2.541/2025, que “Requer o destaque da matéria do PL2015/2025 para constituição de projeto em separado”.

Nos termos do art. 186, inciso V, vou colocar em discussão o requerimento.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.541/2025, de autoria do deputado Hermeto, que “Requer o destaque da matéria do PL2015/2025 para constituição de projeto em separado”.

Em discussão o Requerimento nº 2.541/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao requerimento que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 21 deputados.

Incluo como item extrapauta o Projeto de Lei nº 2.096/2025, resultado do Destaque nº 2.541, aprovado há pouco.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.096/2025, de autoria do deputado Hermeto, que “Altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências”, e dá outras providências”.

Existem pareceres pendentes. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.096/2025, de autoria do deputado Hermeto, que “Altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências”, e dá outras providências”.

Presidente, o parecer da CEOF é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 2.096/2025, de autoria do deputado Hermeto, que "Altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências", e dá outras providências".

O parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 21 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.096/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O Projeto de Lei nº 2.096/2025 está aprovado com a presença de 21 deputados.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, recebi a informação do governo sobre os R\$2 milhões que foram aportados para a cultura. Trata-se do Réveillon de Brasília.

Há o Natal e há o Réveillon. Esse Réveillon será feito em 2 lugares: na Esplanada e na Prainha. Esse dinheiro é exclusivamente para o cachê dos artistas. Deputado Hermeto, era para o senhor estar falando isso aqui.

Era só para dar uma explicação, porque eu fui atrás para saber se a casa tinha crescido. Não, é apenas mesmo para o Réveillon.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, o problema é que o projeto não diz que o dinheiro é para o Réveillon. Ele está dizendo que é para a casa do Papai Noel.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – É isso que está escrito.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – É porque o projeto fala em atividade cultural, fomento à cultura. Inclusive, mais de 300 mil pessoas são esperadas no Réveillon, que já virou tradição em Brasília. Um dos melhores Réveillons do Brasil é aqui. Então, o dinheiro é para atividade cultural, não especificamente para o Papai Noel. Afinal de contas, o velhinho não precisa de tanto dinheiro assim.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, quero registrar somente a questão desse valor de R\$2 milhões para o Réveillon. Estamos falando de R\$2 milhões para o Réveillon e de R\$15 milhões para a festa de luzes do Natal do GDF. Lembro à população do Distrito Federal: estamos falando de R\$17 milhões para essas festas todas, que não foram abertas hoje.

Hoje é dia 10, é o dia da abertura. Estão pensando em fechar no dia 4 de janeiro. Isso quer dizer que, em menos de 1 mês, estamos gastando R\$17 milhões. Faço a pergunta à população do Distrito Federal: vocês estão felizes em gastar R\$17 milhões em algo que vai se tornar luz e festa, enquanto tantas pessoas precisam de construção de creches e hospitais? Esse é o nosso registro e a nossa indignação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, só a casinha do Papai Noel, na Esplanada, custou R\$130 mil – só a casinha. Enquanto isso, no Hospital de Base, por exemplo, o PET Scan, aparelho fundamental para detectar câncer e oficializar o tratamento, está parado, quebrado há mais de 3 meses, sem ser consertado. Há lugares sem insulina, e a farmácia de alto custo está sem medicamentos. Porém, gastam R\$130 mil em uma casinha de madeira que será desmontada depois? Isso é uma vergonha!

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Gente, precisamos seguir a votação, senão não a terminaremos.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, eu prometo ser breve.

Quero dizer para o deputado Chico Vigilante, parlamentar que nos ensina muito, que há situações que não conseguimos entender. Na prestação de contas – inclusive isso saiu em algumas redes –, constatou-se que, por exemplo, um banheiro do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde, com 17 metros quadrados, foi apurado para fins de pagamento da empresa – que é paga com verba indenizatória –, como se tivesse 600 metros quadrados, deputado Chico Vigilante. Sobre isso, sim, é que queremos explicação.

Onde está o dinheiro da saúde? Ele está indo para onde? Essa é a explicação que queremos. Por que tiraram R\$1,1 bilhão da saúde? O projeto político se reflete no orçamento, e hoje nós vamos fazer a defesa do que nós precisamos nesta cidade, que é o direito à saúde e à educação digna.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – A deputada Dayse Amarilio se manifestou, mas quero lembrar que a Câmara Legislativa está fazendo a sua parte.

Eu falava há pouco com o deputado Eduardo Pedrosa que estamos economizando. Inclusive, estamos devolvendo recursos para o programa Cartão Prato Cheio. Parabenizo, por meio da nossa CEOF, o deputado Eduardo Pedrosa, e todos os parlamentares, pela economia que está sendo feita. Conseguimos investir em programas como o Cartão Prato Cheio. Há razão em dizer que precisamos cuidar melhor do nosso orçamento, mas a Câmara Legislativa, mais uma vez, está fazendo a sua parte.

Muito obrigado.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.937/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2026".

A tramitação está concluída. Foram apresentadas 54 emendas de plenário.

Existe parecer pendente. A CEOF deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

Solicito ao relator da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF às emendas ao Projeto de Lei nº 1.937/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2026”.

Presidente, o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.937/2025 é pelo acatamento das Emendas nºs 489 a 513; pela rejeição da Emenda nº 514; pelo acatamento das Emendas nºs 515 a 520; pela rejeição das Emendas nºs 521 a 549; pelo acatamento das Emendas nºs 550 e 551; pelo cancelamento no PLe das Emendas nºs 552 a 555; e pelo acatamento das Emendas nºs 556 a 575.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Surgiu uma dúvida: são 54 emendas mesmo? Eu mencionei 54. Há 554? Houve 575 emendas?

Então, são 54 emendas de plenário que foram lidas?

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu tenho o direito regimental de pedir a leitura de todas as emendas. Porém, tendo em vista que já são 13 horas e 15 minutos, eu vou poupar esse pedido regimental, mas quero deixar patenteado que eu tenho o direito a pedir isso.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Se o senhor quiser abrir mão desse pedido, tudo bem, mas eu não vou abrir mão. Vou pedir para ler uma a uma.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Até porque eu não quero que assistam ao jogo do Flamengo hoje.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – O deputado Fábio Félix está dizendo: “Não peça isso, porque haverá jogo do Flamengo.”

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Porém, deputado Chico Vigilante, eu quero que leiam não somente as emendas de plenário. Quero que leiam todas as emendas, no total são 575 emendas.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, eu só queria corrigir o deputado Chico Vigilante: futebol não é comigo. Então, não fui eu que pedi isso. Estou pronto para ficar até meia-noite e debater o orçamento. Quem está preocupado com o jogo do Flamengo são outros; eu não estou. Realmente essa área não é comigo, até porque eu torço muito pouco, mas quando eu torço, eu torço certo: eu torço para o Vasco.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – É, deputado Fábio Félix. Eu e vossa excelência não temos condições de pedir nada! Somos vascaíno e botafoguense.

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa para ratificar os números das emendas.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, ratifico que foram 54 emendas de plenário.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Pelo acatamento.

Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, estamos discutindo e votando a LOA de 2026, o orçamento desta cidade. O orçamento não é apenas uma peça técnica; é um instrumento, um pacto social feito para garantir direitos sociais, especialmente educação, saúde, assistência social, moradia, mobilidade e segurança pública.

O que estamos vendo, mais uma vez, presidente, no orçamento apresentado pelo Governo do Distrito Federal, é uma inversão de prioridades: cortes bilionários para as áreas sociais, como educação e saúde – o que vamos apresentar aqui –; descumprimento de recomendações do próprio Tribunal de Contas e do Poder Judiciário desta cidade, para privilegiar renúncias fiscais para grandes empresários; grandes obras viárias na cidade – obras que não aguentam uma chuva –; e esses créditos que temos votado repetidamente nesta casa.

Na educação, presidente, há uma redução no orçamento quando este é comparado com o PPA. A LOA precisa se adequar ao PPA. Na educação, a redução é de R\$3,6 bilhões. Isso impacta no déficit de profissionais, na ausência dos profissionais da carreira de PPGE, na ausência de orientadores educacionais, na ausência de professores e nos seus salários, nas condições das escolas – salas superlotadas, falta de creche, falta de condições.

Na saúde, se compararmos o que esta casa aprovou no PPA, a redução é de R\$3,9 bilhões. Quem sofre com isso é a população do Distrito Federal, que está na fila das UPAs, não consegue atendimento e está literalmente morrendo. Não se consegue cumprir determinação legal como, por exemplo, o IFA para os Avas e ACS, a nomeação de servidores – dentistas, Gaps, enfermeiros, técnicos de enfermagem, especialistas, médicos. Há um caos total na saúde, deputada Dayse Amarílio. Nem ambulância está funcionando nesta cidade. Prejudicam os programas do Distrito Federal, como programas de moradia, que sofreram cortes no orçamento, enquanto o trator continua ligado derrubando a casa das pessoas.

O que nós vimos com a gestão desastrosa do BRB, sem transparência e sem instrumentos para esta casa e a sociedade fiscalizarem? Foram R\$12 bilhões em títulos falsos! O conselho tutelar fica de fora. Há bilhões para empresários, mas não há dinheiro para pagar as entidades que fazem acolhimento no serviço social. A renúncia fiscal do bolsa empresário será de R\$10,2 bilhões para o ano que vem.

Presidente, o povo não entrou no orçamento do Distrito Federal, no orçamento do governo Ibaneis e do governo Celina, o que não nos dá, hoje, condições para aprovar esse orçamento. Como a própria Economia chegou a dizer, a saúde e a educação foram apenas pelo governo Ibaneis e Celina, e quem pagará a conta será a população do Distrito Federal e seus servidores. É por isso, presidente, que não conseguiremos votar a favor desse orçamento hoje, mesmo tendo apresentado emendas para tentar corrigir algumas dessas distorções. As emendas foram, infelizmente, rejeitadas. Nós não conseguimos votar a favor desse orçamento, que prejudica e ataca o povo desta cidade.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir.) – Presidente, eu quero hoje dar voz e vez a milhares de pessoas do Distrito Federal. Falamos muito que saúde e educação são direitos do povo e deveres do Estado. São direitos sim, porque há coisas que são coletivas e jamais deixarão de ser

coletivas, como, por exemplo, o saber – matemática, português, geografia. Não pode ser uma escolha ter acesso a isso pelo lar que nós nascemos, por exemplo. A saúde é um direito inegociável.

É nosso dever representar, legislar e fiscalizar. Sim, a fiscalização é um dever intrínseco da vocação constitucional desta casa. Porém, eu receio, presidente, que estamos em débito com milhares de pessoas do Distrito Federal.

Todos os dias eu tenho dito, os senhores têm me acompanhado, que a saúde não é prioridade para este governo. Nós estamos em contingenciamento da saúde e da educação desde meados do ano. Porém, nós continuamos votando orçamento para outras áreas que receberam recursos nesse período. Nós também identificamos, no mesmo período, que no Instituto de Gestão Estratégica de Saúde há indícios de contratos direcionados e superfaturados. Nós identificamos nesse ínterim projetos que trouxeram vergonha ao Distrito Federal, como a tentativa de compra de um banco falido, aprovada nesta casa e parada pelo Banco Central. Eu tenho falado que faltam mais de 25 mil servidores na Secretaria de Saúde, milhares de professores e servidores carreira de assistência na educação. Há hoje centenas de leitos bloqueados, serviços que não funcionam, um andar inteiro do HRAN abandonado e pessoas morrendo nas filas. Isso é uma vergonha!

Presidente, a votação deste projeto que nós estamos analisando hoje, o orçamento, reflete o desenho político, o futuro político e o projeto político que temos para esta cidade. É preciso que o que for votado saia desta casa e chegue às pessoas para que elas tenham noção do que está sendo votado e as consequências disso.

Infelizmente, da LDO que nós votamos em meados do ano para cá – e eu não acredito que esta casa vai fazer isso realmente –, vamos tirar da saúde R\$1,1 bilhão e quase R\$1 bilhão na educação!

Presidente, em mim há uma mistura de revolta e de dever que me traz à tribuna para dar voz às pessoas.

Para terminar meu discurso, eu quero dar voz às pessoas, porque eu tenho um compromisso por estar aqui. Eu quero dar voz aos sonhos de pessoas que se prepararam para servir à sociedade e estão aguardando a nomeação; aos servidores adoecidos, que, impotentes, não conseguem dar assistência minimamente digna e segura à população. Eu quero dar voz à revolta, neste momento, de haver o andar inteiro fechado, centenas de leitos bloqueados, serviços, ambulâncias paradas por uma simples opção política de não nomear servidores. Eu quero dar voz à tristeza de ver a rede de atenção de saúde mental, os consultórios nas ruas, as práticas integrativas destruídas e esquecidas pela opção consciente de um senso nacional de não se investir na atenção primária, mas de um governo que prefere construir UPA para colocar na mão do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde e não atender às necessidades do Distrito Federal.

Por fim, quero dar voz às pessoas que estão internadas nas UPAs e nos corredores, àqueles que peregrinam nos hospitais bandeirados, às pessoas que aguardam nas filas de oncologia sem ter o direito a um diagnóstico ou a um tratamento. Quero dar voz às mães, por exemplo, do Enzo e de vários Enzos que morreram. Enzo morreu com uma vaga de UTI já garantida no HMIB. Ele morreu esperando a UTI Vida por 18 horas.

Estou aqui por vocês. Vou continuar lutando por vocês. Por isso, eu digo “não” à vergonha desse orçamento que vai ser votado aqui. Não, não e não!

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, eu queria falar um pouco sobre o que é que nós estamos votando. Às vezes, as pessoas não entendem, mas cada vez que não há um leito de UTI disponível, cada vez que uma pessoa não consegue atendimento numa UPA ou numa UBS, cada construção de UBS ou de UPA parada ou atrasada, cada vaga não disponível na educação – numa creche ou numa escola –, cada escola com obra atrasada, tudo isso tem relação

direta com o que estamos votando agora, que é o orçamento de 2026.

O fato é o seguinte: em relação àquilo que esta casa votou em junho de 2025, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, há uma diferença de pelo menos R\$1 bilhão na saúde e R\$1 bilhão na educação de disponibilidade orçamentária para 2026. Isso é muito preocupante. É muito preocupante para o Distrito Federal, é muito preocupante para a política social, é muito preocupante para a nossa capacidade de fazer investimentos no Distrito Federal, é muito preocupante para a saúde da população do DF que aguarda em filas por uma cirurgia eletiva. Isso mostra que a saúde não é prioridade.

Deputado Jorge Vianna, o governador do Distrito Federal está investindo, este ano, R\$2 bilhões em obras de urbanização da cidade. Sabe quanto está previsto para o ano que vem? Estão previstos R\$6 bilhões em obras de urbanização. Ninguém é contra obras de urbanização. Somos contrários é ao uso do orçamento para fins eleitorais. É a isso que somos contrários, porque o que a população quer é atendimento de qualidade na saúde, é política pública e política social que funcionem.

Deputado Wellington Luiz – vossa excelência é um grande defensor do direito à moradia popular –, há um corte previsto de 22% no orçamento da Codhab-DF. Mais uma vez, o corte vai para o andar de baixo, para as pessoas em vulnerabilidade social.

Então, pode ser que as pessoas não percebam, deputada Dayse Amarilio, mas o que está sendo votado agora na Câmara Legislativa do Distrito Federal talvez seja um dos projetos mais importantes que votamos este ano: o orçamento de 2026. E o nosso dever hoje – de nós que somos parlamentares de oposição, parlamentares independentes, parlamentares que não atuam como se aqui fosse um puxadinho do Palácio do Buriti –, é dizer “não” a esse orçamento de 2026. O nosso dever é dizer “não” porque esse orçamento não representa a vontade popular do DF. Esse orçamento vai ter como consequência a piora significativa das condições da saúde, da educação e de outras áreas estratégicas. Por isso, o nosso bloco PSOL-PSB vai votar “não” ao PLOA 2026.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir.) – Presidente, estou apressado, mas não posso deixar de fazer uma reflexão, como líder do governo. Todos sabem que sou da bancada da segurança, que sou da Polícia Militar, todos sabem quais são as minhas comunidades. Vejam o quanto destinei, em emendas, às minhas comunidades, à PM.

Deputado Roosevelt Vilela, eu sei que o senhor destinou muito dinheiro aos bombeiros. Então, eu gostaria de parar um pouco para refletir: quanto os deputados que são ligados à saúde e à educação destinaram à saúde e à educação realmente? Cada um destinou quanto? Senhoras e senhores, olhem lá no portal da Câmara Legislativa. Assim como fizeram os deputados que representam a segurança, a PM, quanto os que são da saúde destinaram à saúde de verdade?

Imagino que o deputado Gabriel Magno deva ter colocado uma verba vultosa na educação, que ele tenha sido o deputado que mais colocou verba para essa área. Então, deputados que colocaram verba, que defendem suas áreas, vejam quanto cada um colocou em fomento e quanto colocou realmente na saúde. É muito fácil chegar a esta tribuna e ficar falando da saúde. Vejam quanto cada um de nós colocou nessa área. Eu coloquei mais de R\$1 milhão na saúde, e não sou da saúde. Vejam lá quanto o seu deputado colocou na saúde e façam uma reflexão. É isso que vocês têm que fazer. É muito fácil chegar a esta tribuna e só falar. Porém, vejam o que cada um colocou na saúde e o que cada um está colocando no fomento.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para discutir.) – Presidente, acho que cada um nesta Câmara Legislativa tem uma marca. Eu posso seguramente dizer que a minha marca é a do bom senso. Hoje, presididos pelo deputado Eduardo Pedrosa, na comissão, nós fizemos críticas e pedidos para que o governo aumentasse o orçamento da saúde. Eu estou alertando o governo de que, se não houver um aumento considerável no orçamento da saúde no ano que vem, haverá um colapso. Percebam que eu sou da base do governo. Estou alertando-o.

A responsabilidade quase que exclusivamente é do governo. Isso porque nós podemos fazer proposições, podemos fazer cobranças, mas a caneta é do governo. Eu falei algo para o governador ontem e falo novamente. Nesses anos todos, para o governador Ibaneis, foram muito importantes as obras, a segurança pública, a mobilidade, mas não foi importante a saúde. Por isso, nós estamos nessa situação. Eu acredito e ainda tenho esperança de que, no ano que vem, o governador Ibaneis se debruce com toda a equipe do orçamento e coloque realmente dinheiro na saúde.

Essa história de dizer que “há dinheiro, o que falta é gestão” é balela. O que está faltando é dinheiro – é dinheiro! O secretário de Saúde quer fazer um aplicativo para poder melhorar algo? Falta o dinheiro. Ele quer comprar equipamentos? Falta o dinheiro. Então, falta dinheiro, mas há vontade da secretaria.

Há 2 fatos. O governador não faz gestão de saúde. O governador faz gestão de governo. Quem faz gestão de saúde é o secretário de Saúde. Então, quando se fala que não há gestão, estão dizendo que não há secretário, equipe, servidores. Porém, é muito pelo contrário: os servidores da saúde, tanto os da administração quanto os que estão na base, trabalham dia e noite para poder melhorar a saúde. Então, vamos parar essa conversa de que não há gestão? Não há dinheiro, minha gente.

A conta não fecha. Colocam R\$14 bilhões na saúde. Dessa quantia, R\$10 bilhões serão para fazer pagamento de pessoal, o que não é alto, de acordo com a média salarial do Brasil. Colocam R\$2 bilhões no IGESDF. Diga-se de passagem: acabei de liberar R\$1 milhão para o IGESDF para poder implementar o plano de saúde para os trabalhadores. Eu mandei agora para o IGESDF R\$1 milhão para o plano de saúde. Não há dinheiro lá. Sabemos que há má gestão, obviamente isso já foi comprovado, mas está faltando dinheiro e estou colocando dinheiro. Estou colocando dinheiro mesmo.

Mais uma vez, estou batendo o recorde em emendas parlamentares para a saúde. Serão R\$17 milhões no ano que vem, totalizando R\$106 milhões para a saúde. Eu poderia estar investindo no futebol, na festa da cidade, eu poderia estar fazendo qualquer coisa, mas eu invisto na saúde. Isso porque não é discurso, é prática.

Se um dia eu for governador desse estado, se um dia eu for presidente, eu farei do mesmo jeito que eu faço aqui. Assim, vou priorizar a saúde, a educação, vou beneficiar mais de 200 escolas. Enfim, tudo isso que tem que ser feito está sendo feito com o que eu posso fazer. Porém, se nós não nomearmos servidores, se nós não reestruturarmos as carreiras, se não dermos condições para isso, nós, então, ano que vem, teremos uma saúde do mesmo jeito ou pior.

Eu peço ao governo que se debruce sobre esse assunto. Eu tenho esperança de que teremos uma saúde melhor no ano que vem.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, solicito que tanto a votação do parecer quanto a votação do projeto, em primeiro e em segundo turnos, sejam feitas pelo processo nominal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Esta presidência acata a solicitação de vossa excelência.

Solicito que as votações do parecer e do projeto, em primeiro e em segundo turnos, sejam feitas pelo processo nominal, conforme solicitação do deputado Fábio Félix.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o parecer que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 18 votos favoráveis e 4 votos contrários.

Foi aprovado o parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 1.937/2025.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.937/2025, em primeiro turno, destacada a Emenda nº 558.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, quero registrar a nossa solicitação de que o nosso voto seja publicado no *Diário da Câmara Legislativa*. Nós já estamos colocando no sistema um conjunto de dados e argumentos.

Eu quero dialogar com o líder do governo, muito tranquilamente. Para nós, não é a emenda que sustenta direitos, não é a emenda parlamentar que deve sustentar a política pública. Eu tenho muito orgulho, deputado Hermeto, de ser o deputado que mais coloca recursos para a educação. Neste orçamento, colocamos R\$21 milhões para a função educação. O problema é que o orçamento da educação tem um corte bilionário. O PDAF ordinário das escolas vai diminuir. Isso está asfixiando as direções escolares. Por causa do corte bilionário no orçamento, não existe processo para cumprir o Plano Distrital de Educação e suas 21 metas. Ao contrário, o governo do Ibaneis e da Celina Leão retrocedeu nas metas do Plano Distrital de Educação. Não há política para se pensar em um Distrito Federal mais justo.

Deputado Hermeto, líder do governo, esse é o motivo do nosso voto contrário. Quero dizer que esse orçamento não representa os interesses do povo do Distrito Federal.

Presidente, o governo está cortando 38 ações orçamentárias previstas no PPA. Desapareceram programas de meio ambiente, de mobilidade, de territórios sustentáveis e de garantia de habitação. Quem está ganhando? O orçamento cresceu. Quem está ganhando é o bolsa empresário, as grandes empresas desta cidade, por causa da renúncia fiscal de R\$10 bilhões, acumulando um aumento de 452% desde 2019. Nenhuma área teve esse reajuste.

Para encerrar, presidente, nosso voto referente ao orçamento do ano que vem é uma denúncia à decisão política deliberada do governo Ibaneis e da Celina de rebaixar a educação, a saúde, a assistência social, os direitos de crianças, dos adolescentes e das mulheres, de não valorizar os servidores públicos, de manipular os índices constitucionais – principalmente da educação e da saúde –, de ocultar os cortes bilionários nos direitos, de ampliar benefícios para grupos privilegiados, de violar o planejamento participativo do orçamento e de burlar decisões do Tribunal de Contas e do Poder Judiciário.

Presidente, concluo dizendo que esse orçamento é a cara do governo Ibaneis e da Celina: rico, elitista, injusto, favorecedor de privilégios e abandono do povo do Distrito Federal.

Por isso, votaremos não ao orçamento dos privilégios contra o povo do Distrito Federal. Isso é a cara da LOA do governador Ibaneis e da Celina.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, quero reforçar uma fala importante feita por um deputado da base do governo. Ele disse que, se não houver mais aporte de recursos e investimentos na saúde, ela vai colapsar. Essa é a situação que estamos vivendo. Existia previsão orçamentária que não vai se concretizar. Se não houver aporte de recursos na educação, ela vai colapsar. Está faltando vaga de ensino fundamental e médio nas escolas. Está faltando recurso para investir nas mais de 700 escolas do Distrito Federal.

Esse recado tem que ser compreendido por todos que estão aqui. Toda população deveria saber o que está sendo votado na Câmara Legislativa neste momento.

Eu registro a fala do deputado da base para ligar um alerta para todos os parlamentares presentes. É nosso dever cobrar do Governo do Distrito Federal responsabilidade e recomposição orçamentária na saúde e na educação.

Por isso, nosso bloco e o PSOL têm compromisso no enfrentamento à desigualdade social. O bloco PSOL-PSB não se sente à vontade, não tem condição nenhuma de votar favoravelmente a esse orçamento. Por isso, nosso voto é contrário.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir.) – Presidente, farei referência à fala de alguns deputados. Quero dizer que fico muito confusa com o posicionamento da base do governo. Na campanha, o governo Ibaneis falava que não faltava dinheiro para o Distrito Federal, mas, sim, gestão.

Posteriormente, o deputado da base da saúde falou que estamos vivendo um colapso na saúde, que a situação vai piorar, mas ele tem esperança. Deputado Jorge Vianna, não dá para ter esperança nisso. Esperança tem faltado para os pais, para as mães, para as pessoas que estão na fila, para os servidores que estão doentes. Não dá para nos apegarmos à esperança do que o governo vai fazer no ano que vem. Isso é muito ruim.

Quero deixar muito claro que, muitas vezes, as pessoas querem distorcer ou maquiagem a verdade. Mas o povo não é bobo. Os servidores não são bobos. Aqui foi falado que os deputados investem emenda nas suas áreas etc. Quero dizer que invisto dinheiro na saúde, apesar de não ser obrigação do parlamento sustentar a saúde, porque isso é dever do Estado. Nosso dever é fiscalizar para onde está indo esse dinheiro. Mas, muitas vezes, deputado Jorge Vianna, não mando dinheiro para a Secretaria de Saúde diretamente porque se perde dinheiro na Secretaria de Saúde, porque eles não executam. Mas nós fazemos saúde. Está aqui a lista, que depois vou passar para os senhores: R\$42 milhões investidos em acuidade visual nas escolas; escola acolhedora; melhor idade, com saúde para a terceira idade; materiais e equipamentos para UBS; primeiro emprego; acuidade visual; DIU; saúde mental; luta contra a dengue. Isso nós fazemos, apesar de a saúde ser um direito do povo. Ela deve ser suprida pelo Estado.

E digo mais: o povo não é bobo, porque dizer que fazemos discurso e não praticamos... Na verdade, nós temos que praticar como defensores da saúde, com o posicionamento de que a saúde está num patamar tão grande de colapso, de caos, que se deveria parar qualquer tipo de votação nesta casa até que fosse feito um planejamento ou alguma coisa em relação à emergência que está acontecendo na saúde. O povo não é bobo mesmo.

É triste sairmos daqui com esse corte, mas vamos continuar lutando. Espalhem isto: vamos continuar lutando, porque, se não lutarmos, vão tratorar. Mas aqui não, porque vamos tentar resistir com a ajuda de vossas excelências.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, solicito o uso da palavra porque fui citado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – De fato, das minhas características, a primeira é a fidelidade, lealdade, sinceridade e bom senso. Sou da base do governo, e vossas excelências sabem muito bem disso. Sou o cara da base que fez greve, que enfrentou o governador. Sou o cara da base que fala que a saúde não está boa. Agora, é opção do governo fazer.

Voto a favor em alguns projetos que não são nocivos. Votei a favor e defendi vocês profissionais de educação, como sempre faço e sempre farei, pelas minhas convicções. Cobrei ontem o reajuste da carreira PPGE, porque a educação parece que é dividida: professores e PPGE. PPGE é meio que afastada, é meio o que sobra, e sempre foi assim. Saúde não se faz só com médicos, e educação não se faz só com professores. Eu trago essa discussão para cá a todo momento. Eu sou do meio sindical, conheço muito bem isso, sei como isso funciona. Isso faz parte. Mas o que não dá é o falso moralismo. Se eu sou um bom filho, vou ser um bom marido, vou ser um bom colega de trabalho, porque é assim a postura de uma pessoa.

Aqui, na Câmara Legislativa, a deputada Dayse Amarílio, que falou de mim, tem R\$34 milhões e colocou só R\$3,4 milhões, 10% para a saúde. Não importa se vai ser projeto social. O importante é que, se está votando ali o remédio para o camarada, não é que ele fique fazendo alguma atividade, ainda que seja importante essa atividade... O que mata é a falta do remédio, é a falta do equipamento. Falta ajudar nossos colegas. É isso que tem que ser feito. Então, não acho razoável um deputado colocar R\$3,4 milhões tendo R\$34 milhões. Eu coloco R\$17 milhões agora e, ano que vem, fecho com R\$106 milhões. E eu nem poderia colocar, porque não é meu papel, mas estou vendo que o camarada está precisando. Vou ficar sem colocar?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Deputados, não vou permitir que haja uma discussão lateral, senão não votamos.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, solicito o uso da palavra porque fui citada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, queria dizer que falso moralismo é dizer que, numa comissão de mérito, o que é votado é especificamente se o tema se refere àquela área, ou não. Isso é falso moralismo!

Eu estou aqui para defender a saúde e tenho feito isso. É por isso que digo “não” a este orçamento. Qualquer pessoa em sã consciência que defende o SUS vai votar “não” a um orçamento que tira R\$1,1 bilhão da saúde. Vou entregar para o deputado um relatório com o que fizemos na área da saúde. Não foram só R\$3 milhões e alguma coisa. Estamos aqui para mostrar isso.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, nós apresentamos 1 emenda, que foi destacada, tratando do excesso de arrecadação, que tem que passar por esta casa. Aliás, eu tenho o apoio de vossa excelência no destaque desta emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Perfeitamente, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – O deputado Eduardo Pedrosa acatou isso. Porém, nós chegamos a um entendimento com o secretário Maurício – que sempre trata as coisas com a maior seriedade – e estamos chegando a um acordo sobre a emenda. A emenda está sendo escrita agora. Ela é fruto de um entendimento nosso, com a garantia do Thiago, da Secretaria de Economia, de que uma outra emenda, que está em um outro projeto – o Maurício sabe qual é –, não será vetada. Assim, chegamos a um entendimento. Portanto, presidente, peço só 1 minuto, enquanto terminam

de escrever a emenda.

Quero dizer a todas as pessoas que estão nos acompanhando que o problema da saúde no Distrito Federal não é dinheiro. O governador Ibaneis falou isso durante a primeira campanha eleitoral dele. Ele disse que o problema não era recurso, era gestão. Hoje há muito mais recurso. Portanto, esse continua sendo um problema de gestão.

E digo mais a você que está nos acompanhando neste momento pela TV Câmara Distrital: emenda de deputado nenhum sustenta a saúde. O que sustenta a saúde é recurso colocado, pelo Tesouro, na saúde. E isso há, muito. O Ministério da Saúde tem mandado dinheiro de sobra. Não venham dizer que emenda de deputado vai recuperar a saúde, porque não vai! Eu tenho colocado recursos para a saúde, mas não vou me vangloriar de quanto coloquei para a saúde, ou de quanto coloquei para a educação. Sei de outros deputados que colocam também, mas as emendas são paliativas. Emenda nenhuma resolve um problema sério, que é a gestão na saúde pública do Distrito Federal. E o problema também não é o secretário de Saúde, é quem está sentado como governador no Palácio do Buriti.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – A pedido do deputado Chico Vigilante, vamos suspender esta votação, até que o entendimento seja consolidado, por meio da emenda.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei 2.095/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 8.800.211,00".

Há uma emenda de segundo turno.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF à Emenda nº 1, aditiva, ao Projeto de Lei nº 2.095/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 8.800.211,00".

Presidente, o parecer é pela admissibilidade da emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 23 deputados.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.095/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 23 deputados. Houve voto contrário do deputado Gabriel Magno.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Lembro que houve o voto contrário do deputado Gabriel Magno.

Estamos apenas consolidando ali o entendimento, conforme informado pelo deputado Chico Vigilante, para podermos votar. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, enquanto o pessoal termina, eu peço a palavra a vossa excelência, porque eu preciso fazer um registro importante com relação ao orçamento do Distrito Federal.

O orçamento que está previsto é R\$74.403.995.000. Este é o orçamento: aproximadamente R\$74 bilhões, dos quais R\$28.412.205.590 são do Fundo Constitucional. Houve um aumento, presidente. Na época do governo do Capiroto, o Fundo Constitucional foi de R\$18 bilhões.

Nós estamos tendo um aumento, graças ao fato de a economia ter entrado nos eixos; o país está funcionando; houve um crescimento econômico de 74%. Esse é o crescimento do Fundo Constitucional, graças à receita corrente líquida. E a inflação desse período, presidente, de 3 anos do governo do presidente Lula, só foi de 19%.

Portanto, está havendo um baita aumento real no Fundo Constitucional. O que precisamos é que esse dinheiro seja bem aplicado. Então, não dá para o governador Ibaneis ficar dizendo que não pisa no mesmo terreno em que estiver o presidente Lula, porque, se existe alguém que está sustentando o Distrito Federal, é exatamente o governo do presidente Lula.

Esses são dados concretos, que ninguém da base do governo, mesmo que seja bolsonarista, vai ter coragem de vir aqui contestar.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, enquanto nós esperamos, eu gostaria de dizer que essa votação é importante. Como foi dito por alguns parlamentares, estamos votando o valor que o governo vai administrar. Esta casa legislativa tem a responsabilidade de saber como o Distrito Federal vai administrar R\$74 bilhões.

Vou dar algumas informações para a população entender do que nós estamos falando. O município do Rio de Janeiro tem orçamento de R\$46 bilhões. O orçamento do Distrito Federal é quase 30% maior. A população do Distrito Federal é de 3 milhões de pessoas. O município do Rio de Janeiro tem 7 milhões de pessoas e problemas estruturais grandes, visto que é uma cidade centenária. Então, precisamos mesmo é de boa gestão.

Falaram a respeito das emendas parlamentares. Tenho muita responsabilidade no uso delas. Sou defensora da educação e coloco dinheiro na educação. No entanto, nem a situação da educação nem a da saúde vão ser resolvidas com emenda parlamentar. Elas vão ser resolvidas com boa gestão, transparência, responsabilidade e, principalmente, empatia. As pessoas têm que ser ouvidas e vistas. Os servidores da saúde precisam ser reconhecidos.

Quero falar do Caps, que é um dos lugares que menos recebem dinheiro e menos têm representação. Eu quero falar, principalmente, dos recursos humanos da saúde. Nós precisamos de recursos humanos. Não adianta o governo abrir uma UPA ou uma UBS, se não existem enfermeiros, técnicos de enfermagem e médicos.

Nesses dias, um rapaz jovem chorou e falou para mim: "Deputada, o bem mais precioso que eu tenho é a minha filha, de 3 anos. Fico com medo de que ela adoça e precise ir para o Hospital

de Santa Maria, porque lá não existe médico.” Ele continuou: “Eu não sou dono de construtora. Eu sou um simples cidadão. Preciso ter segurança e dormir tranquilo por saber que vou receber atendimento numa unidade de saúde.”

No Distrito Federal, hoje, estamos vendo concreto e cinza, mas não estamos vendo recursos humanos para a saúde nem escolas com estrutura mínima. Na escola mais antiga da Cidade Estrutural, de 20 anos, as crianças comem a céu aberto, sob sol e chuva. Eu fiquei impressionada e perguntei para a diretora: “Como vocês entregam o lanche, na chuva?” Ela respondeu: “Deputada, nós atrasamos o lanche”.

Isso não está certo. Dinheiro existe. O que precisa existir é empatia, amor e, principalmente, gestão com qualidade e responsabilidade. Não se encontra o dinheiro da população em qualquer lugar, não.

Os servidores do Distrito Federal estão endividados. Infelizmente, o ano acaba, e ainda estamos falando dos servidores endividados e da compra do Banco Master, que foi evitada na última hora.

Precisamos de responsabilidade. Precisamos fazer com que o Governo do Distrito Federal entenda que o dinheiro é da população e não só de uns ou outros para se manterem no poder. Como cristã, acredito que o poder é constituído para fazer diferença na vida da população e levar alegria para ela.

Deixo o meu compromisso em lutar por uma boa gestão, por um governo mais humano e pela transparência no uso do dinheiro que é de todos nós.

Que Deus nos abençoe!

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

Registro e agradeço a presença do Secretário de Economia, doutor Daniel.

Vamos votar.

Foi apresentada uma emenda ao Projeto de Lei nº 1.937/2025, da LOA.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF à emenda ao Projeto de Lei nº 1.937/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2026”.

O parecer desta comissão é pela admissibilidade da emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 23 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.937/2025. (Pausa.)

Chegamos a um entendimento, de forma tranquila, ressalvado o destaque. Como diz o

deputado Roosevelt Vilela, lá no Congresso Nacional está pior, é no tapa; aqui é só na discussão.  
(Pausa.)

Já há emenda?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, tendo em vista que nós chegamos a um entendimento, que foi trabalhado e costurado, a duras penas, com o Maurício, com o Thiago e com os demais integrantes da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, nós estamos retirando a emenda anterior, a Emenda nº 558, e aderindo à emenda do acordo, para facilitar os trabalhos.

Então, eu estou pedindo a vossa excelência que retire a emenda anterior e vote a segunda emenda do acordo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, parece-me que o que está escrito no painel não está correto. Vossa excelência precisa nos orientar com relação ao que estamos votando: é o destaque da emenda ou é o primeiro turno?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – É a votação em primeiro turno, ressalvado o destaque.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder. Para orientar a bancada.) – Presidente, a nossa orientação do bloco PSOL-PSB é votar “não”.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 17 votos favoráveis, 4 votos contrários. Houve 3 ausências.

Foi aprovado.

Em discussão a Emenda nº 558, destacada, ao Projeto de Lei nº 1.937/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – A orientação é para votar “não”, certo, Maurício?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Vamos fazer votação nominal, porque não perdemos tempo. É só abrir aí, vamos.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Se todos aceitarem... Então, simbólico.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis à emenda que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi rejeitada com 21 votos contrários.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, a emenda foi rejeitada, mas precisa ficar claro para aquelas 13 pessoas que assistem a nós pela TV Câmara Distrital que ela foi rejeitada em função do acordo que nós fizemos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – É verdade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – O acordo foi para apresentarmos outra emenda, tratando mais ou menos do mesmo assunto, mas com índice diferente. Então, é importante pontuar isso. Há a garantia de que essa emenda não será vetada. Essa é a palavra que nos foi dada pelo secretário de Relações Parlamentares, o doutor Maurício.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não há mais assunto a tratar. Nos termos do Regimento Interno, convoco sessão extraordinária com início imediato após o encerramento desta sessão para apreciação em, segundo turno, dos seguintes projetos:

– Projeto de Lei nº 2.096/2025;

– Projeto de Lei nº 1.937/2025.

Está encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde

Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde

Capex – Capital Expenditures; em português, Despesas de Capital

Caps – Centro de Atenção Psicossocial

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

Codhab-DF – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal

Confaz – Conselho Nacional de Política Fazendária

Gaps – Gestão e Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal

GDF – Governo do Distrito Federal

HMIB – Hospital Materno Infantil de Brasília

HRAN – Hospital Regional de Asa Norte

ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

IFA – Incentivo Financeiro Adicional

IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAFDF – Programa de Apoio ao Futebol do Distrito Federal

PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira  
PET – Positron Emission Tomography; em português, Tomografia por Emissão de Pósitrons  
PLC – Projeto de Lei Complementar  
PLe – Processo Legislativo Eletrônico  
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual  
PPA – Plano Plurianual  
PPGE – Políticas Públicas e Gestão Educacional  
Semob-DF – Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UBS – Unidade Básica de Saúde  
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 19/12/2025, às 14:28, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: **2466312** Código CRC: **66DBF6CE**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [serel@cl.df.gov.br](mailto:serel@cl.df.gov.br)

00001-00052185/2025-76

2466312v6

## Ata Circunstanciada da 39ª Sessão Extraordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA SECRETARIA  
Diretoria Legislativa  
Setor de Registro e Redação Legislativa



### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA  
39ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

INÍCIO ÀS 14H13

TÉRMINO ÀS 14H29

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Está aberta a sessão.

Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Convido o deputado Ricardo Vale a secretariar os trabalhos da mesa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, eu sei que nós temos um acordo para a votação dos projetos dos deputados e acho importante que todos votem. Porém, caso não haja objeção, eu peço o apoio dos deputados para a votação de um projeto, até em consideração aos Avas e ACS que estão aqui em cima.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Se não votarmos esse projeto, o governo não será autorizado a fazer o pagamento com o dinheiro que vem do Ministério da Saúde. Não se trata de dinheiro do GDF. Aqui é o Ministério da Saúde que repassa o dinheiro para o GDF e ele só pode gastar esse dinheiro se houver uma lei. Então, peço o apoio dos deputados para isso.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado, mas é de autoria...

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – É porque a lei é autorizativa.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Porém, deputado, já foi votado um projeto de lei de vossa excelência. Se formos votar um projeto seu, teremos que votar outro dos demais.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Porém, eu não crio despesa para o governo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não. Independentemente disso, há um acordo dos deputados.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Trata-se de uma lei autorizativa, ou seja, não gera gasto para o governo, porque é o governo federal que está repassando esse dinheiro. Eu só estou pedindo isso em consideração ao pessoal, porque é final de ano. Eles vão ficar sem dinheiro no final de ano, mais uma vez. É só isto que eu estou pedindo: o apoio. (Palmas.)

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.096/2025, de autoria do deputado Hermeto, que "Altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que 'dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências', e dá outras providências".

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.096/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 20 deputados.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.937/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2026".

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 1.937/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem "sim" e aos que o rejeitam que votem "não".

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 17 votos favoráveis, 4 votos contrários e 3 ausências.

Foi aprovado.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu gostaria de esclarecer às pessoas que estão na galeria e àquelas que assistem a esta sessão que a Lei Complementar nº 13/1996 proíbe a tramitação de projeto de lei autorizativa nesta casa.

O deputado Jorge Vianna sabe disso.

Logo, esse projeto de autoria do deputado Jorge Vianna não poderá prosperar, a não ser que ele proponha, primeiramente, a revogação dessa lei.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente, quero agradecer ao deputado Eduardo

Pedrosa e a vossa excelência.

Parabenizo o pessoal que reivindica a PaSUS, pois a emenda foi aprovada. Deu tudo certo.

Agora é lutar e conseguir, no ano que vem, recompor a PaSUS, que é uma ação justa que todos vocês merecem.

Parabéns a todos os deputados, em especial ao deputado Eduardo Pedrosa.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Parabéns ao pessoal da Pasus.

Agradeço também ao deputado Ricardo Vale, que fez essa importante interlocução com a nossa vice-governadora Celina Leão, que nos ligou e pediu que ajudássemos no encaminhamento desse projeto, para ser feita justiça a essa importante carreira que foi prejudicada, e que pudéssemos fazer essa correção.

Agradeço ao deputado Ricardo Vale e ao deputado Eduardo Pedrosa.

Boa sorte!

Contem conosco para esse projeto.

Obrigado.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, eu só queria deixar claro que, com relação ao projeto do IFA, embora eu tenha falado “autorizativo”, a expressão correta é “autorizar”, porque a lei federal fala que tem que haver uma lei estadual que autorize o governo. Em momento algum, o projeto fala em autorização. Então, via de regra, a lei assegura o governo a fazer esse repasse.

Então, troco a palavra “autorizativa” por “assegura o governo”.

Estou com o documento do dia 10 de junho de 2025, que mandei para a nossa comissão pedindo ao governo que passasse dos 12% a 15% de investimento na saúde para 25%, porque o governo está aplicando só o mínimo constitucional na saúde. Eu pedi que fosse para 25%, que seria o razoável.

Isso prova que nós, na comissão, temos essa preocupação. Tanto eu como o deputado Eduardo Pedrosa e toda a comissão fizemos o pedido ao governo, mas, infelizmente, não aconteceu.

Então, no ano que vem, lutaremos para que os recursos sejam ampliados, porque é preciso.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, eu queria agradecer a todos os parlamentares mais um ano de convivência na Câmara Legislativa.

Importantes debates aconteceram nesta casa ao longo do ano.

Eu queria também, senhor presidente, aproveitar para lamentar que nós estamos encerrando a votação do orçamento e ainda não temos as 8 assinaturas para investigar a crise do BRB/Banco Master. Há um apelo muito grande da população para que essa apuração aconteça. Não podemos deixar que essa história morra no Distrito Federal. O que aconteceu aqui foi vergonhoso. Imaginem um banco público sendo utilizado pelo Governo do Distrito Federal para salvar um banco falido, por meio de estratégias conhecidas de lavagem de dinheiro. Isso pede uma posição firme da Câmara Legislativa quanto a uma investigação.

Então, eu lamento que ainda não tenhamos as 8 assinaturas para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de que a Câmara Legislativa cumpra o seu papel. Nós,

parlamentares que votamos contra essa compra, que avisamos dos erros, da gravidade dessa compra, agora queremos que essa apuração seja feita. Queremos saber quais são as intenções que estavam por trás desse processo. E essa cobrança não vai parar!

Não é porque vai haver recesso parlamentar, não é porque os trabalhos desta casa irão parar, do ponto de vista regimental, que nós não iremos cobrar isso. Vamos cobrar isso nas redes, vamos cobrar isso nas ruas. A população tem que cobrar isso. A Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Palácio do Buriti devem respostas em relação à lambança que foi feita com o Banco de Brasília.

Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, eu queria, antes de encerrar esta sessão, agradecer a conclusão de mais um ano nesta casa.

Estou concluindo o meu terceiro ano do primeiro mandato, e queria aproveitar, já que não tive a oportunidade de falar no comunicado de parlamentares, para prestar contas. Quero prestar contas, em poucos minutos, para as pessoas que nos acompanham no plenário, em casa, na rua, de tudo que este mandato fez.

Primeiro, agradeço ao nosso gabinete Aba Reta e a toda a equipe da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, uma equipe incansável. Foram mais de 1.450 agendas atendidas com o nosso mandato, senhor presidente. Só com a minha presença, foram mais de 800. Eu não sei como é que demos conta, mas nós chegamos lá.

Eu queria dizer que, por parte da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, senhor presidente, foram 11 visitas técnicas, 11 fiscalizações, 19 reuniões institucionais, 2 grandes seminários, 1 audiência pública, 14 reuniões da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, mais de 1.000 ofícios produzidos, 320 *e-mails*, 40 projetos analisados e 124 pedidos de alteração de linhas que a nossa equipe analisou.

Só da nossa equipe legislativa, foram 261 matérias, 158 reuniões das comissões e 242 documentos produzidos – isso tudo levando em consideração projetos de lei, projetos de decreto legislativo e uma série de outras questões.

Senhor presidente, quanto ao monitoramento institucional, eu queria explicar para as pessoas que, quando saio de casa, eu já saio com o resumo do *Diário Oficial da União* e do *Diário da Câmara Legislativa*. Já saio ciente do que está sendo votado, do que pode estar em pauta, do que aconteceu. Nossa equipe analisou 775 acompanhamentos do *Diário Oficial da União* e do *Diário da Câmara Legislativa*.

Isso é um pouco do balanço do nosso processo orçamentário. Nós encaminhamos mais de R\$9 milhões para educação, R\$4 milhões para a saúde, R\$2 milhões para a infraestrutura, R\$2 milhões para o meio ambiente, R\$1,4 milhão para os direitos humanos, R\$905 mil para o esporte, R\$800 mil para ciência e tecnologia, R\$749 mil para o transporte, R\$650 mil para assistência social. Enfim, trata-se de uma série de emendas das quais acompanhamos a execução, outras não foram executadas.

Presidente, esse é um breve balanço do nosso mandato. Eu queria muito agradecer a todos. Encerro o ano com muito orgulho pela combatividade e pelo compromisso do nosso gabinete. Saúdo mais uma vez toda a nossa equipe. Comemorem, vocês trabalharam arduamente, como merece o povo do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, eu queria fazer um agradecimento de forma muito especial. Este foi um ano de muito trabalho. Independentemente de o deputado ser da base ou oposição, sabemos o quão difícil é estar aqui. A nossa missão não é fácil.

Quero agradecer muito também ao Gabi Dayse, à minha equipe que trabalha demais, que vira a noite, que acredita e que está ligada por um propósito. Também agradeço a toda a assessoria; aos terceirizados; ao pessoal da Seleg, na pessoa do Manoel; aos policiais legislativos; às assessorias, mesmo as de outros deputados, que compartilham conosco; e, em especial, à presidência do nosso presidente deputado Wellington Luiz, que consegue conduzir esta casa de maneira muito democrática e respeitosa.

Saímos daqui tristes, sim. Pedimos a Deus que renove as nossas forças, mas não vamos desistir. A cada dia que passo nesta casa, deputado Fábio Félix, eu tenho mais consciência do nosso papel aqui e, apesar de muitas vezes não conseguirmos fazer entregas concretas, que não dependem desta casa, o nosso papel de resistência tem sido muito importante para que direitos fundamentais continuem sendo defendidos aqui.

Eu queria dizer para vocês servidores, principalmente os da saúde e da educação: eu vejo vocês, eu sou vocês aqui, vocês sentem que isso realmente é verdadeiro, e preciso de vocês para não desistir. Então, vamos juntos e misturados, vamos para cima. Vão ter que nos aguentar aqui defendendo o SUS, sim.

Obrigada, presidente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, só quero registrar que o nosso bloco está completo – eu, o deputado Max Maciel e a deputada Dayse Amarilio – para votarmos os projetos dos deputados. Inclusive, eu queria agradecer ao nosso bloco. Estive ao longo deste ano na liderança dele. Ele é um bloco combativo, de fiscalização do Governo do Distrito Federal, que cumpre o papel que o parlamento deveria cumprir. Tenho muito orgulho disso. Nós estamos aqui para votar. O nosso agregado, deputado Gabriel Magno, está aqui também.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Eu também estou aqui fechado com vossas excelências.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Estamos juntos com o deputado Wellington Luiz.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Informo aos senhores deputados que as sessões ordinárias de hoje, dia 10 de dezembro, e de amanhã, dia 11 de dezembro de 2025, foram canceladas na forma do Ato da Mesa Diretora nº 331/2025, a ser publicado.

Mais uma vez, agradeço a todas e a todos. Feliz Natal e feliz Ano-Novo, que Deus os abençoe! Agradeço aos deputados e às deputadas, aos assessores e às assessoras, que permitiram que pudéssemos ter um ano extremamente exitoso.

Muito obrigado e até dia 2 de fevereiro, se Deus o quiser.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde  
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde  
GDF – Governo do Distrito Federal  
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação  
IFA – Incentivo Financeiro Adicional  
Pasus – Parcela Autônoma de Integração ao Sistema Único de Saúde  
Seleg – Secretaria Legislativa  
SUS – Sistema Único de Saúde

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 19/12/2025, às 14:27, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: **2466314** Código CRC: **7CE4F52E**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [serel@cl.df.gov.br](mailto:serel@cl.df.gov.br)

00001-00052186/2025-11

2466314v4

# Ata Sucinta da 1ª Sessão Extraordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA SECRETARIA  
Diretoria Legislativa  
Setor de Ata e Súmula



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 9ª LEGISLATURA  
CONVOCADA PELO PRESIDENTE DA CLDF  
ATA SUCINTA DA 1ª (PRIMEIRA)  
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
EM 23 DE DEZEMBRO DE 2025

## SÚMULA

**PRESIDÊNCIA:** Deputados Wellington Luiz e Ricardo Vale  
**SECRETARIA:** Deputados Pastor Daniel de Castro e Ricardo Vale  
**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
**INÍCIO:** 16 horas e 9 minutos  
**TÉRMINO:** 17 horas e 33 minutos

Observação: A versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

### 1 ABERTURA

#### Presidente (Deputado Wellington Luiz)

– Declara aberta a 1ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 9ª Legislatura, realizada em formato híbrido (presencial e remoto), para apreciação do Projeto de Lei nº 2.100, de 2025, de autoria do Poder Executivo, conforme convocação publicada no Diário da Câmara Legislativa nº 284, de 19 de dezembro de 2025.

#### 1.1 LEITURA DE EXPEDIENTE

– O Deputado Pastor Daniel de Castro procede à leitura do expediente sobre a mesa.

### 2 ORDEM DO DIA

Observação: A ementa da proposição foi reproduzida de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.

**ITEM ÚNICO:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 2.100, de 2025**, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.827, de 18 de dezembro de 2025, para estabelecer nova pauta de valores venais de veículos automotores usados registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, relativamente ao exercício de 2026”.

– Parecer do relator da CTMU, Deputado Martins Machado, favorável à proposição, acatando a Emenda nº 2 e rejeitando a Emenda nº 1.

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Jorge Vianna, favorável à proposição, acatando a Emenda nº 2 e rejeitando a Emenda nº 1.

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Thiago Manzoni, favorável à proposição, acatando a Emenda nº 2 e rejeitando a Emenda nº 1.

– Votação dos pareceres em bloco. **APROVADOS** por votação em processo nominal, com 23 votos favoráveis e 1 voto contrário.

– Votação da proposição em 1º turno, ressalvado o destaque à Emenda nº 1. **APROVADA** por votação em processo nominal, com 16 votos favoráveis e 7 votos contrários. Houve 1 ausência.

– Votação da Emenda nº 1, destacada. **REJEITADA** por votação em processo nominal, com 14 votos contrários, 7 votos favoráveis e 2 abstenções. Houve 1 ausência.

### 3 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

#### Presidente (Deputado Wellington Luiz)

– Informa que os Deputados Daniel Donizet, Dayse Amarilio, Hermeto, Iolando, Joaquim Roriz Neto, Pepa e Robério Negreiros participaram de forma remota.

### 4 ENCERRAMENTO

#### Presidente (Deputado Wellington Luiz)

– Convoca os deputados para sessão extraordinária a realizar-se em seguida.  
– Declara encerrada a sessão.

Observação: O relatório de presença e as folhas de votação nominal, encaminhados pela Secretaria Legislativa, estão anexos a esta ata.

Nos termos do art. 135, I, do Regimento Interno, lavro a presente ata.

**TIAGO PEREIRA DOS SANTOS**  
*Chefe do Setor de Ata e Súmula*



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO PEREIRA DOS SANTOS - Matr. 23056, Chefe do Setor de Ata e Súmula**, em 26/12/2025, às 07:02, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: **2478297** Código CRC: **C40BCC6A**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.2 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9249  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [seas@cl.df.gov.br](mailto:seas@cl.df.gov.br)

00001-00052622/2025-51

2478297v4



## Lista de Presença

23/12/2025 17:34:58

### 1ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 9ª

---

Data: 23/12/2025 Hora: 16:00 Local: PLENÁRIO  
Início: 16:00 Término: 17:32 Total Presentes: 24

---

#### Presentes

THIAGO MANZONI (PL)	12/23/25, 4:02PM	Login Biometria
MAX MACIEL (PSOL)	12/23/25, 4:02PM	Login Biometria
ROGERIO MORRO DA CRUZ (PRD)	12/23/25, 4:04PM	Login Biometria
WELLINGTON LUIZ (MDB)	12/23/25, 4:04PM	Login Código
RICARDO VALE (PT)	12/23/25, 4:04PM	Login Biometria
CHICO VIGILANTE (PT)	12/23/25, 4:04PM	Login Biometria
PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP)	12/23/25, 4:05PM	Login Biometria
GABRIEL MAGNO (PT)	12/23/25, 4:07PM	Login Biometria
FÁBIO FELIX (PSOL)	12/23/25, 4:07PM	Login Biometria
HERMETO (MDB)	12/23/25, 4:07PM	Login Código
DAYSE AMARILIO (PSB)	12/23/25, 4:08PM	Login Código
IOLANDO (MDB)	12/23/25, 4:09PM	Login Código
PEPA (PP)	12/23/25, 4:09PM	Login Código
JAQUELINE SILVA (MDB)	12/23/25, 4:09PM	Login Biometria
JOÃO CARDOSO (AVANTE)	12/23/25, 4:10PM	Login Biometria
MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS)	12/23/25, 4:13PM	Login Biometria
PAULA BELMONTE (PSDB)	12/23/25, 4:14PM	Login Biometria
DOUTORA JANE (REPUBLICANOS)	12/23/25, 4:15PM	Login Biometria
JORGE VIANNA (PSD)	12/23/25, 4:17PM	Login Biometria
ROOSEVELT VILELA (PL)	12/23/25, 4:19PM	Login Biometria
ROBÉRIO NEGREIROS (PSD)	12/23/25, 4:31PM	Login Código
EDUARDO PEDROSA (UNIÃO)	12/23/25, 4:37PM	Login Biometria
JOAQUIM RORIZ NETO (PL)	12/23/25, 4:55PM	Microfone
DANIEL DONIZET (MDB)	12/23/25, 5:00PM	Microfone



## Lista de votação

23/12/2025 17:08:12

1ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 9ª  
Legislatura

### PL 2100/2025 - Pareceres CTMU, CEOF e CCJ

Turno: Parecer

Início: 23/12/2025 17:02

Modo: Nominal

Término: 23/12/2025 17:08

AUTORIA: Poder Executivo

RELATORIA: Martins Machado - CTMU, Jorge Vianna - CEOF, Thiago Manzoni - CCJ.

Altera a Lei nº 7.827, de 18 de dezembro de 2025, para estabelecer nova pauta de valores venais de veículos automotores usados registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, relativamente ao exercício de 2026.

Parlamentar	Voto	Hora
CHICO VIGILANTE (PT)	Sim	17:04:04
DANIEL DONIZET (MDB)	Sim	17:05:29
DAYSE AMARILIO (PSB)	Sim	17:06:04
DOUTORA JANE (REPUBLICANOS)	Sim	17:03:57
EDUARDO PEDROSA (UNIÃO)	Sim	17:02:41
FÁBIO FELIX (PSOL)	Sim	17:04:34
GABRIEL MAGNO (PT)	Sim	17:04:10
HERMETO (MDB)	Sim	17:06:31
IOLANDO (MDB)	Sim	17:06:50
JAQUELINE SILVA (MDB)	Sim	17:03:43
JOÃO CARDOSO (AVANTE)	Sim	17:02:57
JOAQUIM RORIZ NETO (PL)	Sim	17:07:13
JORGE VIANNA (PSD)	Sim	17:02:50
MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS)	Sim	17:03:41
MAX MACIEL (PSOL)	Sim	17:03:26
PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP)	Sim	17:03:02
PAULA BELMONTE (PSDB)	Não	17:03:16
PEPA (PP)	Sim	17:07:38
RICARDO VALE (PT)	Sim	17:03:41
ROBÉRIO NEGREIROS (PSD)	Sim	17:07:54
ROGERIO MORRO DA CRUZ (PRD)	Sim	17:03:35
ROOSEVELT VILELA (PL)	Sim	17:02:44
THIAGO MANZONI (PL)	Sim	17:02:41
WELLINGTON LUIZ (MDB)	Sim	17:05:17

Totais: SIM 23 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

Resultado: APROVADO





## Lista de votação

23/12/2025 17:25:30

1ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 9ª  
Legislatura

### PL 2100/2025 - 1º Turno

Turno: 1º Turno

Modo: Nominal

AUTORIA: Poder Executivo

Início: 23/12/2025 17:21

Término: 23/12/2025 17:25

Altera a Lei nº 7.827, de 18 de dezembro de 2025, para estabelecer nova pauta de valores venais de veículos automotores usados registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, relativamente ao exercício de 2026.

Parlamentar	Voto	Hora
CHICO VIGILANTE (PT)	Não	17:21:51
DANIEL DONIZET (MDB)	Sim	17:22:38
DAYSE AMARILIO (PSB)	Não	17:22:51
DOUTORA JANE (REPUBLICANOS)	Sim	17:21:44
EDUARDO PEDROSA (UNIÃO)	Sim	17:21:55
FÁBIO FELIX (PSOL)	Não	17:21:40
GABRIEL MAGNO (PT)	Não	17:21:40
HERMETO (MDB)	Sim	17:22:56
IOLANDO (MDB)	Sim	17:23:12
JAQUELINE SILVA (MDB)	Sim	17:21:58
JOÃO CARDOSO (AVANTE)	Sim	17:21:58
JOAQUIM RORIZ NETO (PL)	Sim	17:23:22
JORGE VIANNA (PSD)	Sim	17:22:02
MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS)	Sim	17:21:49
MAX MACIEL (PSOL)	Não	17:21:38
PAULA BELMONTE (PSDB)	Não	17:21:39
PEPA (PP)	Sim	17:23:49
RICARDO VALE (PT)	Não	17:21:44
ROBÉRIO NEGREIROS (PSD)	Sim	17:23:33
ROGERIO MORRO DA CRUZ (PRD)	Sim	17:21:58
ROOSEVELT VILELA (PL)	Sim	17:21:52
THIAGO MANZONI (PL)	Sim	17:22:07
WELLINGTON LUIZ (MDB)	Sim	17:21:57

Totais:                   SIM 16                   NÃO 7                   ABSTENÇÃO 0

Resultado: APROVADO





## Lista de votação

23/12/2025 17:32:54

1ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 9ª  
Legislatura

### PL 2100/2025 - Emenda Destacada nº 1

Turno: Parecer

Início: 23/12/2025 17:27

Modo: Nominal

Término: 23/12/2025 17:32

AUTORIA: Poder Executivo

RELATORIA: Martins Machado - CTMU, Jorge Vianna - CEOF, Thiago Manzoni - CCJ.

Altera a Lei nº 7.827, de 18 de dezembro de 2025, para estabelecer nova pauta de valores venais de veículos automotores usados registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, relativamente ao exercício de 2026.

Parlamentar	Voto	Hora
CHICO VIGILANTE (PT)	Sim	17:27:39
DANIEL DONIZET (MDB)	Não	17:31:28
DAYSE AMARILIO (PSB)	Sim	17:32:15
DOUTORA JANE (REPUBLICANOS)	Não	17:28:36
EDUARDO PEDROSA (UNIÃO)	Não	17:28:04
FÁBIO FELIX (PSOL)	Sim	17:27:39
GABRIEL MAGNO (PT)	Sim	17:27:39
HERMETO (MDB)	Não	17:31:54
IOLANDO (MDB)	Não	17:31:46
JAQUELINE SILVA (MDB)	Não	17:31:30
JOÃO CARDOSO (AVANTE)	Não	17:28:24
JORGE VIANNA (PSD)	Não	17:28:04
MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS)	Não	17:28:36
MAX MACIEL (PSOL)	Sim	17:27:39
PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP)	Abstenção	17:31:56
PAULA BELMONTE (PSDB)	Sim	17:27:37
PEPA (PP)	Não	17:32:13
RICARDO VALE (PT)	Sim	17:27:44
ROBÉRIO NEGREIROS (PSD)	Não	17:31:37
ROGERIO MORRO DA CRUZ (PRD)	Não	17:28:30
ROOSEVELT VILELA (PL)	Não	17:28:30
THIAGO MANZONI (PL)	Abstenção	17:31:02
WELLINGTON LUIZ (MDB)	Não	17:30:12

Totais: SIM 7 NÃO 14 ABSTENÇÃO 2

Resultado: REJEITADO



## Ata Sucinta da 2ª Sessão Extraordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA SECRETARIA  
Diretoria Legislativa  
Setor de Ata e Súmula



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 9ª LEGISLATURA  
CONVOCADA PELO PRESIDENTE DA CLDF  
ATA SUCINTA DA 2ª (SEGUNDA)  
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
EM 23 DE DEZEMBRO DE 2025

### SÚMULA

**PRESIDÊNCIA:** Deputado Wellington Luiz  
**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
**INÍCIO:** 17 horas e 33 minutos  
**TÉRMINO:** 18 horas e 12 minutos

Observação: A versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

#### 1 ABERTURA

**Presidente (Deputado Wellington Luiz)**

– Declara aberta a 2ª Sessão Extraordinária para apreciação do Projeto de Lei nº 2.100, de 2025.

#### 2 ORDEM DO DIA

Observação: A ementa da proposição foi reproduzida de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.

**ITEM ÚNICO:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 2.100, de 2025**, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.827, de 18 de dezembro de 2025, para estabelecer nova pauta de valores venais de veículos automotores usados registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, relativamente ao exercício de 2026”.

– Votação da proposição em 2º turno. **APROVADA** por votação em processo nominal, com 16 votos favoráveis e 7 votos contrários. Houve 1 ausência.

– Redação final. **APROVADA.**

#### 3 COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

**Presidente (Deputado Wellington Luiz)**

– Informa que os Deputados Daniel Donizet, Dayse Amarilio, Hermeto, Iolando, Pepa e Robério Negreiros participaram de forma remota.

– Registra a presença do chefe do Setor de Assistência à Saúde da CLDF, Dr. Igor Félix Cardoso, e agradece a atenção e a presteza de sua equipe, quando acionada em casos emergenciais.

#### 4 ENCERRAMENTO

**Presidente (Deputado Wellington Luiz)**

– Agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Observação: O relatório de presença e a folha de votação nominal, encaminhados pela Secretaria

Legislativa, estão anexos a esta ata.

Nos termos do art. 135, I, do Regimento Interno, lavro a presente ata.

**TIAGO PEREIRA DOS SANTOS**  
*Chefe do Setor de Ata e Súmula*



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO PEREIRA DOS SANTOS - Matr. 23056, Chefe do Setor de Ata e Súmula**, em 26/12/2025, às 07:03, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: **2478309** Código CRC: **4E837082**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.2 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9249  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [seas@cl.df.gov.br](mailto:seas@cl.df.gov.br)

00001-00052623/2025-04

2478309v2



## Lista de Presença

23/12/2025 18:09:51

### 2ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 9ª

Data: 23/12/2025 Hora: 17:00 Local: PLENÁRIO  
Início: 17:33 Término: Total Presentes: 23

#### Presentes

THIAGO MANZONI (PL)	12/23/25, 5:33PM	Login Biometria
PAULA BELMONTE (PSDB)	12/23/25, 5:33PM	Login Biometria
ROGERIO MORRO DA CRUZ (PRD)	12/23/25, 5:33PM	Login Biometria
PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP)	12/23/25, 5:33PM	Login Biometria
JAQUELINE SILVA (MDB)	12/23/25, 5:33PM	Login Biometria
EDUARDO PEDROSA (UNIÃO)	12/23/25, 5:33PM	Login Biometria
DOCTORA JANE (REPUBLICANOS)	12/23/25, 5:33PM	Login Biometria
DANIEL DONIZET (MDB)	12/23/25, 5:33PM	Login Código
JORGE VIANNA (PSD)	12/23/25, 5:33PM	Login Biometria
DAYSE AMARILIO (PSB)	12/23/25, 5:34PM	Login Código
IOLANDO (MDB)	12/23/25, 5:34PM	Código
MAX MACIEL (PSOL)	12/23/25, 5:34PM	Login Biometria
PEPA (PP)	12/23/25, 5:34PM	Código
HERMETO (MDB)	12/23/25, 5:34PM	Código
ROBÉRIO NEGREIROS (PSD)	12/23/25, 5:34PM	Código
RICARDO VALE (PT)	12/23/25, 5:34PM	Login Biometria
MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS)	12/23/25, 5:34PM	Login Biometria
GABRIEL MAGNO (PT)	12/23/25, 5:34PM	Login Biometria
FÁBIO FELIX (PSOL)	12/23/25, 5:34PM	Login Biometria
ROOSEVELT VILELA (PL)	12/23/25, 5:35PM	Login Biometria
JOÃO CARDOSO (AVANTE)	12/23/25, 5:35PM	Biometria
WELLINGTON LUIZ (MDB)	12/23/25, 5:36PM	Login Código
CHICO VIGILANTE (PT)	12/23/25, 5:38PM	Login Biometria

#### Ausências

JOAQUIM RORIZ NETO (PL)



## Lista de votação

23/12/2025 18:07:55

### 2ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 9ª Legislatura

#### PL 2100/2025 - 2º Turno

Turno: 2º Turno

Modo: Nominal

AUTORIA: Poder Executivo

Início: 23/12/2025 18:04

Término: 23/12/2025 18:07

Altera a Lei nº 7.827, de 18 de dezembro de 2025, para estabelecer nova pauta de valores venais de veículos automotores usados registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, relativamente ao exercício de 2026.

Parlamentar	Voto	Hora
CHICO VIGILANTE (PT)	Não	18:04:46
DANIEL DONIZET (MDB)	Sim	18:06:11
DAYSE AMARILIO (PSB)	Não	18:06:23
DOCTORA JANE (REPUBLICANOS)	Sim	18:05:19
EDUARDO PEDROSA (UNIÃO)	Sim	18:04:44
FÁBIO FELIX (PSOL)	Não	18:04:46
GABRIEL MAGNO (PT)	Não	18:05:36
HERMETO (MDB)	Sim	18:06:20
IOLANDO (MDB)	Sim	18:06:33
JAQUELINE SILVA (MDB)	Sim	18:04:59
JOÃO CARDOSO (AVANTE)	Sim	18:05:04
JORGE VIANNA (PSD)	Sim	18:04:46
MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS)	Sim	18:04:56
MAX MACIEL (PSOL)	Não	18:05:34
PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP)	Sim	18:04:57
PAULA BELMONTE (PSDB)	Não	18:04:53
PEPA (PP)	Sim	18:06:49
RICARDO VALE (PT)	Não	18:05:03
ROBÉRIO NEGREIROS (PSD)	Sim	18:06:45
ROGERIO MORRO DA CRUZ (PRD)	Sim	18:05:45
ROOSEVELT VILELA (PL)	Sim	18:04:49
THIAGO MANZONI (PL)	Sim	18:04:51
WELLINGTON LUIZ (MDB)	Sim	18:05:01

Totais: SIM 16 NÃO 7 ABSTENÇÃO 0

Resultado: APROVADO



## Ata Circunstanciada da 1ª Sessão Extraordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA SECRETARIA  
Diretoria Legislativa  
Setor de Registro e Redação Legislativa



### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 9ª LEGISLATURA,  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA  
1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

INÍCIO ÀS 16H10

TÉRMINO ÀS 17H33

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Está aberta a sessão extraordinária convocada por esta presidência em publicação no DCL de 19 de dezembro de 2025.

Convido o deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, solicito o uso da palavra para questão de ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para questão de ordem.) – Presidente, eu peço à vossa excelência que verifique o quórum de plenário, para confirmar se há 13 deputados presentes.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Perfeito, deputado.

Vamos contar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, quero só comentar a questão de ordem levantada pelo deputado Chico Vigilante.

Obviamente, sabemos a importância desta sessão e da correção que tem de ser feita. Inclusive, atendemos ao chamado para estarmos aqui, e estamos presencialmente, mesmo com planos diversos – imagino que vossa excelência também. Então, nossa preocupação, como oposição, é não abirmos um precedente que não tem sustentação no Regimento Interno da Câmara Legislativa.

Vossa excelência sabe que fazer oposição é sempre um desafio muito grande, porque os instrumentos do governo para ação dentro do plenário e dentro da política são muito maiores e robustos, mas contamos com nossas possibilidades e ferramentas regimentais também. Agora, nesse caso, não se trata nem de oposição nem de base, trata-se de previsão regimental. Não há previsão regimental para esse modelo de sessão. Sei que é algo extremamente pontual. Acho que, da nossa parte, existe a compreensão desse contexto pelo qual estamos passando. Mas, por outro lado, na sociedade – e ano que vem é eleitoral – pode haver questionamentos. E também é nosso dever o cumprimento estrito do Regimento Interno.

Então, acho que a questão de ordem levantada pelo deputado Chico Vigilante é procedente. É importante a garantia da presença de 13 parlamentares no plenário para que a Câmara Legislativa depois não seja questionada, porque, conforme previsto no art. 196 do Regimento Interno da

Câmara Legislativa, só é possível deliberação em plenário com a presença desse número de parlamentares.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado, seu sentimento é idêntico ao meu, tanto que, quando esse problema chegou a mim, uma das primeiras pessoas que consultei foi o Willemann, liguei para ele, sei do conhecimento dele. Eu, ele, o Márcio, o Maurício, o Gustavo, todos nós estamos preocupados com esse precedente que vossa excelência bem colocou. Não podemos deixar que isso aconteça.

Volto a dizer isto: é um fato superveniente, extremamente grave e importante, por isso, estamos buscando uma solução em torno disso. Sabemos que, na época da pandemia, aconteceu situação semelhante. Não é exatamente a mesma situação, mas buscamos sustentação legal diante disso. A ideia é que estejam aqui 13 deputados. Neste momento, salvo engano, já há 13 deputados presentes. Pedimos aos deputados que registraram presença que estejam aqui. Se registraram presença é porque estão aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não, eu falo dos que estão presencialmente. Já há 13 deputados aqui presentes. Dessa maneira, já alcançamos a legalidade e a regularidade reivindicadas pelos colegas.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, para não ficar nenhuma dúvida, peço a vossa excelência que faça então a recontagem de quórum, por favor. Acho que há 13 deputados presentes. É porque, no painel, consta que há 15 deputados.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Há 13 deputados já. Não é nem necessário. A própria oposição já concordou. Há 13 deputados com a deputada Paula Belmonte.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – É porque havia 12. Agora há 13 deputados.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Há 13 deputados com a deputada Paula Belmonte, e a deputada Doutora Jane está descendo.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.100/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.827, de 18 de dezembro de 2025, para estabelecer nova pauta de valores venais de veículos automotores usados registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, relativamente ao exercício de 2026”.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, o projeto foi lido e nós vamos votá-lo. Por isso, considero importante, para quem nos acompanha pela TV Câmara Distrital e pela imprensa, que haja a explicação da convocação para esta votação. Se houve erro, qual foi o erro? O que está sendo

corrigido? Haverá impacto ou não nessa correção? É importante a população estar ciente do que estamos votando hoje. Precisamos saber, de fato, o que votamos no dia 10. A tabela Fipe foi apresentada no dia 11. O que está mudando de uma votação para outra? Acho essencial esclarecermos isso nesse momento.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Max Maciel, permita-me dizer que eu não tenho conhecimento técnico do assunto, a minha formação é jurídica, não tenho o conhecimento que os colegas da economia têm. Eu pedi, inclusive, ajuda ao secretário Anderson para nos auxiliar. Vou ler o que foi passado para mim. Se houver alguma dúvida, os colegas da economia estão prontos para esclarecê-las.

O texto diz que a variação média da base de cálculo é a mesma: 1,72%. O índice não está mudando. Esta sessão extraordinária é para corrigir um erro material ocorrido no envio da pauta elaborada pela Fipe que, infelizmente, enviou arquivo TXT incorreto, porém ele foi anexado ao projeto de lei aprovado anterior.

Diante disso, existe a necessidade de alterar o anexo do projeto de lei com os valores corretos. Reforçamos que o valor dos veículos é o valor venal apurado por meio da pesquisa elaborada pela Fipe. Esta sessão apenas permite juntar ao projeto de lei o anexo com os valores corretos.

Obrigado, deputado Max Maciel. Agradeço também ao Anderson pela explicação. Ela foi enviada oficialmente à imprensa como demonstração de transparência e justificativa para a convocação da sessão extraordinária.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, nós vamos discutir o projeto e vamos explicar direito o assunto. Para antecipar às pessoas que estão assistindo a nós, o pessoal da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal inseriu a tabela Fipe, não verificou a correção e mandou do jeito que estava. Vossa excelência está lembrado que nós alertamos naquela sessão que estava errada a maneira como a lei foi aprovada. Nós ainda alertamos que não era bom sancionar daquele jeito, mas o governador Ibaneis sancionou. Se mantivéssemos a lei aprovada anteriormente, sem votar este projeto encaminhado, o governo teria redução de 8% no IPVA. Se aprovarmos esta nova tabela, haverá aumento de 8%.

Para deixar claro aos pagadores de imposto, eles vão pagar 8% a mais em relação à lei aprovada anteriormente. Nós alertamos que isso estava errado. Hoje, vamos discutir isso com profundidade.

É bom dizer também que esta tabela Fipe é mais um dos jeitinhos do Brasil, porque a Fipe é uma entidade privada e não deveria regular a cobrança de imposto.

Quero lembrar também que o governo Ibaneis, no começo do mandato anterior, tinha mandado para esta casa um projeto que foi derrubado por nós, vossa excelência se lembra. Ele queria que, todos os anos, em vez ser enviado o projeto para discussão do IPVA, se adotasse pura e simplesmente a tabela Fipe, ou seja, não haveria mais leis que tratassem de IPVA. Seria a Fipe, uma entidade privada, que iria dizer o valor do IPVA no Distrito Federal.

Nós não nos esquecemos das coisas aqui.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Deputado Chico Vigilante, eu, vossa excelência e praticamente todos os deputados conhecemos o comprometimento dessa carreira. Sabemos que não é uma função fácil, mas é uma carreira formada por servidores do mais alto gabarito, por pessoas com compromisso com a nossa cidade.

Aconteceu o erro? Sim, deputado. Há um erro, mas quem de nós já não errou? Precisamos

refletir se nenhum de nós nunca errou. Se nunca tivéssemos errado, aí valeria a pena apontarmos o erro de uma forma mais rigorosa, mas somos seres humanos, passíveis de erros. Cometeu-se um erro, sim, porque, se não houvesse erro, não estaríamos aqui. Precisamos entender que estamos aqui para corrigi-lo, obviamente sem interferir na decisão do colega deputado.

Houve um equívoco. Entendo que ele não tenha sido praticado pela Secretaria de Economia. Vossa excelência e os demais colegas sabem o tanto que eu tenho feito críticas à forma como alguns setores dessa secretaria conduzem determinadas matérias, mas, neste caso específico, há que se reconhecer que o problema pode não ter nascido lá.

Cabe a nós que concordamos com a correção fazê-la e compreender a posição daqueles que não concordam.

Agradeço a intervenção do deputado Chico Vigilante.

Como ele disse, daqui a pouco o projeto será discutido.

Obrigado, deputado.

O deputado Eduardo Pedrosa pediu para avisar que está a caminho, mas, caso não chegue a tempo, participará da sessão de forma remota.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Existem pareceres pendentes. Foram apresentadas 2 emendas de plenário.

A CTMU, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito ao presidente da CTMU, deputado Max Maciel, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Designo o deputado Martins Machado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Martins Machado, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para apresentar parecer.) – Parecer da CTMU ao Projeto de Lei nº 2.100/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.827, de 18 de dezembro de 2025, para estabelecer nova pauta de valores venais de veículos automotores usados registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, relativamente ao exercício de 2026".

Presidente, o parecer da CTMU é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.100/2025, com acatamento da Emenda nº 2 e rejeição da Emenda nº 1.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Martins Machado.

O deputado Eduardo Pedrosa indicou que deve ser designado o deputado Jorge Vianna.

Designo o deputado Jorge Vianna como relator pela CEOF.

Solicito ao relator, deputado Jorge Vianna, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.100/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.827, de 18 de dezembro de 2025, para estabelecer nova pauta de valores venais de veículos automotores usados registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, relativamente ao exercício de 2026".

O projeto de lei em questão, apresentado com 2 artigos, visa alterar a Lei nº 7.827/2025 para modificar o seu anexo único.

Do ponto de vista da adequação orçamentária e financeira, entende-se que a modificação da pauta de valores venais de veículos do Distrito Federal, ao corrigir distorções nas bases de cálculo do

IPVA, tem adequação orçamentária e financeira.

Portanto, o Projeto de Lei nº 2.100/2025, ao retificar a pauta de valores venais de IPVA aprovada na Lei nº 7.827/2025, para incluir os valores dos veículos cadastrados no DF em 2025, não repercute no orçamento distrital, razão pela qual manifesto voto pela sua admissibilidade, com acatamento da Emenda nº 2 e rejeição da Emenda nº 1.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 2.100/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.827, de 18 de dezembro de 2025, para estabelecer nova pauta de valores venais de veículos automotores usados registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, relativamente ao exercício de 2026”.

Presidente, valendo-me das explicações quanto ao texto trazidas pelo deputado Jorge Vianna, que o relatou na CEOF, o parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição, admitida a Emenda nº 2 e inadmitida a Emenda nº 1. É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Para discutir.) – Presidente, peço destaque da Emenda nº 1, por favor. Esta é uma emenda de nossa autoria, que diz que o valor correspondente ao reajuste deve trazer um benefício, deve estar vinculado à preservação das faixas de pedestre. Hoje, infelizmente, vemos muitos acidentes porque as faixas de pedestre estão apagadas. A população vem pedindo isso. Pedimos que a faixa de pedestre seja colocada como prioridade do Detran-DF em todas as cidades.

Presidente, requeiro destaque, para votação em separado, da Emenda nº 1.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Defiro o requerimento.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, só quero explicar para as pessoas que estão nos acompanhando que a Emenda nº 2 é de autoria de nossa bancada – minha, do deputado Ricardo Vale e do deputado Gabriel Magno. É a mesma emenda que havíamos apresentado no projeto anterior; agora o governo a está acatando, e espero que não a vete.

Esta emenda, presidente, determina que o governo não poderá cobrar de nenhum carro IPVA superior ao que foi cobrado no ano passado. Esta é a emenda que apresentamos, que está sendo acatada e que esperamos que seja efetivamente aprovada – que não seja vetada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, boa tarde. Já é quase Natal. Desejo um feliz Ano-Novo a vossa excelência.

Quero discutir o projeto porque ele é decorrente de um erro material que esta casa, hoje,

corrige. É preciso entender qual é o erro, qual é a correção e quem paga a conta do erro. Nós estamos falando do IPVA, o imposto que quem possui carro paga todo ano. Vai chegar um boleto à casa da população do Distrito Federal no primeiro semestre.

O projeto que o governo encaminha para esta casa para que o erro seja corrigido significa, na prática, que, na média, os veículos automotivos terão aumentado seu valor venal – ou seja, a tabela de referência para cobrar o imposto – em 8% sobre o valor que votamos há 3 semanas. O efeito prático disso, presidente, é que o boleto que vai chegar à casa das pessoas, no ano que vem, estará 8% mais caro.

Estou falando para a pessoa que tem um carro e que pagou este ano R\$500 de IPVA: pode esperar um boleto de R\$540. Quem pagou R\$1.000 vai pegar um boleto de R\$1.080. Essa é a média. Há veículos cujo imposto vai aumentar 30%, cujo reajuste vai ser mais alto. O de alguns vai reduzir. Mas, na média, o valor aumenta, tanto que o governo apresenta, nas tabelas novas, expectativa de arrecadação maior em R\$171 milhões. Quem está pagando é o contribuinte, o proprietário de veículo automotivo.

Não nos parece razoável nem justo que essa conta vá para a população do Distrito Federal, pela inversão de prioridades que discutimos na votação do orçamento. É por isso que apresentamos esta emenda. E a emenda, desta vez, está sendo acatada. Ela é importante, presidente, porque diz que nenhum automóvel poderá ter o IPVA mais caro do que teve este ano.

Vou ser muito honesto, presidente: nós apresentamos a emenda e estamos pedindo o voto dos parlamentares para preservar a população do Distrito Federal, mas a confiança no governo é muito difícil. É preciso que o governador sancione a emenda, que não a vete. Disso não temos garantia. Mesmo que esta casa proteja a população do Distrito Federal, se o governador vetar a emenda, no ano que vem o IPVA vai ficar mais caro no bolso, no salário da população do Distrito Federal. Esta é a nossa preocupação.

É por isso que, no dia 23 de dezembro, esta casa se reúne – a partir de um erro –, mas o Governo do Distrito Federal, mais uma vez, vai colocar, ou quer colocar, o erro na conta e no bolso da população desta cidade. Poderia ter vindo logo na proposta que não seriam reajustados a tabela, o valor do impacto e, o fundamental, o valor do boleto. Presidente, já vou concluir.

Presidente, não adianta dizer: “Ah, não há reajuste, porque os percentuais não serão alterados”. De fato, continua 1% para veículo de carga, 2% para motocicletas e 3% para os veículos de passeio, mas o valor de referência mudou.

Na prática, o valor do boleto aumenta. Se o valor do boleto que chega à casa das pessoas aumenta, significa que o imposto aumentou, porque quem vai pagar o imposto vai pagar mais caro.

Esta é a nossa grande preocupação: que o presente de Natal para os brasilienses não seja um IPVA mais caro ano que vem, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Por videoconferência.) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Por videoconferência.) – Solicito que seja registrada a minha presença.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Registro a presença do deputado Robério Negreiros.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Para as pessoas que estão assistindo a

nós no plenário, inclusive a imprensa, eu trago informações importantes.

O IPVA, Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores, é um tributo de competência dos estados e do Distrito Federal. Ele foi criado em 1985, pela Emenda Constitucional nº 27/1985, em substituição à Taxa Rodoviária Única. No Distrito Federal, está regulado pela Lei federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, aprovada à época pelo Senado Federal.

A base de cálculo é o valor venal do veículo. A prioridade do pagamento é anual. O fato gerador ocorre no dia 1º de janeiro de cada ano. O aumento no valor da base de cálculo está sujeito ao princípio da anterioridade, mas não ao princípio da noventena, ou seja, o IPVA poderá ser cobrado em qualquer mês do ano que vem, desde que a pauta seja publicada até o dia 31 de dezembro de 2025.

Os veículos com mais de 15 anos estão isentos de pagamento no Distrito Federal. Agora, vou mostrar dados importantes.

Havia, até outubro de 2025, 2.157.822 veículos cadastrados no Distrito Federal. Eu estou falando com os dados encaminhados pelo governo.

Preste atenção, população do Distrito Federal. Desse total, o projeto informa que em 2026 serão tributados 1.844.735 veículos, ou seja, 85% da frota, porque estão isentos os veículos com mais de 15 anos de uso.

Até outubro deste ano – prestem atenção! –, apenas 857.097 veículos estavam licenciados, o que representa menos de 40% do total.

Há, então, hoje no Distrito Federal mais de 60% da frota circulando ilegalmente. Cadê a competência do Detran? O Governo do Distrito Federal é um mau arrecadador e um mau executor do recurso público.

Vou repetir: 857.097 veículos haviam sido licenciados, o que representa menos de 40% do total. Quem não paga o licenciamento está sujeito a uma multa de R\$293,47, além de levar 7 pontos na carteira.

A pauta de valores do IPVA para 2026 foi elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Fipe, por meio de um contrato no valor de R\$55.144. Portanto, o Governo do Distrito Federal pagou para a Fipe fazer a pauta.

Segundo a Fipe, há um aumento médio no valor venal de 1,72% sobre os valores cobrados neste ano. No entanto, para motos e similares, o aumento é 4,17% em média. Para 1.225.000 automóveis, é 1,63% a mais. Para 304.945 caminhonetes e utilitários, 0,11% a menos. Para 26.310 caminhões, 2,30% a mais. Para 17.576 ônibus e micro-ônibus, 1,64% a mais. Para 270.136 motos e similares, 4,17% a mais. Para 535 motor-casa, 0,22% a menos.

Numa análise por amostragem, em 82 veículos, o aumento ultrapassa 30%, como acontece com o IPVA dos caminhões Mercedes.

No lado inverso, há redução superior a 28%. Na média das amostras, os maiores aumentos chegam a 5,54%, e as maiores reduções chegam a 1,84%.

Portanto, a verdade é que há, sim, aumento no IPVA. A sociedade tem que tomar conhecimento de que está, sim, havendo aumento do IPVA.

Vem o aumento, o dinheiro do IPVA deveria tapar os buracos nas ruas, mas o que mais vemos hoje, no Distrito Federal, é buraco. Isso é o pior. Parece que nós estamos na lua. São crateras e buracos em todos os lugares.

Hoje, eu vi na imprensa – a Globo e outras emissoras mostraram – que os buracos são tantos que não acabam mais, deputado Thiago Manzoni! São crateras! Em Samambaia, os moradores plantaram pés de árvores dentro de um buraco, de tão grande que está o buraco.

Eu pergunto: para onde está indo o dinheiro do IPVA, já que deixam as crateras? Para onde?

O dinheiro do IPVA deveria tapar os buracos.

Ainda existem os miseráveis pardais, que são outra roubalheira. Quero saber do Detran quanto é repassado para essas arapucas. De quanto é o repasse para essas arapucas que ferram a nossa vida? Elas não reduzem acidentes de jeito nenhum e são caça-níqueis, deputado Thiago Manzoni. É um negócio terrível.

Portanto, vamos votar contrariamente a esse projeto. Esse projeto não está correto. Esse projeto não está direito.

Só deixo mais uma informação. Em comparação com a lei aprovada anteriormente e sancionada pelo governador, deputado Wellington Luiz, está havendo aumento de 8%. Em comparação com o projeto errado que o Poder Executivo mandou, está havendo aumento de 8%. Eles erraram, mas nós é que vamos pagar o pato.

Obrigado.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir.) – Presidente, acho importante fazermos alguns esclarecimentos.

A Emenda nº 2 – admitida na CEOF, na CCJ e na CTMU – corrige esse aumento de 8%. O projeto de lei que vai ser votado neste plenário realmente veio do Poder Executivo com esse aumento, e esse aumento foi corrigido pela Emenda nº 2. Pelo que conversei com os secretários do governo, houve acordo para que ela fosse aprovada, e o texto vai ser aprovado.

Penso que ficaria muito ruim, efetivamente, presidente, se nós nos reuníssemos em sessão extraordinária, no dia 23 de dezembro, para votar um projeto que aumentasse impostos. Acho que seria muito prudente da nossa parte conseguir do governador Ibaneis o compromisso de sancionar o projeto na forma que for aprovado por esta casa. Com o acolhimento da emenda e com a aprovação do texto que acolhe a Emenda nº 2 nos termos já lidos, o aumento de 8% inexistente. Nós, portanto, evitaremos que o acréscimo de 8% do imposto chegue ao bolso da população do Distrito Federal.

Eu penso que esse é um compromisso importante a ser assumido pelo governador Ibaneis e pela equipe dele, como a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e o secretário de Relações Parlamentares, doutor Maurício. É muito importante, presidente, não aparecermos como quem aumenta impostos no apagar das luzes.

Terminando a minha breve fala, quero dizer que vou conversar com o secretário Maurício e com o secretário Anderson, porque eu só me sentirei confortável para votar se houver o compromisso de o projeto ser sancionado com o acolhimento da emenda que impede o aumento de 8% no IPVA.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Continua a discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Para discutir.) – Presidente, nós estamos nesta sessão, no dia 23 de dezembro. A responsabilidade da Câmara Legislativa é muito grande. Estamos à véspera do Natal, quando comemoramos o nascimento de Jesus. Não seria justo deixarmos para a população uma interpretação diferente sobre o que estamos fazendo aqui. A Câmara Legislativa fica muito fragilizada com isso.

Eu quero lembrar que a Emenda nº 2, que agora está sendo aprovada, foi rejeitada pelo

governo em dezembro. Ela tem que ser fruto de um acordo da Câmara Legislativa para que o governador não nos surpreenda com o veto a essa emenda, para que não haja aumento do IPVA.

Eu quero deixar bem claro que nós não podemos votar o aumento e, para isso, deve haver um acordo. Que o líder do governo – ou quem o estiver representando – se pronuncie para que façamos esse acordo com tranquilidade.

Outra questão foi colocada, presidente, sobre as crateras, sobre os buracos. Semana passada, na QNP 28, 2 pessoas – 2 jovens adolescentes, junto com 2 cachorros – caíram em um buraco, onde ficaram mais de 50 minutos até serem resgatados.

A qualidade do que está sendo feito é uma vergonha. Está sendo usado um asfalto de péssima qualidade. Isso, inclusive, foi matéria do *Correio Braziliense* ontem. As pessoas que transitam pelo concreto da Estrutural passam mal, porque os carros quicam.

A Câmara Legislativa precisa começar a exercer a sua função de fiscalização.

A chuva está aí. Nós gastamos R\$180 milhões em drenagem, mas a cidade está alagada e o asfalto vai embora. Infelizmente, nós nos perguntamos onde está o dinheiro do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa não pode ser responsável, neste momento, no dia 23 de dezembro, por qualquer tipo de aumento. O brasiliense está pagando imposto, mas o imposto não está refletido em benefícios. Há filas na saúde, e as pessoas estão desesperadas, com medo de adoecer. Nós não podemos deixar que isso seja um presente da Câmara Legislativa.

Eu quero registrar que, quanto à Emenda nº 2, tem que haver um acordo do governo com a Câmara Legislativa.

Presidente, a Emenda nº 1, de minha autoria, vem exatamente para obrigar a atualização das faixas de pedestres. Nelas, infelizmente, há muitos acidentes, inclusive com o envolvimento de crianças.

Muito grata, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, eu acho que já ficou muito claro o que está sendo votado aqui. O projeto do governo, apesar de não trazer aumento de alíquota, traz aumento de imposto para a população do DF.

O recado que esta casa dá hoje é que nós não nos prestamos a realizar uma sessão extraordinária *sui generis*, no dia 23 de dezembro, para aumentar o imposto da população do DF. Nós estamos fazendo um esforço enorme.

Há uma emenda apresentada pela bancada do PT que limita o valor ao valor do IPVA do ano anterior. Porém, nós queremos ouvir o governo, taxativamente, a respeito disso. Para quem está nos escutando em casa, informo que se trata de uma emenda aditiva, que é uma emenda que, facilmente, o governo pode vetar. Nós queremos o compromisso do Governo do Distrito Federal de que essa emenda que vai ser acatada aqui será mantida pelo governador na hora da sanção. Dessa forma, a Câmara Legislativa do Distrito Federal não suja o nome dela. A Câmara Legislativa se reúne extraordinariamente numa semana para votar – de forma súbita, por um erro anterior – um aumento de imposto?

Eu acho que esse compromisso seria muito positivo para a população do Distrito Federal. Que fique claro que o projeto original do governo aumenta imposto apesar de não aumentar alíquota! Esse é o ponto 1.

O ponto 2 é que existe uma emenda que põe um freio nisso e que foi acatada nas comissões. Então, hoje nós temos condição de garantir que não haja aumento de imposto. Mas, por

outro lado, nós precisamos do compromisso do Governo do Distrito Federal.

Presidente e deputado João Cardoso, eu queria dar exemplos do tamanho do aumento em relação a alguns carros e algumas motos. Quanto aos carros populares, podemos citar: no caso do Mobi, um carro muito comum na cidade, o aumento previsto é de 12%; para o Fiat Argo, o aumento é de 9,52%; para o Polo, o aumento será de 20,66%. Isso é a previsão da tabela Fipe. As motos populares são muito comuns na cidade. Elas vão ter aumento de 15% a 18%. Não são aumentos irrisórios, são aumentos significativos.

Eu encerro esta fala, presidente, com a mesma preocupação dos outros deputados. Eu recebi uma tabela do governo com as obras. A maior parte das obras do Governo do Distrito Federal está atrasada. O contrato previa uma data de entrega, mas 70% das obras no DF têm um contrato aditivo com nova data de entrega, porque a empresa não cumpriu o contrato e a fiscalização não foi feita da forma adequada. Um grande exemplo é a obra do Buraco do Tatu, que já fez aniversário. Agora, deputado Roosevelt Vilela, ela dobrou de valor. Para ela estava previsto um valor que praticamente dobrou – além disso, praticamente dobrou o prazo para que ela aconteça e seja executada. Então, para onde está indo o dinheiro da população do DF?

O IPVA é um imposto e ele deveria melhorar a vida do povo. Se o povo não confia que sua vida está sendo melhorada, nós não temos condição nenhuma de aumentar ainda mais o imposto e piorar a vida da população, especialmente na véspera do Natal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para discutir.) – Presidente, senhoras e senhores deputados, nesta casa, nós precisamos ter muita responsabilidade neste momento. Percebemos que houve um erro por parte da secretaria. Esse erro, se não fosse corrigido – se hoje não nos reuníssemos aqui –, poderia gerar um prejuízo muito grande no orçamento do ano que vem, por causa do IPVA.

Então, nós viemos a esta casa, em um gesto de muita coerência, para corrigir esse erro, mas o governo tem que ser coerente com esta casa também. Evidentemente, podemos ajustar esse erro aqui, mas que isso não signifique aumento de imposto, aumento de IPVA para a população do Distrito Federal! O IPVA de 2026 deve ser deixado da forma como foi em 2025. Isso é ser coerente.

Nós viemos aqui, corrigimos o erro, retiramos a possibilidade de o governo ter um prejuízo muito grande com relação a esse imposto tão importante, principalmente para as nossas vias. Quando a chuva chega, nós vemos que o problema persiste, há muitos buracos em diversos locais. Na região do Grande Colorado, na Avenida São Francisco, com a chuva de anteontem, carros foram arrastados. Isso acontece por falta de projetos, por falta de investimentos. Mas não podemos corrigir esse erro e jogar 8% de aumento para a população.

Então, registro o meu apelo. Assim como esta casa está sendo coerente com o Governo do Distrito Federal, o GDF tem que ser coerente com esta casa e acatar a nossa emenda, a emenda do PT, a qual, a partir de agora, vai ser uma emenda de todos os deputados. Vamos aprová-la e esperamos que governador sancione o projeto da forma como esta casa o está aprovando hoje. Assim o prejuízo não será grande para o governo. A arrecadação vai permanecer a mesma, e nós não vamos jogar para a população mais um aumento de imposto, num momento muito difícil que a nossa população atravessa.

Fica esse apelo. Eu espero que corrijamos esse erro, mas sem jogar o reajuste para a população do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir.) – Presidente, conversei com o secretário Anderson e com o secretário Maurício.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir.) – Presidente, conversei com o secretário Anderson e com o secretário Maurício e concluí que eu que não havia entendido direito. Na verdade, esses 8% não existem de qualquer maneira, porque em relação à média dos veículos que existem hoje em circulação em Brasília, alguns veículos têm um decréscimo no seu valor venal, ou seja, o valor venal diminui, e em outros veículos esse valor aumenta. Na média, o aumento em relação a 2025 é de 1,72%. Então, os 8% fui eu que entendi errado. O deputado Chico Vigilante, na verdade, falou que a diferença era de 8% em relação ao projeto que havia sido votado. Eu entendi que havia um aumento de impostos na ordem de 8%. Faço essa retificação e agradeço ao secretário Anderson, que prontamente se dispôs a me enviar a tabela com a alteração dos preços.

Alguns carros estão diminuindo de valor, o que significa uma diminuição do IPVA; outros carros aumentaram de valor na sua avaliação de valor venal, o que significa um acréscimo na base de cálculo do tributo e não na alíquota do tributo. Como a base de cálculo aumenta, haverá essa diferença de arrecadação.

Quero só consignar as explicações que prontamente o secretário Maurício e o secretário Anderson me deram.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, para ficar claro, mais uma vez, vou repetir o que falei da tribuna.

Ao comparar o projeto que foi aprovado anteriormente, o governo teve uma perda de 8%. Com esse projeto que foi encaminhado agora, ele corrige, mas com um aumento em relação à lei sancionada pelo Ibaneis. Há mais um detalhe. Em Brasília há 1.225.233 automóveis, que terão um aumento de 1,63% no IPVA. São 304.945 caminhonetes e utilitários, que tiveram uma diminuição pequena de 0,11%. Caminhonete é coisa de gente de classe média alta, que, portanto, está sendo beneficiada. São 26.310 caminhões, que terão um aumento de 2,30%. Inclusive, os donos de caminhões estão há 6 meses sem receber nada da Novacap. São 17.576 ônibus e micro-ônibus, que terão um aumento de 1,74%. Mas, presidente, os que vão se ferrar mesmo serão os donos de motos e similares. São 270.136 motos e similares, que terão um aumento de 4,17%.

Portanto, eu gostaria de firmar um compromisso com todos: ao ser aprovado esse projeto, com a nossa emenda, ninguém vai pagar mais do que pagou neste ano de 2025. Em 2026, ninguém irá pagar mais do que pagou em 2025. O motoboy, que é um sofredor, se o projeto for aprovado sem a nossa emenda, vai pagar a mais 4,17% de IPVA das motos e similares.

Acho que está tudo explicado, não há mais nenhuma dúvida. O pessoal do governo não tem como contestar os nossos dados, porque eles são incontestáveis.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Joaquim Roriz Neto, eu já vou registrar a presença de cada um dos senhores. Antes de votarmos os pareceres, eu vou citar o nome de cada deputado. Só faltava o senhor e falta, ainda, o deputado Daniel Donizet, que até o momento não se manifestou.

Continua a discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Para discutir.) – Presidente, eu acho que a questão é muito simples. Nós falamos de uma emenda que não deixa o governo aumentar o imposto. Então, é algo muito objetivo. Nós estamos reunidos no dia 23 de dezembro, véspera de Natal, e a Câmara

Legislativa não vai passar por esse papel de aprovar nenhum aumento de IPVA. Embora se mencione uma média, essa média pode não representar redução para todos. Nosso objetivo é não permitir aumento. Não queremos aumento de IPVA. É simples assim.

Queremos uma posição oficial do governo em relação à emenda, se vai ser vetada ou não. O líder do governo, deputado Hermeto, está presente, e eu quero cumprimentá-lo, pedindo que ele se manifeste sobre o compromisso do governo de não vetar a emenda, pois não queremos o aumento do IPVA. É simples assim.

Essa é a resposta que buscamos, para que possamos votar esse projeto, que trata de uma atualização, e não de aumento. A Câmara Legislativa não assume esse papel vexaminoso de se reunir no dia 23 de dezembro para aumentar qualquer tipo de coisa para qualquer cidadão brasileiro.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Atendendo ao pedido do deputado Joaquim Roriz Neto, informo que, neste momento, existem 18 deputados presentes no plenário e 6 participam remotamente: a deputada Dayse Amarilio, o deputado Hermeto, o deputado Iolando, o deputado Joaquim Roriz Neto, o deputado Pepa e o deputado Robério Negreiros. Apenas o deputado Daniel Donizet está ausente. Caso esteja presente, solicitamos que se manifeste, para confirmação da presença.

Continua a discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir.) – Presidente, eu gostaria de ratificar a fala da deputada Paula Belmonte, que parece ser a mesma fala do deputado Fábio Félix, e perguntar se existe alguma informação sobre o acatamento da Emenda nº 2. Ter essa informação, presidente, será fundamental para a votação da matéria. Existe alguma confirmação do governo sobre isso, presidente?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, como o governo não está dando nenhuma resposta, vou pedir um compromisso de vossa excelência: caso o governo vete a emenda que está acatada, nós derrubaremos o veto na primeira sessão da Câmara Legislativa.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não falo pela liderança do governo, mas, como presidente, manifesto meu sentimento, deputado Chico Vigilante. Há pouco, antes de vossa excelência apresentar esse pedido, eu conversava com o deputado Ricardo Vale sobre essa necessidade. Foi exatamente conforme o deputado Thiago Manzoni expôs. Meu sentimento é esse. Não vou votar em uma emenda apenas para que ela seja votada, esse não é o meu sentimento, nem isso faz parte do meu perfil, os senhores já me conhecem um pouco.

As discussões, no âmbito do Executivo, vão ocorrer, é evidente. O secretário Anderson, o procurador Márcio Wanderley, o secretário Gustavo Rocha e o secretário Daniel irão analisar o tema. Acredito que a intenção é realmente atender ao clamor dos parlamentares, que representam a população.

O compromisso que assumo com vossa excelência diz respeito à minha posição pessoal. Naturalmente, vamos solicitar aos demais colegas que adotem a mesma postura, mas tudo será discutido com muita responsabilidade. As discussões têm ocorrido de forma muito transparente. Há pouco, conversei com o Maurício e com o Anderson. A ideia é acolher a emenda, essa é a nossa intenção aqui na Câmara Legislativa. Tenho certeza de que a intenção do governo também é sancioná-la, a não ser que haja algum impeditivo. Não havendo obstáculos, avançaremos nesse sentido.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, veja bem: o motoqueiro, o carregador, o pessoal que está em cima de uma motinha velha, toda lascada, que nem consegue consertar, vai pagar 4,17% a mais de IPVA; o pessoal dos caminhões, 2,30%; nós, eu, vossa excelência e outros, que temos os nossos carrinhos de até 15 anos de idade – porque quem tem carro com mais de 15 anos não tem aumento –, 1,63%. Isso é sério!

O que estamos propondo na emenda? Que ninguém pague a mais do que pagou em 2025. É simples e direta a emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Neste momento, registra-se a presença do nobre deputado Daniel Donizet. Sendo assim, completa-se o quórum: 18 deputados presentes e 6 deputados participando remotamente, num total de 24 deputados.

Continua a discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Para discutir.) – Presidente, acho importante deixarmos claro que o governo votou, em dezembro, com uma alíquota errada. Nós estamos reunidos aqui, no dia 23 de dezembro, votando uma emenda para que não haja aumento. E o governo está se negando a fazer esse compromisso do aumento. Todos os parlamentares estão perguntando isso, pois não vamos nos prestar a esse veto do governador. Acho importante que o líder se pronuncie.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Para orientar a bancada.) – Tendo em vista que a nossa emenda está acatada nos relatórios, vamos votar a favor nos relatórios e contra no projeto.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder. Para orientar a bancada.) – Vamos seguir a orientação do deputado Chico Vigilante: votar, nos relatórios, a favor, já que a emenda foi acatada; mas, em primeiro e no segundo turnos, votar contra, porque o governo não assumiu o compromisso de que não haverá veto posterior. Essa é a orientação.

Eu queria pedir a vossa excelência, para o bom andamento e a legalidade da sessão, que discriminasse na ata da sessão quem está presente presencialmente e quem está participando de forma remota, para que isso não seja questionado posteriormente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acato o pedido de vossa excelência. Solicito que sejam adotadas as devidas providências cabíveis com relação ao pedido do deputado Fábio Félix.

Em votação.

Os deputados presentes no plenário registrarão o seu voto nos terminais e os deputados que

estão de forma remota terão seus votos colhidos por meio de chamada nominal.

Solicito aos deputados que aprovam os pareceres que votem "sim" e aos que o rejeitam que votem "não".

(Realiza-se a votação nominal.)

DEPUTADO DANIEL DONIZET (MDB. Por videoconferência.) – A orientação do governo é para votar "sim", correto?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Correto.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (MDB. Por videoconferência.) – Então voto "sim".

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Por videoconferência.) – Sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Por vídeo conferência.) – Sim.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Por vídeo conferência.) – Sim.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Por vídeo conferência.) – Sim.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Hermeto? (Pausa.)

O deputado Hermeto vota "sim". Obrigado.

DEPUTADO PEPA (PP. Por vídeo conferência.) – Sim.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Todos os votos já foram registrados. Os deputados já se manifestaram.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 23 votos favoráveis e 1 voto contrário, da deputada Paula Belmonte.

Os pareceres foram aprovados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.100/2025, ressalvado o destaque da Emenda nº 1.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, votamos "sim" aos pareceres e queremos agradecer aos parlamentares e aos relatores o acatamento da nossa emenda.

Infelizmente, o governo não conseguiu responder a uma pergunta simples, deputado Ricardo Vale: no ano que vem, o boleto que chegará à casa das pessoas terá ou não reajuste? Essa é a pergunta simples! Se o governo disser que não haverá reajuste, isso significa que o governador vai acatar a emenda e sancionar o projeto, e a população do Distrito Federal passará o final do ano tranquila, porque não haverá reajuste.

O valor do boleto que chegará à minha casa e à casa dos brasilienses no ano que vem será igual ao que paguei este ano ou será maior? Trata-se de uma pergunta simples que exige uma resposta simples. Porém, o governo não conseguiu respondê-la.

Sem essa certeza e a garantia de que os boletos que chegarão à casa dos brasilienses, no ano que vem, não terão um valor maior, não votaremos a favor do projeto.

Votamos a favor dos pareceres – agradecemos mais uma vez aos parlamentares desta casa o acatamento da nossa emenda –, mas o governo não conseguiu responder à pergunta fundamental. Se ele respondesse que não haveria aumento nos boletos, a população pelo menos poderia ter a garantia, deputado Ricardo Vale, de que, se o boleto vier com um valor maior no ano que vem, ela vai bater à porta da secretaria e falar que a cobrança está errada. Sem essa garantia, nós não vamos votar a favor do projeto no primeiro e no segundo turnos, porque o governo não conseguiu

responder a uma pergunta simples: o boleto vai ou não aumentar no ano que vem?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, é muito fácil explicar esse caso para as pessoas que estão assistindo a nós.

A pauta de valores do IPVA de 2026 foi elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, a Fipe, por meio de um contrato no valor de R\$55.144. É a Fipe que diz que há um aumento médio de 1,72% sobre os valores venais cobrados neste ano. É a Fipe que está dizendo. Isso não quer dizer que todos os carros vão ter 1,72% de aumento. Há carro que vai ter muito mais.

O pior, presidente, é o que está previsto para as motos. Eu não sei se o governador Ibaneis Rocha tem raiva de moto, mas, com esse projeto que vai ser aprovado, elas irão pagar 4,17% a mais. É esse o aumento que as motos irão receber. Por isto que nós propusemos essa emenda: para que, a partir de 1º de janeiro de 2026, seja cobrado o mesmo valor que foi cobrado neste ano.

O Governo do Distrito Federal é incompetente para arrecadar e para gastar. Neste ano, com o valor que foi cobrado, 60% das pessoas que teriam de pagar IPVA não pagaram – e provavelmente não vão pagar até o fim do ano, hoje já é dia 23, imaginem se vão pagar em 7 dias! O fato é que 60% dos carros não pagaram e estão circulando por aí irregularmente. Aí o governo vai aumentar mais um pouco? Parece até que a intenção deles é que não paguem mesmo, para que, na hora em que pegarem o miserável que não pagou, ele tenha que pagar 200 e tantos reais de multa e receber mais 7 pontos na carteira. Eu estou querendo impedir que as pessoas tenham que pagar essas multas e recebam pontos na carteira.

Inclusive, presidente, estou encaminhando um requerimento ao Detran-DF para saber o quanto ele arrecadou de multa neste ano com aqueles pardais e o quanto foi para o Detran-DF. Eu tenho notícia de que a maioria fica com a empresa que implanta aquelas engenhocas, aquelas arapucas montadas no Distrito Federal afora, e não vai para os cofres do Detran-DF.

O governo não está aceitando a nossa proposta porque ele quer cobrar 1,63% a mais nos automóveis; quer cobrar 2,30% nos caminhões; quer cobrar 1,64% a mais nos ônibus e micro-ônibus; e quer cobrar 4,17% nas motos, dos trabalhadores que andam naquelas motos arriscando a vida e que vão pagar esse valor a mais.

É disto que se trata, é disto que nós estamos falando e é por isto que nós vamos votar contra o projeto, porque não temos a garantia de que a nossa emenda será acatada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Por videoconferência. Para discutir.) – Presidente, eu fico espantado ao ver como anteciparam as eleições de 2026.

O Drenar DF foi feito para a água não invadir a UnB, na Asa Norte; mas, se a água estiver invadindo qualquer lugar da Asa Sul ou até mesmo do Sol Nascente, eles colocam a culpa no Drenar DF. O Drenar DF foi feito exatamente ali na Asa Norte porque a UnB, todo ano, era arrasada por enchente.

Como estão antecipando 2026! O deputado Chico Vigilante esquece que um dia foi governo também, com todo respeito a sua excelência. Todo mundo sabe que, todo ano, o IPVA tem certa correção da Tabela Fipe. Deputado Chico Vigilante, no governo Agnelo, do qual eu pertenci pela cota do MDB, foram quantas vezes? Vamos parar de falar assim. Não vamos antecipar as eleições. Nós estamos no último dia aqui. Parece que agora o Drenar DF tem culpa pelos buracos, deputado Chico Vigilante. Quantas vezes eu vi, no governo Agnelo, a Globo metendo pau nos buracos de Brasília? Eu era administrador. Eu tapava buraco na cidade quando eu era administrador. Parece que vocês nunca foram governo. Todo mês de dezembro, chove em Brasília.

Então, vamos parar com isso. O senhor foi do governo. Vossa excelência sabe que, nos 4 anos do governo Agnelo, houve correção. Vossa excelência sabe que, no governo Agnelo, estava cheio de buraco também nessa época do ano, em dezembro. Não vou nem contar do preguiçoso do Rollemberg. Desse eu nem conto. Para mim, nem governo ele foi em Brasília.

É isso, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Para discutir.) – Presidente, eu quero registrar aqui meu voto contra, porque o governo não conseguiu ainda assumir um compromisso com a população.

Eu não sou do governo e também não sou oposição; eu sou do povo de Brasília! Estou aqui defendendo o povo de Brasília. Os representantes do povo de Brasília ainda não responderam se vai aumentar ou não para o povo. Eu não estou aqui defendendo o governo. Se o governo errou, ele tem que ter compromisso com o erro e melhorar. Nós estamos falando de alagamento. Nós estamos falando de aumento.

Não há condições de a Câmara Legislativa, no dia 23 de dezembro, na véspera do Natal, ter a responsabilidade de aumentar qualquer grão para o brasiliense. Não houve compromisso de que não vai aumentar. Ninguém respondeu nada.

Quero registrar que eu não sou do governo e também não sou oposição. Eu sou representante do povo brasiliense.

Outra coisa: o governo também não se comprometeu em melhorar as condições dos asfaltos, as condições das faixas. Essas multas desenfreadas... Quando ele quer arrecadar dinheiro, nós não sabemos para onde vai.

Então, esse é o registro que eu queria fazer. Quero deixar bem claro que não sou oposição do governo, sou representante da população.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, eu verifiquei aqui que, durante o governo Agnelo, não houve aumento acima da inflação. E aqui está havendo. É disso que está se falando. As motos vão ter um incremento de 4,17%.

Com relação aos buracos, não sei onde o deputado Hermeto está nesse momento, mas eu tenho que convidá-lo para dar uma volta ali em Taguatinga, em Ceilândia, lá no Pôr do Sol, no Sol Nascente para ver a buraqueira. Há mais: não estão dando conta nem sequer de cortar o mato. Está parecendo quando o Rosso deixou o governo. Eu vou até aconselhar que arrumem umas vacas. Já que o governo não capina, bota umas vacas para comer o capim. As vacas vão ficar gordas, porque está tudo tomado de mato, gente. A verdade é essa. É muito mato, é muito capim; não é grama, é capim cimentado. Não pagaram o pessoal que opera as máquinas e está lá a situação. Essa é a verdade. E há muitos buracos. Se, agora no mês de dezembro, nós estamos nessa situação de buraqueira, imaginem no mês de abril.

E digo mais: nós não antecipamos o calendário eleitoral. Quem antecipou foi o governador Ibaneis, que lançou a vice dele. Faz 1 ano que estão na rua fazendo campanha. Portanto, foi ele que antecipou o calendário eleitoral, não fomos nós da oposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a

bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder. Para orientar a bancada.) – Presidente, quero só encaminhar a votação pelo Bloco PSOL-PSB.

Houve um esforço enorme aqui para que essa emenda fosse não só acatada, mas que houvesse um compromisso pela sanção da emenda. Nós não temos esse compromisso agora. Nós votamos nas comissões pela aprovação do projeto com a emenda, porque defendemos a emenda. Porém, em primeiro turno, sem esse compromisso do governo, nós não temos condição de votar favoravelmente ao projeto.

Eu encaminho votarmos “não” em primeiro turno.

Peço a vossa excelência que, tanto em primeiro turno como em segundo turno, a votação seja nominal, porque nós não comparecemos hoje ao plenário da Câmara Legislativa para aumentar imposto para a população do DF, especialmente sem um plano de desincentivo ao transporte individual e de fortalecimento da mobilidade urbana e do transporte coletivo no DF.

A orientação é votarmos “não” ao projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – A orientação é votarmos “sim”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Para orientar a bancada.) – Presidente, tendo em vista que não há garantia do acatamento da nossa proposta e de que ela não será vetada, oriento a bancada do Partido dos Trabalhadores a votar “não” ao projeto.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Como líder. Para orientar a bancada.) – A orientação do PSDB, representando a população brasiliense, é votar “não” ao aumento do IPVA.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em votação, ressalvado o destaque.

Lembro que neste momento somos 17 presentes em plenário e 7 remotamente.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Chamarei para votação os deputados que estão presentes remotamente.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (MDB. Por videoconferência.) – Sim.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Por videoconferência.) – Não.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Por videoconferência.) – Sim.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Por videoconferência.) – Sim.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Por videoconferência.) – Sim.

DEPUTADO PEPA (PP. Por videoconferência.) – Sim.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Por videoconferência.) – Sim.

O deputado Pastor Daniel de Castro não se encontra.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Houve 6 votos favoráveis por videoconferência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu estava me lembrando de uma sessão que foi comentada por muitos meses. Vossa excelência deve se lembrar de que, durante o processo de votação remota, no tempo da pandemia, houve um deputado que apareceu com uma taça. Disseram que o conteúdo era de uva, mas não era uva. Eu espero que esta sessão não seja comentada como foi aquela.

Nós estamos vendo algumas coisas estranhas nesta sessão de hoje.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 16 votos favoráveis, 7 votos contrários e 1 ausência.

Foi aprovado.

Passa-se à apreciação, em separado, da Emenda nº 1, destacada.

Em discussão a Emenda nº 1.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Para discutir.) – Presidente, essa emenda traz para a população um alento no tocante ao pagamento desse imposto. Nós sabemos que o imposto não pode ser vinculante, mas estamos dando essa orientação para que o governo traga mais segurança para a população. Infelizmente, presidente, há crianças que morrem em razão de a faixa de pedestre não estar pintada e, conseqüentemente, não estar sendo respeitada. Peço a sensibilidade dos deputados para que orientemos o Detran-DF quanto à pintura dessas faixas de pedestres. Isso é muito importante.

O Detran-DF não é responsável pelo asfalto, mas o DER-DF, a Novacap e a Secretaria de Obras são. Deixo registrado que o asfalto que está sendo colocado hoje pelo Governo do Distrito Federal, infelizmente, não é de boa qualidade e está sendo levado pela chuva.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há mais quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Para orientar a bancada.) – Oriente a nossa bancada para que vote favoravelmente à emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O deputado Chico Vigilante orienta que votem “sim”.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – Pela liderança do governo, oriento que votem “não”.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O deputado Hermeto orienta que votem “não”.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder. Para orientar a bancada.) – Presidente, a orientação do bloco PSOL-PSB é para que votem “sim” à emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – A orientação do líder do bloco PSOL-PSB é para que votem “sim”.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam a Emenda nº 1 que votem “sim” e aos que a rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Como votam os deputados que participam por videoconferência?

DEPUTADO DANIEL DONIZET (MDB. Por videoconferência.) – Não.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Por videoconferência.) – Não.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Por videoconferência.) – Não.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Por videoconferência.) – Não.

DEPUTADO PEPA (PP. Por videoconferência.) – Não.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Por videoconferência.) – Sim.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 7 votos favoráveis, 14 votos contrários, 2 abstenções e 1 ausência.

Foi rejeitada.

Não há mais assunto a tratar. Nos termos do Regimento Interno, convoco sessão extraordinária com início imediato após o encerramento desta sessão para apreciação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.100/2025.

Está encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça  
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças  
CTMU – Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana  
DCL – Diário da Câmara Legislativa  
Detran-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal

Fipe – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas  
GDF – Governo do Distrito Federal  
IPVA – Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores  
PLe – Processo Legislativo Eletrônico  
UnB – Universidade de Brasília

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516**, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa, em 05/01/2026, às 14:53, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Código Verificador: **2478383** Código CRC: **AD788F84**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [serel@cl.df.gov.br](mailto:serel@cl.df.gov.br)

00001-00052626/2025-30

2478383v23

## Ata Circunstanciada da 2ª Sessão Extraordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA SECRETARIA  
Diretoria Legislativa  
Setor de Registro e Redação Legislativa



### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 9ª LEGISLATURA,  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA  
2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

INÍCIO ÀS 17H33

TÉRMINO ÀS 18H13

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Está aberta a sessão.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.100/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.827, de 18 de dezembro de 2025, para estabelecer nova pauta de valores venais de veículos automotores usados registrados e licenciados no Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, relativamente ao exercício de 2026".

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.100/2025.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, quero lembrar às pessoas que estão nos acompanhando – a TV Câmara Distrital tem uma boa audiência – que hoje é dia 23 de dezembro, amanhã será dia 24. O governo tem que sancionar este projeto até dia 31.

Das pessoas que têm carro ou moto no Distrito Federal, 60% não pagaram o IPVA de 2025, estão devendo. O governo havia mandado um projeto a esta casa – e não fui eu nem ninguém do PT que elaborou este projeto – e o sancionou. Nós avisamos que estava errado, mas ele o sancionou. Agora nos mandam este projeto que, comparativamente ao projeto anterior que o governo havia mandado, tem um aumento de 8% – estou comparando os valores com o da lei anterior, sancionada pelo governador Ibaneis Rocha. Ele sancionou a lei e agora manda a correção da tabela que aumenta o valor em 8%.

Comparativamente ao ano de 2025, 1.225.233 de automóveis terão aumento de 1,63%. De caminhões, 26.310 terão reajuste de 2,30% acima da tabela do ano de 2025.

Os ônibus e micro-ônibus estão tendo um aumento na tabela de 1,64%. Porém, eu não sei de onde diabos a Fipe concluiu que teriam que aumentar o imposto o tanto que e o aumentaram para as motos. Eu não ando de moto, nunca montei numa moto, mas a moto na maioria das vezes é instrumento de trabalho das pessoas que não têm carteira assinada, das pessoas que são extremamente exploradas. Haverá um aumento no IPVA delas de 4,17%. Por que estão aumentando tanto o valor para as motos e similares? Qual é a explicação para isso? Enquanto isso, para as caminhonetes e utilitários, a Fipe calculou que elas terão um reajuste de menos 0,11%.

É disso que se trata.

Portanto, para quem votou nesse projeto, é bom esclarecer para a população que o pessoal proprietário de motos, o qual a maioria usa para o trabalho, vai pagar 4,17% a mais. Se o governo tivesse deixado o projeto do jeito que ele mandou – já que agora ele mandou com um aumento de 8% –, ele deixaria de arrecadar R\$172 milhões, e não R\$600 milhões como o pessoal do governo espalhou por aí.

Eu ainda agora fiz um pedido ao nosso assessor especial da liderança do Partido dos Trabalhadores. Nós vamos encaminhar ainda esta semana, talvez amanhã, um requerimento ao Tribunal de Contas do Distrito Federal. Eu quero que aquele tribunal faça um pente-fino nas contas do Distrito Federal, quero que ele apure tudo. Isso pode levar um ano, mas eu quero uma apuração completa, porque a informação que eu tenho é que o Distrito Federal está quebrado. Portanto, nós precisamos saber isso efetivamente. O tanto de dívida que tem a ser paga é um negócio... Portanto, nós queremos saber disso.

Eu não sei quem vai ganhar as eleições de 2026, mas é preciso que todo mundo na sociedade que paga imposto tenha a noção exata de como é que estão as contas do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto, que falará por videoconferência.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Por videoconferência. Para discutir.) – Presidente, está havendo um aumento médio de 1,72%. É uma correção na tabela Fipe que é adotada há 10 anos, que ocorreu inclusive no governo em que o deputado Chico Vigilante foi líder.

Então, o que eu quero dizer é que ninguém está fazendo um aumento astronômico de IPVA. Porém, agora tudo aqui vira polêmica. Todo ano nós votamos o IPVA na Câmara Legislativa, mas, como falta menos de 1 ano para a eleição, isso virou uma catástrofe.

Volto a repetir: se ocorre uma enchente na Ceilândia, a culpa é do Drenar DF, que foi feito para cuidar da Asa Norte, para que águas não invadam a UnB. Pelo amor de Deus, gente! Vamos polemizar, mas vamos polemizar com uma situação mais concreta. Vamos esperar, deputada Paula Belmonte, com todo o respeito à senhora. Respeito muito a deputada. Sua excelência é independente aqui.

(Falha na transmissão.)

DEPUTADO HERMETO (MDB. Por videoconferência. Para discutir.) – Vamos polemizar ano que vem nas urnas, está certo? Desde que eu me entendo por gente no Distrito Federal, todo ano houve recomposição de IPVA pela tabela Fipe. Em todos os anos que choveu em dezembro havia buraco. Isso ocorreu em todos os governos: do Roriz, do Agnelo, do Arruda, até no do incompetente Rollemberg. Então, vamos polemizar ano que vem, vamos para as urnas e vamos ver quem continua no governo e quem volta para esta casa.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir.) – Presidente, estamos no segundo turno, para votar um projeto ao qual já votamos “não” pelas explicações já apresentadas, mas eu queria aproveitar este momento de discussão para dizer o seguinte: nós estamos fazendo o que o governo está chamando de uma correção. Estamos apontando que, nessa correção, de acordo com a tabela que está sendo apresentada, de fato, há aumento. Alguns, especificamente, vão, sim, pagar mais.

Quero chamar a atenção para o compromisso do orçamento do Distrito Federal com as pessoas. Estamos encerrando o ano numa sessão extraordinária – esse é o recado que está sendo dado.

Respeitando o líder do governo, eu queria dizer que o Distrito Federal está fechando o ano

sem pagar catadores do SLU. O Distrito Federal está fechando o ano sem pagar os caminhoneiros que prestam serviços ao Governo do Distrito Federal. O pagamento deles está pendente há 6 meses. O Distrito Federal está encerrando 2025 com o fechamento de 10 leitos do Hospital da Criança, porque o governo não está fazendo o repasse necessário. O Distrito Federal está encerrando o ano com o pagamento em atraso dos educadores sociais voluntários. O trabalho deles é tão precarizado que chega a ser análogo à escravidão. E eles ainda recebem o pagamento atrasado.

O Governo do Distrito Federal está encerrando o ano com essa configuração no tocante a orçamento. O Governo do Distrito Federal não está honrando grande parte dos compromissos.

Esta casa aprovou, ainda neste mês, matéria referente às entidades sociais. Elas ainda não receberam dinheiro pelos seus serviços e estão querendo fechar as portas para os atendimentos.

Estamos aprovando nova alíquota, mas fica a deixa para o debate a partir do dia 2 de fevereiro. O que o Governo do Distrito Federal tem feito com o orçamento, para tantos prestadores de serviços e conveniados não receberem pagamento, conforme compromisso firmado?

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O deputado Eduardo Pedrosa acaba de lembrar que, na última sessão, aprovamos crédito para as entidades sociais. Recursos da Câmara Legislativa do Distrito Federal vão ajudar.

Continua a discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Para discutir.) – Presidente, como mãe de 6 filhos, tenho uma missão de vida.

Não é a pauta de hoje, mas disseram neste plenário que a Câmara Legislativa tem que fazer emenda para ajudar a pagar o Hospital da Criança! Sinceramente, presidente! Essa é uma obrigação do Governo do Distrito Federal! Fico muito feliz pelo fato de o deputado Eduardo Pedrosa destinar emenda ao Hospital da Criança, mas 10 leitos estão fechados. Todas as primeiras consultas foram canceladas.

Ontem, no HMIB, estava caindo água. É esse hospital que recebe as crianças do Distrito Federal. Como um país pode melhorar o seu desenvolvimento sem cuidar das crianças? Quero chamar mesmo a atenção da população.

Penso que não estamos numa eleição. Quero dizer que o Distrito Federal precisa de um olhar diferente, mesmo. Sabemos o que aconteceu em todos os governos anteriores. O governo tem que ter um olhar diferente. Ele tem que ser mais empático, ter mais responsabilidade no orçamento e ser mais transparente. É disso que o Distrito Federal precisa. Não precisamos de alguém que olhe para trás e diga: fiz melhor do que o que fez errado. Não temos que ter compromisso com isso, não! Temos que ter compromisso com a melhora. Estamos na capital federal, que tem R\$74 bilhões!

Quero deixar algo claro para a população. Pedimos para o governo se posicionar por causa de uma emenda que vai aumentar o IPVA. Podem falar que o aumento vai ser só de 1%. Existem crianças que não vão para projetos sociais porque não têm dinheiro para pagar a passagem! Isso está acontecendo no Distrito Federal! E falam que o aumento vai ser só de 1,6%! Qualquer aumento no bolso do pai trabalhador ou desempregado pesa!

Há outra coisa! A população da Ceilândia tem que ser respeitada! Dizem: "Ah, mas isso foi lá na Ceilândia". O que é isso? A população da Ceilândia é a maior do Distrito Federal e não pode cair na cratera! O que é isso? Estamos falando da capital federal. Capital federal é todo o Distrito Federal: Ceilândia, Sobradinho, Planaltina, Santa Maria e todas as demais cidades. A capital federal não é só o Plano Piloto. No Plano Piloto estão os ricos, os que têm condições financeiras. Nós temos que defender todos do Distrito Federal. No Distrito Federal há várias regiões administrativas, e elas têm que ser representadas por nós.

Hoje nós estamos votando, em segundo turno, um projeto que foi votado em dezembro de forma errada – erradamente, para mostrar a competência do governo. Essa emenda foi rejeitada pelo governo. Agora, no dia 23 – chamo a atenção, véspera de Natal –, estão querendo fazer uma emenda de faz de conta. Eu quero deixar claro que a Câmara Legislativa está avisando que vai haver aumento.

Deputado, há mais de 45 mil motoqueiros no Distrito Federal. Nós não podemos deixá-los na mão, porque são pessoas que sustentam as suas famílias. Eles vão sofrer aumento, essa é a realidade.

Que Deus abençoe todos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, o líder do governo trouxe um debate atravessado – mas importante – sobre as responsabilidades do governo.

Hoje é dia 23 de dezembro de 2025. Já são 7 anos desse governo. Como dizer que os problemas da cidade não são de responsabilidade do atual governo? São 7 anos governando esta cidade, que está um caos – um caos! O governo não consegue acertar as contas, não repassa a verba para o Hospital da Criança.

O deputado Eduardo Pedrosa lembrou que, para o pagamento das entidades sociais, foi esta casa que salvou o governo. Isso é uma irresponsabilidade, porque a população ficaria sem atendimento. O governo deixa o trabalhador sem salário no final do ano; além disso, há crateras abrindo nas ruas. A responsabilidade é de quem se não é do governo?

As pessoas estão morrendo nas filas dos hospitais e há falta de creche nesta cidade, mas tentam falar que isso não existe. É claro que existe, infelizmente. Por causa da falta de creche, uma criança faleceu em uma creche clandestina neste mês. Não há vaga em creche pública, mas o governo diz que não há fila para creche.

Que cidade é essa em que o governo está vivendo? É impressionante o caos que esta cidade virou.

Agora vai haver reajuste no IPVA. O governo não respondeu uma pergunta simples, e o boleto vai chegar mais caro ano que vem. Vai chegar mais caro, deputada Paula Belmonte, não somente para 45 mil pessoas. Há 270 mil motos nesta cidade. Vai chegar um boleto mais caro principalmente para essa turma que usa a moto para tentar colocar comida em casa.

O Distrito Federal tem o dobro da média do desemprego nacional. Não há política séria de geração de emprego e renda no DF. A responsabilidade é de quem? É do governo. São 7 anos de governo.

É sobre isso que nós queremos discutir, mas o líder do governo atravessou esse debate. Esse debate é fundamental, e nós vamos fazê-lo.

Isso não é uma antecipação do debate eleitoral, até porque quem está em campanha há 3 anos é a vice-governadora Celina Leão, que parou de governar e está fazendo campanha.

Esse é um debate que precisa ser levado a sério.

Presidente, eu me inscrevi para discutir a questão do erro da Tabela Fipe. O GDF tem um contrato com a Fipe, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, no valor de R\$55.144, mas a Fipe apresentou a tabela errada.

É preciso fazer um debate sobre gestão pública. Como a Secretaria de Economia...

Deixo aqui, presidente, uma indicação. Tenham uma tabela própria, um banco de dados

próprio para pensar a política pública para a cidade. Assim saberão qual é a arrecadação, qual é a base de dados, qual é a base de cálculo, para – aí, sim – fazer política pública de justiça fiscal, isentando aqueles que mais precisam, isentando aqueles que usam o transporte individual para trabalhar; e para, quando houver reajuste, fazê-lo no andar de cima. Porém, a lógica desse governo é oposta. Para esse governo, isenção fiscal é para o andar de cima, enquanto o andar de baixo paga mais caro.

Há um contrato com uma empresa privada para mandar uma tabela que o governo não consegue fazer, e a empresa manda a tabela errada. Então, também há um problema de gestão muito sério em relação a quem cuida, ou deveria cuidar, do orçamento e da política pública da cidade. Como o governo não garantiu que não vai aumentar o IPVA, nós votaremos “não” também no segundo turno.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, hoje é dia 23, nós temos todo o tempo do mundo. Até o dia 25, se for preciso, ficaremos aqui. Não há problema nenhum. Eu sou vigilante e não me avexo com as coisas.

Eu quero repetir, presidente deputado Wellington Luiz, que 270.136 proprietários de moto – são 270.136 – irão pagar mais imposto. O deputado Hermeto, líder do governo, por quem eu tenho muito respeito, disse: “Não, a média é 1,63”. Mas, se você pegar um sujeito e colocá-lo num forno, com a cabeça no gelo e os pés na temperatura máxima, a temperatura do corpo vai dar a média, só que os pés do danado vão queimar! É o que está acontecendo agora com o pessoal que é proprietário de moto.

Não sei qual a bronca do governo com os proprietários de moto, pois eles é que vão pagar o pato. Quem errou não fomos nós; quem errou foi o governo. Ele contratou essa Fipe, que manda, faz estimativa e tudo. O governo mandou o projeto errado, disse que estava perdendo R\$600 milhões. Não são R\$600 milhões – se mantivesse o que estava anteriormente, só seriam R\$172 milhões. Se verificarmos o tanto de isenção que é dada no Distrito Federal, veremos que é muito mais do que esse pouco que seria de abatimento no IPVA.

Eu quero lembrar uma questão, já que tocaram no assunto, presidente. Eu e vossa excelência encaminhamos um ofício cobrando o pagamento das entidades que cuidam de idosos, porque elas estão sem receber. Se não pagam as entidades que cuidam de idosos, que são os mais fragilizados, eles vão ficar até sem comer, ou vão ficar comendo de esmola que outros levam como ajuda. Portanto, as entidades precisam ser pagas. Fomos eu e vossa excelência que encaminhamos o ofício.

Ainda há mais uma questão. Não sei se o governo pagou para a base dele, mas há emendas nossas, cuja execução é obrigatória, que não foram empenhadas. Não empenharam! Cito, por exemplo, um pedido da Novacap; eu coloquei uma emenda de R\$500 mil para a feira do P Norte, que está sendo reformada. A emenda não foi empenhada, a obra vai parar e sabe Deus quando será retomada novamente. Uma série de outras emendas também não foram empenhadas. Portanto, exigiremos o cumprimento das emendas que são obrigatórias, que o governo tem que executar e que não executa.

Deputado Eduardo Pedrosa, vossa excelência é o presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Se o governo do presidente Lula não cumprir, não executar emendas que são obrigatórias para o governo federal, imagine a confusão que daria! A base do governo existe não só para dizer amém, não! Ela existe para fazer com que a separação e a autonomia dos Poderes sejam respeitadas. Isso aqui não é puxadinho do Palácio do Buriti!

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Chico Vigilante, daqui a pouco, tão logo encerre a sessão, eu vou me encontrar com o secretário Daniel e vou verificar essa

situação, bem lembrada por vossa excelência. Os nossos idosos, as nossas crianças, os nossos deficientes precisam, de fato, de uma atenção especial.

Eu me comprometo com o senhor. Assinei o ofício proposto por vossa excelência, até porque entendi ser algo extremamente pertinente e necessário. Fica o meu compromisso: logo que a sessão encerrar, vou me encontrar com o secretário Daniel. Vou pedir ao Maurício que me ajude nisso, para que possamos discutir e ter uma previsão de pagamento para as entidades que cuidam dos nossos idosos.

Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, quero só fazer um esclarecimento, até porque o crédito não é meu, é de algo que não fui eu que fiz. Trata-se da questão de a Câmara Legislativa ter destinado um recurso – emendas – para ajudar, no final do ano, o governo a custear as despesas com as entidades sociais. Foi um pedido do governo. Na verdade nós vimos a demanda, a necessidade.

A Câmara Legislativa trabalhou com eficiência para economizar esses recursos, junto com vossa excelência, com o deputado Roosevelt Vilela e com a Mesa Diretora, para que esses recursos pudessem ser alocados para ajudar o governo. Portanto, esse crédito é de toda a Câmara Legislativa, principalmente de vossa excelência. Eu não poderia deixar de falar que foram R\$23 milhões encaminhados para ajudar a pagar as entidades de assistência social do Distrito Federal. Se falta alguma coisa, não sabemos. Podemos acompanhar e ver como podemos ajudar mais, que é o nosso papel.

Em relação às emendas obrigatórias do deputado Chico Vigilante, eu tenho um posicionamento semelhante. Acho importante e fundamental o governo executar as emendas obrigatórias. Conte comigo, deputado Chico Vigilante, nessa cobrança.

No que diz respeito àquelas emendas que não são obrigatórias e que não foram executadas, os deputados podem, neste final de ano, conversar com o secretário de Economia e liberá-las para que elas possam ajudar a custear outras coisas no governo. Essa é também uma forma de dar a sua contribuição no final do ano. Sabemos que, no final das contas, esse dinheiro é fruto do mesmo lugar – da arrecadação de impostos da população do Distrito Federal – e vai para o mesmo saco – para o pagamento das despesas do governo local.

Em relação ao projeto em si, eu acho que foi muito discutido em relação ao IPVA e eu, pelo menos, tenho um posicionamento. Eu até estou pedindo uns estudos e vou trabalhar para isso. Já falei publicamente que defendo a isenção do IPVA, principalmente para os entregadores de aplicativos e para os donos de moto de até 180 cilindradas. Isso tem que ser estudado e construído com responsabilidade, mas é algo viável. Minha defesa sempre foi essa e vai continuar sendo. Nós somos responsáveis pelo que votamos, e hoje estamos votando um projeto com uma emenda apresentada. Por isso, não vejo por que debater o tempo todo as mesmas coisas, sendo que a nossa responsabilidade é fazer o que estamos fazendo. A ideia é avançarmos para votar.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Eu me somo à relação dos que contribuíram para a economia e para que pudéssemos devolver dinheiro para pagamento de prioridade. Vossa excelência foi extremamente fundamental, inclusive, orientando-nos. Não só vossa excelência mas também o deputado Roosevelt Vilela, que cuida do orçamento, tiveram um papel fundamental nisso. Eu apenas assinei. Os senhores é que realmente fazem o controle.

Obrigado.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Por videoconferência.) – Presidente, eu gostaria de terminar sem polemizar. Eu nunca desrespeitei a Ceilândia ou qualquer comunidade, porque todos sabem de onde eu vim. No entanto, eu acho que há um oportunismo político muito grande. Por exemplo, eu moro na Candangolândia, ao lado do Núcleo Bandeirante e da Vila Cauhy, onde havia enchente todos os anos. Nós construímos os gabiões e, graças a Deus, há 2 anos não há enchente aqui. Eu tenho muito respeito por essas cidades, mas é muito oportunismo dizer que, se houver uma enchente na Vila Cauhy, será culpa do Drenar DF, porque ele só cuida da Asa Norte e de outras cidades. Eu acho isso um oportunismo muito chato. É mesquinho justificar qualquer enchente em Brasília pelo fato de o governo ter gastado milhões e milhões no Drenar DF, visto que sabemos que obra foi feita, para que foi feita e em que sentido foi feita, e sabemos que não tem nada a ver com outras enchentes.

Era o que eu tinha a dizer, presidente.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD) – Presidente, embora não seja o tema relacionado, eu gostaria de fazer um alerta.

Até hoje, 23 de dezembro, os hospitais privados não pagaram corretamente o 13º de milhares de trabalhadores da enfermagem. O que eles estão pagando é um 13º baseado no salário sem contar com o que eles chamam de complemento do piso. Eu fiz uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho com relação especificamente a alguns hospitais, mas vou citar um hospital: o Hospital Brasília, que não pagou de forma correta. Há muitos trabalhadores esperando o pagamento. Enquanto a maioria dos trabalhadores brasileiros já receberam a sua segunda parcela do 13º, eles a receberam de forma errada. Nós denunciemos isso ao Ministério Público do Trabalho e vamos continuar nessas denúncias.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, com relação à questão dos idosos, das crianças e dos adolescentes, é muito sério o que aconteceu, pois algumas casas fecharam. Quero registrar a emenda do deputado Eduardo Pedrosa, que trouxe a possibilidade de essas casas não fecharem. Infelizmente, alguns trabalhos não tiveram continuidade na unidade de acolhimento de idosos, crianças e adolescentes.

Hoje a Câmara Legislativa realizou um bom trabalho: está devolvendo ao GDF R\$16 milhões. Já havíamos devolvido R\$23 milhões anteriormente, e hoje mais R\$16 milhões.

É importante destacarmos ao governo a necessidade de remanejar esse recurso devolvido para o pagamento das unidades de acolhimento. Refiro-me não apenas às unidades de acolhimento de crianças e adolescentes, mas também às dos idosos. Isso é fundamental.

Infelizmente, há poucas casas de acolhimento para idosos. É necessário fortalecer esse sistema, pois a população de Brasília está envelhecendo e precisamos garantir essa segurança.

Fica registrada a sugestão à Mesa Diretora: como estamos devolvendo mais de R\$16 milhões, que esse recurso seja destinado ao pagamento dessas unidades de acolhimento.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

Aproveitando a fala da deputada sobre a devolução dos R\$16 milhões, solicito aos deputados que ainda não assinaram o ato para devolução desse valor que, por gentileza, o façam caso, obviamente, estejam de acordo. Solicito que a assinatura seja realizada o mais rápido possível.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, durante a discussão, nossos motociclistas foram mencionados diversas vezes. Se o número estiver correto, são mais de 40 mil famílias, mais de 40 mil motociclistas. Não sei se esse número é realmente preciso, mas o fato é que existem 270 mil motocicletas no Distrito Federal. Eu gostaria de registrar que propus um projeto de isenção do IPVA para pessoas que trabalham com motocicletas e precisam delas para sustentar suas famílias.

Aos deputados que desejarem apoiar a proposição – para que possamos votá-la com o aval do governo, informo ser o Projeto de Lei nº 2.101/2025 que propõe a isenção do IPVA para os motociclistas que dependem da motocicleta para sustentar suas famílias e trabalham com isso.

Registro apenas para informar isso, presidente, e pedir o apoio dos parlamentares ao Projeto de Lei nº 2.101/2025.

Obrigado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, vou fazer algo que entendo que nem seria necessário, mas eu vou fazê-lo. Sou responsável, sou deputado, tenho o mandato concedido pela população, e me reporto à população. Raríssimas vezes utilizaria o microfone para dizer o que vou dizer.

Meu voto é meu. Não tenho responsabilidade com ninguém. Sou base de governo e só peço que observem minha votação para o governo. Nunca faltou um voto para o governo, porque sou base, tenho responsabilidade. Agora, questionarem o motivo de eu ter saído?!

Presidente, precisei me ausentar e não retornei para votar o projeto em primeiro turno. Estou reformando minha casa, é muita poeira, estou com uma crise alérgica de rinite. Apenas fui ao banheiro e, quando voltei, a votação do projeto, em primeiro turno, já havia passado.

Afirmo que nem seria necessário abordar esse tema aqui. Trago isso à tona porque não aceito que outro deputado venha questionar meu voto, já que não questiono o voto dele. Quero dizer para esse deputado que cumpro minha responsabilidade com minha presença nesta casa, não faltou às sessões e não faltou às votações para o governo. Portanto, acredito que mereço respeito.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado, desconheço o assunto ao qual vossa excelência está se referindo, mas quero registrar que sou testemunha do seu compromisso. Seja votando contra ou a favor, pois isso é uma prerrogativa do deputado, a presença de vossa excelência é constante, e nós sempre contamos com ela.

Digo tudo isso apenas para afirmar que não haveria necessidade de vossa excelência se manifestar sobre esse tema, pois seus atos falam por si.

Obrigado, deputado.

Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 2.100/2025, em segundo turno, que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

DEPUTADO DANIEL DONIZET (MDB. Por videoconferência.) – Sim.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Por videoconferência.) – Não.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Por videoconferência.) – Sim.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Por videoconferência.) – Sim.

DEPUTADO PEPA (PP. Por videoconferência.) – Sim.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Por videoconferência.) – Sim.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 16 votos favoráveis, 7 votos contrários e 1 ausência.

Foi aprovado, em segundo turno, o projeto.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, quero adiantar aqui um assunto de muito debate para o próximo ano. Vi pela imprensa que o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, anunciou que irá vender o Centrad.

Quero dizer à população que assiste à sessão que o governador Ibaneis não pode vender o Centrad, porque o Centrad não é dele. O Centrad é uma parceria público-privada que ainda não foi resolvida com as empreiteiras que o construíram. Envolve a Caixa Econômica Federal, que é dona do empréstimo feito, e me parece que o BNDES também emprestou dinheiro. Portanto, o governador Ibaneis não pode efetivamente vender o Centrad. Ele falou algo que não pode fazer. Ele pode muito, mas não pode tudo. Reafirmo que ele não pode vender o Centrad, porque o Centrad não é dele.

O Centrad é um fator de desenvolvimento para a região de Ceilândia, Taguatinga e Samambaia especialmente. Portanto, precisamos fazer um debate muito profundo sobre o Centrad. Repito: o governador não pode vender o Centrad.

Por último, presidente, quero desejar um feliz Natal a todos os trabalhadores e trabalhadoras desta casa. Destaco o trabalho fenomenal feito pela TV Câmara Distrital. Ela conta com uma equipe de muita responsabilidade, que realiza um trabalho realmente muito bom. Tenho assistido mais à programação dela. Está muito boa.

Presidente deputado Wellington Luiz, está na hora de buscarmos a retomada de um projeto que já havíamos acertado com o Ministério das Comunicações: a rádio distrital. Além da TV Câmara Distrital, queremos também a rádio distrital da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, eu não poderia deixar de passar que o erro na tabela foi um deslocamento que a Fipe fez para a esquerda dos valores dos automóveis. Isso significa o quê, deputada Paula Belmonte? Se permanecesse o deslocamento para a esquerda, o povo pagaria menos. Como a votação ocorrida há pouco deslocou a tabela para a direita, o povo pagará mais caro.

Registro aqui a lição deste final de ano: quando vamos para a esquerda, a situação fica melhor para o povo; como o Governo do Distrito Federal preferiu deslocar a tabela para a direita, o povo pagará mais caro, na média, 8%. Então, deixo registrado que a Fipe errou ao não deslocar a tabela para a esquerda, onde o povo seria beneficiado.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para registrar que, infelizmente, o governo não se comprometeu hoje com essa votação – uma votação

num pré-Natal, vamos dizer assim, em um momento especial da população. Estamos à mercê do governo, caso ele queira aumentar o IPVA. Registro que essa responsabilidade é dele. Espero que o governo não vete, não derrube o que votamos.

Aproveito também para desejar a toda a população do Distrito Federal um feliz Natal. Que Deus a abençoe!

O dia 24 é muito especial para mim, porque é o aniversário da minha mãe, e uma data em que podemos nos reunir com as pessoas que amamos – amigos e familiares. Que a nossa sociedade seja uma sociedade do bem que não tenha nenhum político de estimação! Que nossas políticas públicas sejam voltadas para a nossa população. Que Deus nos abençoe!

Desejo a todos um feliz Ano-Novo! Que todos entrem em 2026 com amor no coração, com responsabilidade, para que possamos fazer melhor do que está sendo feito.

Era isso, presidente. Muito grata.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Quero agradecer a presença de todos e todas, dos assessores e das assessoras, dos deputados e das deputadas. Desejo a todos e a todas um feliz Natal. Que Deus abençoe cada um de vocês. Um feliz Ano-Novo!

Acredito que não haverá mais sessão extraordinária até o final de ano.

Agradeço a todos os representantes do Executivo, na pessoa do secretário Maurício, do secretário Gustavo Rocha e do secretário Anderson.

Obrigado a todos e a todas.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Centrad – Centro Administrativo

Fipe – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

GDF – Governo do Distrito Federal

IPVA – Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores

PLe – Processo Legislativo Eletrônico

UnB – Universidade de Brasília

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 05/01/2026, às 14:19, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Código Verificador: **2478387** Código CRC: **3A472076**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [serel@cl.df.gov.br](mailto:serel@cl.df.gov.br)

00001-00052627/2025-84

2478387v7

Ata de Sessão Plenária Circunstanciada da 2ª S.E. (2478387)

SEI 00001-00052627/2025-84 / pg. 10



**CÂMARA  
LEGISLATIVA**  
DISTRITO FEDERAL